



Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa

**A construção da imagem do brasileiro em Portugal e as estratégias de
afirmação identitária.**

Renata Lucia Tourinho Monteiro

Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa – PLE/PL2

Área de Especialização: Metodologia do Ensino de PLE/PL2/Dinâmicas Interculturais

Setembro, 2010



Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa

**A construção da imagem do brasileiro em Portugal e as estratégias de
afirmação identitária.**

Renata Lucia Tourinho Monteiro

Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa – PLE/PL2

Orientada pela Professora Doutora Inocência Matta

Área de Especialização: Metodologia do Ensino de PLE/PL2/Dinâmicas Interculturais

Setembro, 2010

A todos os imigrantes brasileiros residentes em Portugal,
que enfrentam a separação, a ausência da família, os riscos da exploração, o inverno rigoroso
e tantas outras dificuldades para alcançar o sonho de conquistar melhores condições de vida.

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Inocência Matta, pelo acompanhamento atento, compreensão e incentivo na orientação desta pesquisa.

Aos brasileiros que gentilmente aceitaram participar, respondendo ao inquérito e contribuindo para esta reflexão.

Aos meus pais, por me ensinarem a respeitar as diferenças e ao meu filho, pelo exemplo de perseverança.

Ao querido Porfírio Rocha, por viabilizar, incentivar e apoiar este empreendimento com sua presença solidária, sua companhia ininterrupta e seus comentários pertinentes.

À amiga e colega Lidiane Araújo, por ter compartilhado comigo os sentimentos de ansiedade, de dúvida, de desânimo e decepção, bem como os de entusiasmo, de confiança e de alegria no decorrer de todo o curso e da redação dessa dissertação.

À professora e amiga Márcia Regina Mendes Santos, pelo apoio e incentivo do início, pela revisão e pelas valiosas críticas e sugestões de redação.

Aos amigos do coração, Mercedes Lacerda, Nadia Fialho, Ana Cruz, Edgar Lira, Heloisa Monteiro, Adriana Prates, Fátima Brandão, Luiza Mattos e Solange Pontes, pelas contribuições dadas na forma de incentivo, apoio, confiança e reconhecimento.

À Professora Doutora Maria José Grosso, diretora do Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa da FLUL, e às funcionárias da Secretaria do DLPC, Ana Maria Brazuna, Teresa Salvador e Patrícia Rainho, pelo bom atendimento, acolhimento e presteza durante a realização do curso.

Às funcionárias da Secretaria dos Serviços de Pós-graduação, a Sra. D. Arlete Pato e a Sra. D. Fátima Lopes pelo atendimento sempre atencioso e acolhedor.

À Soroptimisti International Portugal¹, organização mundial de mulheres gestoras e profissionais, pelo apoio na aquisição de livros para esta pesquisa;

Aos colegas Francisco, David, Cristina e Eunice, pelo gentil acolhimento e alegre companhia durante as aulas.

¹ www.soroptimistiportugal.org acesso em 31/08/10, 23:28h.

CONVENÇÕES

Esta dissertação foi escrita em Português do Brasil e em conformidade com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor a partir de Janeiro de 2009 no Brasil e Janeiro de 2010 em Portugal.

“Por facilidade, englobamos as pessoas mais diversas no mesmo vocábulo; por facilidade também, atribuímos-lhes crimes, atos coletivos, opiniões coletivas (...). Emitimos friamente juízos sobre esta ou aquela população (...) juízos que terminam muitas vezes em sangue.

(...) nossas palavras não são inocentes e contribuem para perpetuar preconceitos que demonstram ser, ao longo da História, perversos e assassinos.”

Amin Maalouf, *As Identidades Assassinas* (2002: 30-31).

RESUMO

Este trabalho pretende analisar os efeitos produzidos pelas imagens estereotipadas da identidade brasileira, enfatizando as consequências para o reconhecimento desses imigrantes em Portugal.

As imagens estereotipadas da identidade brasileira em Portugal produzem efeitos de diversa ordem, contudo, sendo objetivo analisar esses efeitos para o reconhecimento no contexto da imigração, uma amostra desses imigrantes foi inquirida acerca da sua percepção sobre o assunto. A pretensão foi saber o que eles percebem e como se sentem enquanto o *outro* em relação ao olhar e às ações da sociedade de acolhimento sobre si.

Para alcançar tal intento, foi feita uma investigação por questionário com quarenta brasileiros, sendo vinte homens e vinte mulheres, residentes em Portugal há, no mínimo, um ano. O inquérito aplicado procurou investigar se fatores como a língua portuguesa, o *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres*, a relação com as entidades que representam o Brasil em Portugal, o grau de instrução formal ou a atividade profissional que exercem podem favorecer o reconhecimento dos imigrantes brasileiros na sociedade portuguesa. Contudo, a investigação privilegiou o viés identitário, que facilita um diálogo intercultural, não enfatizando o papel da condição social na construção dessas imagens.

Palavras-chave: identidade, imigração, reconhecimento, igualdade, dinâmica intercultural.

ABSTRACT

This work has the objective of analyzing the effects produced by the stereotyped images of Brazilian identity, emphasizing the consequences for those immigrants in Portugal.

The stereotyped images of Brazilian identity in Portugal produce effects in a variety of orders, however, as the objective is to analyze the effects for the recognition in the immigration context, a sample of these immigrants were surveyed about their perceptions on the subject. The intention was to learn what they perceive and how they feel about the look and actions of the host society about itself.

To achieve this aim, an investigation was conducted by questionnaire with forty Brazilian, twenty men and twenty women, resident in Portugal for at least a year.

The survey sought to investigate whether factors applied to the Portuguese language, the Statute of Equal Rights and Duties, the relationship with the entities they represent Brazil in Portugal, the degree of formal education or occupation engaged may favor the recognition of Brazilians immigrants in Portuguese society. However, research focused bias of identity which facilitates intercultural dialogue, not emphasizing the role of social conditions in the construction of these images.

Key-words: identity, immigration, recognition, equality, intercultural dynamic.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Identificação por gênero e grau de instrução;
Tabela 2:	Período da imigração e atividade profissional em Portugal;
Tabela 3:	Atividade profissional distribuída por gênero;
Tabela 4:	Imigrantes que solicitaram Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres;
Tabela 5:	Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres favorece a imagem dos brasileiros?;
Tabela 6:	Conhecimento sobre entidades representantes do Brasil em Portugal;
Tabela 7:	Ações das entidades que representam o Brasil favorecem a imagem dos brasileiros?;
Tabela 8:	Percepção do preconceito;
Tabela 9:	Percepção do preconceito em categorias de atividades profissionais;
Tabela 10:	O que sentem os brasileiros quando ouvem ou percebem referências negativas à sua nacionalidade;
Tabela 11:	Como reagem os brasileiros às referências negativas à sua nacionalidade;
Tabela 12:	O que poderia favorecer a imagem dos brasileiros em Portugal;
Tabela 13:	Palavras mais citadas sobre o que pensam os portugueses a respeito dos brasileiros.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. Considerações iniciais	09
1.1 Problemática	14
1.2 Hipóteses	14
1.3 Objetivos	15
1.4 Metodologia de investigação	15
CAPÍTULO I	18
1. Processos migratórios na história de Portugal	18
2. A imigração brasileira em Portugal	22
2.1 As duas faces da imigração brasileira em Portugal	28
2.2 Casos da imigração brasileira em Portugal	29
3. As relações entre o Brasil e Portugal	32
CAPÍTULO II	42
1. Identidade e suas diferenças	42
2. As imagens da identidade brasileira em Portugal	47
2.1 Estereótipos vendidos e adquiridos	50
3. Identidade, reconhecimento e igualdade	59
CAPÍTULO III	69
1. A pesquisa	69
1.1 Instrumento de investigação	69
1.2 Constituição da amostra	71
2. Análise dos resultados	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	93
ANEXOS	96
Anexo A: Questionário	96
Anexo B: Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres	102
Anexo C: Capa da revista <i>Focus</i>	104

INTRODUÇÃO

1. Considerações iniciais

A crescente imigração em Portugal nas últimas décadas tem exigido tanto do Estado quanto da sociedade reformulações de políticas, posturas, comportamentos e novas perspectivas. No que diz respeito à investigação científica, a comunidade académica tem dedicado especial atenção aos temas relacionados à imigração, realizando inclusive pesquisas encomendadas e/ou em parceria com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e com o Alto Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). Além disso, vive-se atualmente um momento de amplas discussões sobre questões relativas ao fortalecimento do uso e do ensino da língua portuguesa e da preservação da diversidade, mesmo dentro de uma unidade, de acordo com os diferentes contextos socioculturais. A exemplo da preocupação dos meios académicos em relação ao assunto, o curso de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa pretende, no âmbito da área de Multiculturalismo e Dinâmicas Interculturais, “desenvolver nos alunos competências pluriculturais necessárias à gestão da diversidade cultural”. Pensando nessa “gestão da diversidade cultural”, destaco algumas observações que clarificam o caminho percorrido para a escolha do tema deste trabalho.

Considerando que a língua portuguesa é veículo de várias culturas resultantes de processos coloniais e que a diversidade linguística e cultural exerce forte influência na divulgação e no processo de ensino e aprendizagem das línguas, viabilizar o conhecimento das culturas de língua portuguesa pode ser um importante ponto de partida para a otimização das relações interculturais internas e externas. Lembrando ainda os três objetivos estatutários da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – a concertação político-diplomática, a cooperação entre os Estados membros e a promoção e difusão da língua portuguesa – nota-se a relevância dos assuntos relacionados à interculturalidade, já que se torna difícil uma boa conjugação político-diplomática entre diferentes países falantes de uma mesma língua, sem diálogo intercultural. Por sua vez, o diálogo intercultural, aqui compreendido como o contato e interação com outras culturas, cuja importante função é promover o pluralismo, reconhecer e conservar a diversidade pode, ao meu entender,

viabilizar a superação dos desentendimentos e conflitos oriundos da convivência entre culturas diversas no atual contexto de globalização.

Imersa na sociedade portuguesa, a residir e estudar a dois anos em Lisboa, tenho presenciado e vivido situações constrangedoras que envolvem os imigrantes brasileiros, grupo social de características diversificadas, identificado como um grupo homogêneo. Antes mesmo de chegar a Portugal fui advertida sobre o assunto e alertada de que deveria ter cuidados especiais no trato com as pessoas e nas relações com os professores, “pois em Portugal as mulheres brasileiras são mal vistas”. Contudo, considerei um exagero, lembrando que nos dias atuais o acesso aos meios de comunicação, nomeadamente à internet, proporciona a ampliação do conhecimento entre países diversos, e que estereótipos existem em relação a quase todos (senão a todos) os povos do mundo. Nunca ignorei, portanto, a imagem equivocada do Brasil e dos brasileiros em outros países, mas desconhecia que esta imagem fosse tão distorcida exatamente no país que se pensa ser culturalmente ou historicamente mais próximo.

No decorrer do curso, apesar das experiências negativas vivenciadas, não pretendi escrever sobre esse tema, pois outros assuntos me chamavam a atenção sobre a língua e a cultura portuguesa, sendo a variação linguística, a mobilidade das palavras, os que mais me atraíam. Porém, ao chegar o momento de definir o tema desta dissertação, meu senso de responsabilidade social, minha formação em comunicação social e o profissionalismo e a sensatez da professora orientadora tiveram forte influência na escolha durante nossa conversa decisiva sobre a questão.

Os imigrantes brasileiros em Portugal são considerados privilegiados por alguns fatores, entre eles a língua, os laços históricos e o *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres*, parte integrante do *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta*² entre o Brasil e Portugal. Todavia, na prática o que se vê é uma tentativa de redução ou de fragmentação da identidade brasileira no contexto de imigração, o reforço de estereótipos nos meios de comunicação social, bem como a distância entre a vontade política, representada pelas leis que visam à integração do imigrante na sociedade portuguesa, e as práticas sociais.

² Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, a 22 de Abril de 2000. Com 79 artigos, o Tratado revoga ou ab-roga, de acordo com o 78º artigo, o Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, de 1951; o Tratado de Amizade e Consulta, de 1953; o Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns, de 1960; o Acordo Cultural, de 1966, assim como o respectivo Protocolo Adicional, de 1971; a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres, de 1971; o Acordo para a abolição do pagamento da taxa de residência, de 1979; o Acordo Quadro de Cooperação, de 1991 e o Acordo relativo à Isenção de Vistos, de 1996.

Assim sendo, reflito neste trabalho sobre os efeitos da construção de imagens estereotipadas da identidade brasileira, dando ênfase ao reconhecimento destes imigrantes em Portugal, diagnosticando o que eles percebem e como se sentem em relação ao olhar e às ações da sociedade de acolhimento sobre si.

Com o uso da forma verbal na primeira pessoa pretendo trazer a narrativa para esta dissertação, tendo em conta o fato de ter presenciado muitas situações aqui relatadas e ter sido personagem central de algumas delas. Segundo Walter Benjamin (1996: 197), a maneira de narrar muda através dos tempos, das novas sociedades e modos de produção. Isso nos faz pensar sobre a informação transmitida nos dias atuais, na forma de comunicação de massa. Informações que nos chegam prontas, como se fossem produtos para o consumo, sem conexão com as pessoas, sem realizar comunicação. O autor identifica a diferença entre a informação e a arte de narrar: o valor da informação está na sua instantaneidade, enquanto a verdadeira narrativa não precisa do imediatismo para relatar ou explicar os fatos, pelo contrário, pode provocar emoções e reflexão mesmo depois de muito tempo.

Benjamin diz ainda que a narrativa é comunicação artesanal e tem a mesma dimensão de um conselho, de um ensinamento moral ou de uma forma de vida. Porém explica a sua ótica sobre aconselhamento:

Se dar conselhos parece hoje antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis (...). Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada (Benjamin, 1996: 200).

Portanto, a intenção é deixar sugestões para uma continuação mais agradável da “história” aqui narrada.

Uma das bases para esta pesquisa, o livro *As Identidades Assassinas*, de Amin Maalouf (2003), apresenta uma perspectiva do conceito de identidade pautada na experiência do autor, um libanês residente em França. Através do discurso de Maalouf, pude perceber com clareza alguns conflitos mundiais que tiveram origem em questões raciais, políticas e religiosas, cuja causa comum era a defesa de uma identidade e a negação da diversidade. O tema do livro me levou a refletir sobre as imagens da identidade brasileira em Portugal, e a me identificar em vários momentos da narrativa com a experiência e os sentimentos de Maalouf.

Os estudos sobre identidade nos falam a respeito de propostas de existência de identidades básicas, essenciais, ou de identidades fragmentadas, descontextualizadas,

consideradas por Amin Maalouf e outros autores que defendem a identidade composta de vários elementos ou pertencas que têm uma intensidade, uma influência, que variam consoante a pessoa, o local, o tempo, até consoante às circunstâncias. Sobre noções e conceitos relacionados à identidade, a bibliografia consultada percorre questões pertinentes de igualdade, diferença e reconhecimento, estereótipo, racismo e intolerância.

Por seu turno, Michel Wieviorka traz a análise sociológica sobre as origens do desenvolvimento de particularismos culturais no mundo contemporâneo e valiosas discussões sobre a diferença, entre elas a sua reprodução e construção. Também Wieviorka (2007) comenta sobre a passagem da inferiorização biológica à diferença cultural na legitimação do discurso racista. Isto significa que os argumentos do discurso racista não mais se fundamentam na hierarquia e sim na diferença. As diferenças relacionadas aos atributos físicos do grupo “racializado” foram transferidas para sua cultura, sua língua, sua religião, suas tradições, seus costumes, operando-se uma perspectivação culturalista da diferença no espaço que ocupa na esfera das relações de poder na arena global (Wieviorka, 2007: 34).

Em Stuart Hall (2003: 16) encontrei uma análise sobre a diversidade cultural dentro de uma comunidade, na qual o autor explica que a manutenção de identidades racializadas, étnico-culturais e religiosas é relevante à auto compreensão dessas comunidades, embora estas não estejam fadadas a uma tradição imutável. Penso que aí se encaixa o valor do diálogo intercultural, que quando ocorre proporciona o enriquecimento de todas as culturas envolvidas.

Quanto aos dados sobre a imigração e construção das imagens da identidade brasileira em Portugal, Jorge Malheiros (2007) reúne doze estudos que percorrem desde informações estatísticas contemplando até considerações sobre gênero, inserção no mercado de trabalho e implicações dos processos identitários. Willy Filho (2006), com seu estudo sobre imagens de brasileiros apresentadas nos meios de comunicação social, e Clara Almeida Santos (2003), com sua análise sobre a imagem da mulher imigrante na imprensa portuguesa também me trouxeram importante contribuição.

Durante a pesquisa bibliográfica e diante de tantas informações preciosas para esta dissertação, uma questão me acompanhou todo o tempo e em cada página tentei encontrar uma resposta mais explícita: que características da identidade brasileira podem ser consideradas responsáveis pela construção de tais imagens? Os autores consultados consideram a alegria, a desinibição, o bom humor, a festividade, a capacidade comunicativa e a falta de formalidade como características da identidade brasileira. Todavia, na minha ótica é

estranho associar qualquer uma destas à noção de *negativo*, embora compreenda que em outro contexto cultural estas características possam ter conotação diferente e até negativa. Porém, o raciocínio que faz com que essas disponibilidades resultem negativamente é o de associar todo e qualquer fato negativo ocorrido com um brasileiro à nacionalidade e, por conseguinte, aos imigrantes brasileiros de modo geral. Fala-se de uma “segunda vaga de imigrantes brasileiros”, “mais pobres” e “menos escolarizados” e do tráfico de mulheres para prostituição na Europa. Contudo, penso que é comum encontrar em grandes vagas de imigração pessoas com situação socioeconômica desfavorável e sem qualificação acadêmica e que, também por isso, buscam melhor sorte em outro país, caso contrário não sairiam do seu país de origem. Por conseguinte, o tráfico de mulheres com finalidade de prostituição está presente em várias partes do mundo, portanto, isto não deveria servir como explicação para a construção das imagens que se notam em Portugal da comunidade brasileira. A situação suscita a dúvida se o preconceito está relacionado à questão social, econômica, estética, cultural ou todas essas. A partir dessa dúvida, surge outro ponto que traz alguma preocupação: a origem dessas imagens. De onde vêm, desde quando, por quê?

Rever as relações históricas e políticas entre os dois países permitiu a constatação de frequentes situações de conflito e divergências de interesses políticos e econômicos desde antes da independência do Brasil. A história revela, inclusive, a origem dos primeiros estereótipos do português, construídos pelos patrícios que permaneceram no Brasil em decorrência de ressentimentos provenientes das questões políticas.

Percebi então que para dissertar sobre as imagens da identidade brasileira em Portugal, bem como suas implicações era necessário considerar todos esses aspectos, porém imprescindível observar os efeitos dessas imagens no reconhecimento desses imigrantes. Pretendi investigar o nível de consciência dos brasileiros sobre o assunto, verificar até que ponto esses imigrantes tem consciência de como são vistos e como se sentem em relação a isso. Tendo em conta que a legislação portuguesa prevê igualdade de direitos e deveres para cidadãos estrangeiros, que o *Tratado de Amizade Cooperação e Consulta* entre o Brasil e Portugal conjuga o *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres* entre brasileiros e portugueses em ambos os países, vale a pena refletir se políticas universalistas, iguais para todos, são eficazes para o tratamento de situações de preconceito, seja racial, sexual, social, étnico, religioso ou qualquer outro. No seu estudo sobre reconhecimento e igualdade, Jaques Adesky (2006) afirma que a aspiração ao reconhecimento pleno parece crucial para assegurar a igual dignidade da cidadania. E sobre cidadania foi valiosa a leitura do trabalho de Jorge

Pereira da Silva (2004) a respeito da sua importante dimensão simbólica que muitas vezes funciona como sinal identificador e referência dos indivíduos.

Segundo Patrícia Mattos (2006:19), a teoria do reconhecimento está presente nos primeiros trabalhos do filósofo Hegel, onde ele desenvolve uma análise sobre as condições normativas de eticidade e afirma que o que está por trás dos conflitos sociais é uma luta por reconhecimento. A autora analisa também a ótica de Charles Taylor, filósofo canadense que também teorizou sobre o reconhecimento. Taylor mantém do pensamento de Hegel a convicção de que a noção de reconhecimento tem papel essencial como alicerce da vida humana em sociedade, porém redimensiona essa teoria, também no campo filosófico, trazendo uma concepção do reconhecimento igualitário como condição de realização de si (Mattos, 2006: 29). Compreende-se por estes pensamentos, que sem o reconhecimento de uma imagem adequada dos membros e grupos discriminados a situação de igualdade é parcial.

Sendo uma investigação de âmbito acadêmico, com base em observações para melhor compreender o fenômeno a estudar e para construir explicações e teorias adequadas, o processo não poderia ser outro que não fosse o de planificação. Para alcançar os objetivos é preciso fazer escolhas, e, portanto planejar a investigação (Hill & Hill, 2009: 20-21). Assim sendo, este trabalho foi estruturado a partir da problemática, considerando-se as hipóteses, os objetivos e estabelecendo-se uma metodologia de investigação descritos a seguir.

1.1 Problemática

Que efeitos trazem as imagens estereotipadas da identidade brasileira em Portugal para o reconhecimento desses estrangeiros no contexto da imigração?

1.2 Hipóteses

- As imagens estereotipadas da identidade brasileira podem afetar o reconhecimento desses imigrantes em Portugal de maneira positiva ou negativa;

- A existência do *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres* e de entidades que representam o Brasil em Portugal favorece, na prática, o reconhecimento da identidade brasileira;
- As imagens estereotipadas da identidade brasileira em Portugal afetam o reconhecimento desses imigrantes independentemente do grau de instrução formal e da atividade profissional que exercem.

1.3 Objetivos

- Investigar se os brasileiros se sentem reconhecidos de forma positiva ou negativa no contexto da imigração em Portugal;
- Averiguar se os brasileiros consideram que o *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres* e as ações das entidades que representam o Brasil em Portugal podem favorecer sua imagem no contexto da imigração;
- Verificar se a percepção dos brasileiros às atitudes e valores da sociedade portuguesa em relação à sua identidade varia de acordo com o grau de instrução e da atividade profissional que exercem.

1.4 Metodologia de investigação

Conforme Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2008: 32-33), a melhor forma de atuar na elaboração de um projeto de pesquisa consiste em enunciar o que se pretende na forma de uma pergunta de partida que deve ser clara, simples e direta.

Desta forma, partindo da pergunta inicial e da exploração do tema, outras interrogações foram surgindo sendo, portanto necessário fazer um “balanço” aconselhado por Quivy & Campenhoudt (2008: 32-33) a fim de delimitar os caminhos da pesquisa. Alguns estudos da bibliografia consultada apresentam um vasto panorama da imigração em Portugal, especialmente da imigração brasileira, pela sua dimensão, além de admitirem e tratarem da construção de estereótipos dos brasileiros neste país. Outra parte da bibliografia trata do

conceito de identidade e da relação deste conceito com questões de diferença, reconhecimento e igualdade. Portanto, investiguei a percepção dos imigrantes brasileiros em Portugal sobre as imagens que lhes são atribuídas e sobre o seu reconhecimento, tendo em conta os privilégios concedidos pelo *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres*, os laços históricos que ligam os dois países, a relação com as entidades que representam o Brasil, o grau de instrução formal e a atividade profissional que exercem. A partir dessa investigação, observei os efeitos dessas imagens na questão do reconhecimento e da igualdade, no contexto da imigração. Para alcançar tal intento, foi definido o questionário como instrumento de investigação e constituída uma amostra.

O primeiro capítulo deste trabalho está dividido em três pontos que apresentam um breve historial sobre os processos migratórios entre o Brasil e Portugal, bem como as relações políticas entre os dois países em questão, com o propósito de buscar nos fatos históricos as origens do preconceito entre brasileiros e portugueses. No primeiro ponto, *Processos migratórios na história de Portugal*, o leitor encontra alguns momentos importantes da história da emigração portuguesa para o Brasil. O segundo, *A imigração brasileira em Portugal*, reúne dados referentes ao assunto. Além disso, os subpontos *As duas faces da imigração brasileira em Portugal* e *Casos da imigração brasileira em Portugal* recordam fatos e situações que exerceram influência negativa na imigração brasileira e a ela estão associados. O Capítulo I finaliza com o terceiro ponto, *As relações entre o Brasil e Portugal*, onde procuro apresentar desde os primórdios, alguns fatos relevantes desta “amizade” pontuada por sucessivos desentendimentos que muito influenciam as imagens negativas da identidade brasileira em Portugal.

No segundo capítulo, também dividido em três pontos, analiso os conceitos e teorias que permeiam o tema em questão. No primeiro ponto, *Identidade e suas diferenças*, disserto sobre a definição teórica de noções e conceitos que serão utilizados em todo o trabalho. O segundo, *As imagens da identidade brasileira em Portugal*, traz a abordagem sobre a construção das imagens da identidade brasileira, a comparação com algumas imagens da identidade portuguesa criadas no período das primeiras emigrações para o Brasil e análise de alguns autores sobre o assunto. Este ponto traz um subponto, *Estereótipos vendidos e adquiridos*, no qual disserto sobre os estereótipos do brasileiro “exportados” a partir do Brasil e outros construídos, atualizados ou recriados em Portugal. Este subponto relata alguns casos que exemplificam a construção e o reforço dessas imagens distorcidas. No terceiro e último ponto do capítulo, *Identidade, reconhecimento e igualdade*, trago a análise da relação entre os

três conceitos e da subordinação entre reconhecimento e igualdade. Considero este ponto como discussão central do trabalho, porque prepara o leitor para a análise dos dados no capítulo seguinte.

Dividido em dois pontos, o Capítulo III apresenta a pesquisa. O primeiro ponto, *A pesquisa*, trata de informar o objeto de estudo e, nos subpontos *Instrumento de investigação* e *Constituição da amostra*, encontram-se explicações e pretensões a respeito da elaboração do questionário e informa como se constituiu o grupo de pessoas entrevistadas. Finalmente, no segundo e último ponto do capítulo, apresento a análise dos resultados.

Este trabalho encerra-se com as *Considerações finais*, onde apresento reflexões sobre os resultados da pesquisa pautadas na fundamentação teórica.

Capítulo I

No século XXI, a política de imigração será uma das questões que definirá quem somos e para onde queremos ir. E precisamos ter atenção para não nos deixarmos ir para onde não queremos, nem, um dia, nos envergonharmos de quem somos.

(Rui Marques, Alto Comissário para Imigração e Minorias Étnicas).

1. Processos migratórios na história de Portugal

Os fluxos migratórios são resultados das novas políticas, das relações de poder e das reestruturações do mundo, que ocorrem em diversos âmbitos. A cada reestruturação, também chamada de “nova ordem mundial” surgem desordens em outros setores, nomeadamente o da economia que implicam em mudanças nos mercados financeiros, no mercado de trabalho, no comércio, na indústria, na agricultura e em toda a organização das diferentes partes de uma sociedade. A história relata o deslocamento dos povos, as lutas por conquistas de território, as invasões, as fugas devido a perseguições étnicas e repressões políticas, a busca pela sobrevivência e pelo trabalho, entre outras causas do fenómeno migratório. Além disso, em função desses movimentos migratórios ocorrem as redefinições territoriais, o progresso de regiões, o crescimento urbano e rural e até o desenvolvimento de políticas sociais menos restritivas e mais humanísticas.

Assim, os processos migratórios fazem parte de muitas nações do mundo, como por exemplo, os Estados Unidos da América, o Canadá, a Austrália e o Brasil. Contudo, mesmo países que não resultaram de processos migratórios são hoje nações mestiças cujo desenvolvimento se deve, também, à contribuição de povos e comunidades migrantes como são os casos de países europeus e africanos.

A história da nação portuguesa relata que a imigração também fez parte do nascimento do país, a partir do século VIII, quando houve a fixação de diferentes povos nas lutas pela conquista de territórios. Conforme Pedro Silva (2006) foram os lígures e os iberos os primeiros a invadirem a Península Ibérica, seguidos pelos fenícios e gregos, depois os celtas que se juntaram aos iberos e deram origem aos celtiberos, que por sua vez juntaram-se aos lígures originando os lucios, mais tarde chamados lusitanos. Também os cartagineses, os

romanos, os povos bárbaros, os visigodos e os mouros chegaram à região, cada um em seu tempo, contribuindo para a formação do território que hoje conhecemos como Portugal.

Os historiadores consideram a emigração portuguesa a partir do início da colonização da Madeira e das navegações em busca de novas terras no século XV, embora os portugueses tenham se espalhado pelo mundo desde o século XII.

No Brasil, a ocupação portuguesa no primeiro século da conquista se deu de forma lenta, pois a princípio o interesse de Portugal era conquistar, comercializar, acumular riqueza e não exatamente colonizar. Contudo, havia ameaça de invasão dos franceses, também interessados nas terras descobertas, o que fez D. João III dar início a ocupação, embora alguns portugueses já estivessem vivendo na colônia – degredados, náufragos ou desertores expulsos da metrópole por cometerem crimes. Todavia, a ocupação definitiva é considerada a partir de 1530 com a expedição de Martim Afonso de Souza, que tinha como missão combater os franceses e explorar o rio da Prata. Nesta expedição partiram para o Brasil mais de quatrocentos portugueses (Bueno, 2003: 41).

(...) Mesmo antes de a Coroa desencadear o processo de colonização do Brasil, já se tinha iniciado de maneira informal a miscigenação entre homens lusos e mulheres tupis. Os precursores desse movimento que teria profundas repercussões na configuração étnica, demográfica e cultural do Brasil foram os «lançados», náufragos, desertores ou degredados, primitivos habitantes europeus da Terra de Santa Cruz (Couto, 1997: 311).

Com a divisão das capitanias hereditárias entre os nobres lusitanos e a necessidade de colonizar esses lotes, a Coroa Portuguesa passou a incentivar a ida de colonos para a terra descoberta. Estes colonos recebiam pedaços de terra e tinham um prazo para desenvolver a produção. Neste período, portugueses de várias classes sociais foram para o Brasil: ricos fazendeiros, aventureiros, mulheres órfãs, degredados, empresários falidos e membros do clero.

Em fins do século XVIII houve um enfraquecimento na imigração devido à queda da mineração, porém voltou a crescer com a fuga da família real portuguesa e toda a corte para as terras brasileiras, um momento importante a ser considerado. Conforme Eduardo Bueno (2003: 134) a família real portuguesa fixou-se no Rio de Janeiro em 1808, após a invasão de Napoleão em Portugal. Nesta altura, chegaram ao Brasil quinze mil pessoas da alta sociedade portuguesa.

Após a Independência do Brasil em 1822 havia no país um clima de xenofobia contra os portugueses, que fez cair a imigração temporariamente. Nesta época, não havia tratamento

legal ou política específica para a imigração, portanto, durante a primeira década após 1822, a imigração portuguesa no Brasil era um assunto do qual não se falava devido aos ressentimentos acumulados pelas lutas da Independência.

(...) Toda sorte de preconceitos existiam contra esses imigrantes, porém, aqueles que se estabeleceram nos países de destino acabaram por configurar suas sociedades e culturas tanto quanto os autóctones. (...) O pequeno fluxo se mantém até por volta de 1855, por razões diversas, entre as quais convém referir à campanha anti-portuguesa. Entre 1855 e 1887, calcula-se um mínimo anual de quatro mil e um máximo de dez mil, mas em 1888 são 18.289, decaindo com a proclamação da República em 1889 (Cervo e Magalhães, 2000: 112).

Porém, o fluxo de imigrantes portugueses no Brasil não cessou e cresceu consideravelmente após o fim do tráfico de escravos. Nesta época, se deram a carência de mão de obra e ao mesmo tempo a expansão das plantações de café, necessitadas de trabalhadores. Começou então o processo de substituição da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado de imigrantes europeus (Bueno, 2003: 264-267; Cervo e Magalhães, 2000: 111-112).

Após a Independência, (...), oficialmente desembarcaram no Brasil, (...) 1.766.000 portugueses procedentes sobretudo das províncias do Minho, Douro, Beiras, Ribatejo e Trás-os-Montes. Dirigiram-se principalmente para o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul (Alves, 1999: 227).

Entre 1820 e 1968 os portugueses estiveram em primeiro lugar entre os imigrantes no Brasil. Teriam chegado ao país neste período 1.769.986 portugueses, 1.607.888 italianos, 783.853 espanhóis, 295.669 alemães, 247.312 japoneses e 960.974 de outras nacionalidades. Até a década de 1880 quinze milhões de europeus seguiram para as Américas e o Brasil foi o terceiro país de atração, precedido pelos Estados Unidos e Canadá. Neste período as correntes de imigração em massa apresentaram o fluxo mais intenso. Essas variações no fluxo migratório dos portugueses para o Brasil decorrem de contextos históricos complexos, entre os quais a obstrução da emigração pela diplomacia portuguesa, necessidade de trabalhadores no Brasil, transição do trabalho escravo para o trabalho livre, abusos do período de transição pelos transportadores e empregadores, degradação social do imigrante, possibilidades de fazer uma poupança e auxiliar familiares em Portugal ou regressar. Os imigrantes portugueses eram, em sua maioria, jovens do sexo masculino alfabetizados, em busca de uma profissão. Estes faziam da emigração uma carreira. Outro grupo era constituído de artesãos e adultos geralmente casados, que buscava o complemento de renda para a família. Havia ainda grupos

de famílias que fugiam das crises econômicas e da pobreza. Todos alimentavam o sonho do enriquecimento e da ascensão social (Cervo e Magalhães, 2000: 112).

A análise sobre o fenômeno e a política migratória feita pelo Governo brasileiro não conferia aos imigrantes portugueses nenhuma prioridade. Por outro lado, havia interesses da parte do Brasil em estimular a imigração portuguesa, e da parte de Portugal, a partir de meados da década de 1840 em coibir a emigração. As autoridades portuguesas reclamaram as atitudes do Governo brasileiro que facilitavam a recepção de imigrantes portugueses que culminaria no aumento da emigração clandestina. Porém, desde que findou o sistema dos tratados no período da Independência, o Governo brasileiro dificilmente atendia às exigências do Governo português relativas à legislação interna.

Para o Governo brasileiro, cabia às autoridades portuguesas prevenir e controlar a emigração clandestina na origem. A divergência de opiniões sobre a imigração portuguesa no Brasil alimentava o confronto nas relações diplomáticas não só com Portugal, mas também com outros países de emigração. No diagnóstico do Senador brasileiro, o Barão de Quaraim, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, em 1861 a imigração portuguesa era a mais conveniente ao Brasil em razão das afinidades da língua, costumes, religião e da capacidade de adaptação, o que denota alguma semelhança com as razões da imigração brasileira em Portugal nas últimas décadas. Nesta época, a imigração portuguesa no Brasil passa por fase de fluxos intensos, tendo chegado 31.595 portugueses entre 1857 e 1861. A partir de 1871 aumentou a imigração portuguesa no Brasil, sendo a maioria dos imigrantes procedentes do norte e dos Açores. Todos eram recrutados em Portugal e assalariados no Brasil por agenciadores gananciosos que se aproveitavam da situação precária em que chegavam os imigrantes, muitos deles endividados com agenciadores em Portugal, com os capitães de transporte, e tudo isso era descontado posteriormente nos salários (Cervo e Magalhães, 2000: 123-125).

Além de portugueses e africanos, os italianos foram os que chegaram em maior número ao Brasil, seguidos dos espanhóis, alemães e japoneses. E quanto aos efeitos dessa diversificada imigração no país, Eduardo Bueno faz boa reflexão:

Estes povos não modificaram apenas os hábitos, a língua, a forma de pensar, de agir e de se alimentar: mudaram a própria imagem que o país fazia de si mesmo. E, se não puderam mudar o “clima”, transformaram profundamente a “paisagem”: especialmente no Sul, o “imperialismo ecológico” dos “povos transplantados” fez brotar um Brasil europeizado, com outras árvores, outros animais, outras raízes. E, é claro, outras gentes: afinal, se na planície litorânea os povos *Tupi* foram massacrados para dar lugar aos colonos lusitanos, nas serranias do Sul, os Kaingang seriam exterminados para

“liberar” a terra para os imigrantes teuto-italianos. No caldeirão brasileiro, algumas raças são mais iguais que outras (Bueno, 2003: 264).

Na década de 1930, o então presidente Getúlio Vargas criou uma lei para o controle da imigração no Brasil, à qual apenas os portugueses não estavam sujeitos. Nesta altura, o Brasil já não precisava de imigrantes para trabalhar na indústria ou na agricultura, pois os nacionais já supriam esta demanda. Durante o período de governo de Salazar em Portugal houve mais fluxos de imigração portuguesa no Brasil que duraram até meados da década de 60.

2. A imigração brasileira em Portugal

Nos dias atuais Portugal convive com a imigração proveniente das suas ex-colônias, da Europa de Leste além da imigração advinda de outros países da União Europeia, principalmente dos países nórdicos.

Entre os fatores que contribuíram para Portugal se tornar um país de fluxo imigratório podem ser citados: a crise econômica em países da América Latina, as guerras do Leste Europeu, o consequente agravamento das desigualdades socioeconômicas, os processos de globalização que, entre outras consequências, trouxeram a reestruturação da indústria e do mercado de trabalho e a criação da União Europeia que não trazia, na época, uma política de imigração que fosse comum a todos os países participantes. Além disso, é preciso considerar o fim do império colonial, que entre outros resultados provocou a deslocação de muitas pessoas, inclusive portugueses que retornaram ao seu país.

Na década de 60, imigrantes cabo-verdianos chegaram a Portugal para suprir vagas no mercado de trabalho oriundas da emigração portuguesa para as Américas e alguns países da Europa. Esta se constituiu a primeira vaga de imigração significativa em Portugal. Na década seguinte, após a Revolução do 25 de Abril, ocorreu outro processo migratório em consequência da descolonização. Neste período muitos africanos imigraram em Portugal e os portugueses retornaram ao país de origem. Nos anos 80 verifica-se outra etapa de imigração proveniente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, composta em grande escala por pessoas sem qualificação profissional e com baixos níveis de escolaridade que ocuparam vagas no mercado de trabalho nos setores da construção civil, obras públicas, serviços

domésticos e de limpeza. Neste período começaram também a vir os imigrantes asiáticos (Malheiros, 1996).

Observando-se o que pode ser considerado como atrativo do país de acolhimento vale ressaltar fatos importantes do panorama econômico em Portugal na década de 80. Ao entrar na Comunidade Europeia o país apresentou crescimento na economia, investimentos em obras públicas, no comércio e no setor de serviços, nomeadamente o turismo. Além disso, é importante notar que o Acordo de Schengen³ que constituiu uma fronteira única na Europa, facilitou a entrada dos imigrantes dos países do Leste Europeu, e no que se refere aos imigrantes do Brasil têm-se acordos luso-brasileiros e a língua portuguesa que facilitam a inserção destas pessoas.

A primeira vaga de imigração brasileira em Portugal aconteceu em meados dos anos 80 quando vieram alguns profissionais qualificados (dentistas, profissionais da área de comunicação, especialistas em televisão, *marketing*, informática, fisioterapeutas). Contudo, foi no final dos anos 90 e princípio da década seguinte que este fluxo de imigração tornou-se expressivo e crescente trazendo, desta vez, imigrantes com perfis diversos daqueles da primeira vaga. Durante este período o Brasil enfrentou crises econômicas que comprometeram, entre outros setores, o mercado de trabalho propiciando a fase de emigração que motivou alguns brasileiros a saírem do país em busca de novas oportunidades profissionais e melhores condições de vida. Estes brasileiros concentraram-se na região de Lisboa, confirmando a característica de uma imigração mais laboral, porém com grande diversificação de perfis. Os imigrantes brasileiros estão presentes tanto nos seguimentos qualificados do mercado de trabalho primário como em outras posições do mercado de trabalho secundário e esta distribuição não é uniforme nas duas vagas da imigração (Malheiros, 2007: 17).

³ O *Acordo Schengen* foi originalmente assinado em 14 de junho de 1985 por cinco países (Bélgica, França, Alemanha, Luxemburgo e Países Baixos) e estabeleceu os passos a seguir para criar o espaço Schengen. Um documento adicional chamado *Convenção de Schengen* foi criado para pôr o tratado de Schengen em prática. Este segundo documento substituiu o primeiro e foi assinado por cada país na seguinte ordem: 27 de novembro de 1990: Itália, 25 de junho de 1992: Espanha e Portugal, 6 de novembro de 1992: Grécia, 28 de abril de 1995: Áustria, 19 de dezembro de 1996: Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia, 20 de maio de 1999: Reino Unido (incluindo Gibraltar), 16 de Junho de 2000: Irlanda, 1 de Maio de 2004: Chipre (não implementado), Estónia, Eslováquia e Eslovénia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa, 16 de outubro de 2004: Suíça (ratificado por referendo em 5 de junho de 2005), 1 de Janeiro de 2007: Bulgária e Roménia (não implementado), 28 de fevereiro de 2008: Liechtenstein (não implementado). Mónaco, San Marino e o Vaticano estão de fato dentro do Acordo de Schengen por serem enclaves e terem acordos com países-membros. http://ec.europa.eu/youreurope/nav/pt/citizens/travelling/schengen-area/index.html#20134_3 acesso em 23/05/10, 18:22h.

O período de insegurança no mercado financeiro, os altos índices de inflação e a perda das poupanças em decorrência do Plano Collor⁴ foram os principais fatores de incentivo à emigração brasileira não só para Portugal, mas também para outros países, tais como Estados Unidos, Itália e Japão.

Conforme *Relatório Estatístico Anual 2008* do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, na seção 3, os dados sobre população estrangeira desagregada por nacionalidade e sexo apontam que o número total de estrangeiros é de 240.096 homens e 195.640 mulheres. O total de imigrantes brasileiros é de 66.354, sendo 31.834 homens e 34.520 mulheres.

“Por outro lado, ao associarmos a desagregação por gênero à sua distribuição por grandes zonas geográficas de origem (...) verifica-se que os valores relativos ao sexo masculino se mantêm de uma forma geral, para todos os continentes, com exceção do continente americano, onde se assinala uma ligeira supremacia do sexo feminino.

“Numa análise de gênero das nacionalidades mais representativas, apenas no caso do Brasil, o sexo feminino apresenta valores superiores aos do sexo masculino” (SEF, 2008: 19-20).

Existem representações deste número nos mercados do lazer e do sexo, situação proveniente de redes imigratórias especializadas em prostituição, que tem extensões no Brasil, onde recrutam mulheres para trabalhar em bares noturnos e “casas de alterne” não só em Portugal, mas em outros países da Europa. Porém, apesar do número de mulheres brasileiras envolvidas na prostituição, os dados apurados pelo estudo apresentado por Beatriz Padilla (2007: 128-131) e citados por Malheiros (2007: 29) apontam que a maioria das imigrantes trabalha no comércio, nos serviços de limpeza e na rede hoteleira. Há também elevado número de casamentos mistos envolvendo mulheres brasileiras, representando metade dos casamentos mistos entre homens portugueses e mulheres estrangeiras (Paulo Raposo, 2009: 55).

Segundo dados do último relatório anual do SEF a respeito de recusas para entrar no país, por nacionalidade, o Brasil ocupa o primeiro lugar (2068 recusas), seguido da Venezuela (624), do Senegal (407), de Angola (113) e da Guiné-Bissau (97). Quanto aos principais

⁴ O Plano Collor é o nome dado ao conjunto de reformas econômicas e planos para estabilização da inflação criados durante a presidência de Fernando Collor de Mello (1990-1992), sendo o plano estendido até 31 de julho de 1993. O plano era oficialmente chamado Plano Brasil Novo, mas ele se tornou associado fortemente a figura de Collor, e "Plano Collor" se tornou nome de fato. O plano Collor combinava liberação fiscal e financeira com medidas radicais para estabilização da inflação. As principais medidas de estabilização da inflação foram acompanhadas de programas de reforma de comércio externo, a *Política Industrial e de Comércio Exterior*, mais conhecida como PICE, e um programa de privatização intitulado *Programa Nacional de Desestatização*, mais conhecido como PND.

http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1524154-9356,00.html acesso em 23/05/10, 18:41h.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Collor acesso em 23/05/10, 18:41h.

motivos de recusa de entrada em Portugal são indicados: a ausência de motivos que justifiquem a entrada, ausência de visto/visto caducado e o uso de documento falso/falsificado. Cruzando as nacionalidades com os fundamentos da recusa de entrada, o SEF informa que, no caso do Brasil, os principais motivos foram ausência de visto/visto caducado (718), a ausência de motivos que justifiquem a entrada (600) e a falta de meios de subsistência (554).

Consultei também os dados sobre investigação criminal. Segundo as informações do relatório, durante o ano de 2007, foram registrados no SEF 531 processos, representando desta forma uma descida de 19,5% face a 2006. Entre as áreas regionais, destacam-se Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo e o Algarve. Por tipo de crime predominante, evidenciam-se os inquéritos relativos ao crime de falsificação de documentos, de auxílio e associação de auxílio à imigração ilegal, lenocínio e uso de documento alheio. Relativamente à nacionalidade dos arguidos, continuam a destacar-se a portuguesa (119) e a brasileira (86). Seguem-se a angolana (45), a nigeriana (33), a senegalesa (32), a chinesa (29), a indiana (21) e a romena (17) (SEF, 2007: 32-36).

Portanto, os dados informados pelo SEF demonstram que os motivos que impediram brasileiros de entrarem no país não estavam relacionados à prática de crimes, mas à falta de meios de subsistência para viver em Portugal. Quanto à investigação criminal, a nacionalidade portuguesa acompanha, à frente, a brasileira, o que torna pouco convincentes as justificações para associar a imagem da identidade brasileira ao crime ou à prostituição.

Diante de números tão expressivos relativos à imigração brasileira é natural que esta tenha se tornado importante no quadro de migrações em Portugal, nomeadamente em Lisboa. Por outro lado, a imigração brasileira em Portugal carece de outras atenções que não vi sequer serem sugeridas seja pelos órgãos competentes, seja pela comunidade acadêmica: políticas públicas que tragam esclarecimentos sobre cultura e sociedade, mercado de trabalho, condições de vida e implicações dos processos migratórios em ambos os países.

Os órgãos ou associações que têm o papel de representar e/ou divulgar a cultura brasileira em Portugal, nomeadamente a Embaixada do Brasil, o Consulado-Geral do Brasil em Lisboa, e a Casa do Brasil de Lisboa, cada um em suas respectivas funções, exercem atividades voltadas para o amparo e apoio ao imigrante, orientação e auxílio no âmbito da legislação, desenvolvimento das relações políticas, econômicas e comerciais, culturais e científicas entre os dois países. Todavia, na prática, as ações demonstram insuficiência e pouco alcance.

A Embaixada do Brasil⁵ tem a função diplomática de representar o Estado brasileiro em Portugal, promover relações amistosas e desenvolver as relações políticas, econômicas e comerciais, culturais e científicas entre os dois Estados. No site estão disponíveis informações e serviços, assim como a programação cultural. Esta programação cultural da Embaixada é divulgada através de e-mails, sendo necessário aceder ao site, inscrever-se e, a partir de então receber a divulgação dos eventos.

A finalidade do Consulado-Geral do Brasil em Lisboa⁶ é a de prestar informações, orientação e auxílio aos cidadãos brasileiros, no âmbito das legislações brasileira e portuguesa e dos tratados internacionais firmados pelo Brasil. O Consulado, uma repartição pública do Governo brasileiro, está vinculado ao Ministério das Relações Exteriores. Portanto, todos os brasileiros que vivem em Portugal, em algum momento precisam visitar o Consulado para tratar de assuntos relativos à documentação. O Consulado também mantém um site na internet onde disponibiliza informações e serviços.

A Casa do Brasil de Lisboa (CBL) realiza eventos culturais e recreativos, exerce atividades políticas, de apoio social e jurídico aos sócios e imigrantes em geral e pretende garantir a integração cidadã dos imigrantes buscando apoio na sociedade civil portuguesa: Igreja Católica, centrais sindicais, partidos políticos, ONG's e associações de direitos civis. Porém, a divulgação das atividades é feita em maior parte através do site⁷ na internet ou do jornal *Sabiá*, um jornal tabloide com tiragem de sete mil e quinhentos exemplares distribuídos gratuitamente na sede da CBL, no Consulado do Brasil em Lisboa e nas instalações de alguns dos anunciantes. No site da CBL estão disponíveis informações necessárias para a resolução dos problemas enfrentados pelos imigrantes brasileiros já residentes, legalizados ou não, e por outros brasileiros que desejem emigrar para Portugal. Portanto, para ter acesso aos serviços e realizações da CBL é preciso aceder à internet ou ter acesso ao *Sabiá*.

Além das entidades que representam o Brasil em Portugal, o ACIDI⁸ (Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), antes nomeado ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), existe como instituto público desde Maio de 2007 e depende da Presidência do Conselho de Ministros. A proposta do ACIDI consiste em contribuir para a integração dos cidadãos imigrantes e das minorias étnicas através da colaboração na concepção de políticas públicas neste âmbito. Para cumprir esta missão o ACIDI tem realizado várias ações, entre as quais, estimular o diálogo entre a academia e os

⁵ <http://www.embaixadabrasil.pt/> acesso em 31/05/10, 20:23h.

⁶ http://www.consulado-brasil.pt/consulado_apresentacao.htm acesso em 31/05/10, 17:53h.

⁷ <http://www.casado brasil.info/> acesso em 31/05/10, 17:32h.

⁸ <http://www.acidi.gov.pt/> acesso em 31/05/10, 17:41h.

decisores políticos no que diz respeito à proposta, discussão e avaliação de políticas públicas em matéria de integração de imigrantes em Portugal. Penso que o diálogo entre academia, sociedade e governo deveria estar presente nas decisões de qualquer país que tenha a preocupação em desenvolver políticas públicas de transformação social. Portanto, considero que, neste aspecto, o ACIDI tem exercido importante papel no âmbito da imigração. Através do Observatório da Imigração⁹, o ACIDI tem assumido como prioridade a desconstrução de mitos, de representações e/ou de estereótipos acerca dos imigrantes ou da imigração em geral, que teimam em ser veiculados na sociedade portuguesa. No intuito de alcançar este objetivo, o Observatório da Imigração reúne e disponibiliza o acervo de informação disponível sobre a problemática geral da imigração no país e desenvolve dossiês, estudos e investigações, em colaboração com instituições científicas e acadêmicas competentes na matéria, que sejam relevantes para fundamentar, orientar e melhorar as políticas públicas com incidência na problemática da imigração. Porém, considero ainda reduzido o conhecimento do ACIDI e de suas atividades pela população imigrante.

Entre 9 e 11 de Maio de 2002 aconteceu na Universidade Católica de Portugal em Lisboa o *I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior*, evento que inaugurou o *Projeto Brasileiros no Exterior*¹⁰. Uma iniciativa da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Distrito Federal, com o apoio organizacional da Casa do Brasil de Lisboa e a colaboração da Cáritas Portuguesa, da Cáritas Brasileira, da Obra Católica Portuguesa de Migrações e da Pastoral dos Brasileiros no Exterior, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sob o patrocínio do Banco do Brasil, o projeto tem como objetivo propor políticas de apoio e proteção ao imigrante. As propostas foram encaminhadas às instâncias dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Brasil, para serem analisadas e adotadas as medidas consideradas necessárias para sua implementação.

Todos estes órgãos públicos ou de iniciativa privada, associações ou comunidades apresentam excelentes propostas em matéria de políticas de inclusão social, de diálogo intercultural, de igualdade de direitos e oportunidades, algumas inclusive implementadas ou levadas às instâncias governamentais, porém com pouca concretização na vida prática. Faltam campanhas educativas mais persistentes e formas mais abrangentes de divulgação e adaptação ao público.

⁹ <http://www.oi.acidi.gov.pt/> acesso em 31/05/10, 17:45h.

¹⁰ http://www.portal.ecclesia.pt/instituicao/pub/23/img/encontro_iberico_brasil02.pdf acesso em 31/05/10, 21:22h.

2.1 As duas faces da imigração brasileira em Portugal

Os dados mencionados anteriormente nos remetem a reflexões sobre os diversos aspectos e implicações da imigração brasileira em Portugal e que naturalmente podem ser distinguidos como positivos e negativos.

Em um curto período de tempo a sociedade portuguesa vivenciou importantes processos político-sociais: o fim do império colonial, migrações que transformaram a sua paisagem humana e a entrada na Comunidade Europeia. Neste pouco tempo o país assistiu e participou de várias mudanças de ordem política, social e econômica, obrigando o governo português a efetivar alterações legislativas e os portugueses a revisarem seu modo de pensar o país. Isto significou deixar para trás o imaginário histórico que sustentava o “comportamento” imperialista e assumir a identidade de país europeu. Em relação aos imigrantes, a imagem foi frequentemente associada à cor da pele, criando desde então equívocos sobre a noção de estrangeiro presente até os dias de hoje. Trata-se de pouco tempo para gerir tantas modificações, o que em parte explica o peso dos aspectos negativos da imigração brasileira.

No contexto atual, a crise econômica e os elevados índices de desemprego surgem como fatores motivadores de uma natural rejeição aos imigrantes. Juntando-se a isto contam-se o desconhecimento entre os dois países, fenômenos sociais como o aumento da criminalidade e, principalmente, a colaboração dos *media* que não poupam esforços para evidenciar todo e qualquer acontecimento em que um (a) brasileiro (a) apareça em situação desfavorável. Neste contexto, é possível observar como principais aspectos negativos da imigração brasileira:

- Associação da imagem da mulher brasileira à prostituição;
- Responsabilidade pela desestabilização familiar, separações e divórcios;
- Imagem de pouco comprometimento no trabalho;
- Imagem de desonestidade;
- Responsabilidade por situações de concorrência laboral;
- Constante presença de brasileiros envolvidos em situação de ilegalidade, tráfico de mulheres, prostituição e assaltos veiculados na televisão portuguesa;
- Responsabilidade por uma aparente desordem social, pela dissolução de costumes¹¹ e aumento da criminalidade;

¹¹ Ver caso das “Mães de Bragança” na página 30.

- Associação do “erro” linguístico à fala dos brasileiros (o que inicialmente pensamos ser um preconceito linguístico pode ser traduzido em preconceito social).

Apesar deste cenário desagradável, segundo Jorge Malheiros (2007: 35) os brasileiros ainda são mais felizes do que os imigrantes vindos da África no que diz respeito à imagem social. O autor afirma que os brasileiros têm imagem mais favorável e melhor integração na sociedade portuguesa, apesar das reconhecidas tensões sociais entre eles e os portugueses. Malheiros admite que tenham sido mais frequentes as atitudes discriminatórias e preconceituosas em relação a estes imigrantes, mas atribui isto a atual situação de estagnação econômica. Contudo, quanto a esta associação da intolerância ao contexto econômico, diz Michel Wieviorka:

Estamos a pensar nomeadamente na busca de bodes expiatórios quando se pretende imputar à imigração um contexto de dificuldades económicas das quais aquela se revela de fato bem mais vítima que responsável (Wieviorka, 2002: 25).

São considerados aspectos positivos da imigração brasileira:

- O papel dos imigrantes brasileiros para a demografia portuguesa e sua contribuição para atenuar os efeitos do envelhecimento demográfico;
- A dinamização do mercado de entretenimento através da “alegria brasileira”;
- A adequação dos brasileiros a determinadas funções no mercado de trabalho devido ao fato de serem festivos simpáticos e falarem português.

Para compor esse quadro de aspectos positivos e negativos da presença brasileira em Portugal, alguns casos marcaram a história desta imigração e contribuíram para que os aspectos negativos tivessem maior evidência.

2.2 Casos da imigração brasileira em Portugal

O primeiro caso que chamou atenção para a imigração brasileira em Portugal foi o dos dentistas. Em 1991 a APMD, a Associação Profissional de Médicos Dentistas de Portugal, órgão que regulamenta a profissão de médico dentista no país, acusou a presença de dentistas

brasileiros ilegais para exercer a profissão. Para tal seria necessário ser associado à APMD, que também concede a equivalência de diplomas. Constituiu-se então um impasse diplomático, já que o acordo Cultural Brasil-Portugal de 7 de setembro de 1966 no seu artigo XIV regulamenta a equivalência de diplomas de profissionais brasileiros e portugueses. O governo português baixou uma Portaria legalizando administrativamente a prática de cirurgias dentistas brasileiros em Portugal. A Portaria 180-A/92, de Junho de 1992, equiparava dentistas brasileiros a técnicos e permitia-lhes o exercício da profissão e, como não eram médicos dentistas, estavam vinculados ao Ministério da Saúde e não à APMD. A fragilidade dessa portaria foi contestada judicialmente pela APDM e todos os cirurgias dentistas brasileiros foram citados pessoalmente em processos individuais.

Em 1999 a Associação Brasileira de Odontologia e Associação Portuguesa de Estomatologia foram chamadas pelas respectivas diplomacias nacionais a chegarem a um acordo que resolvesse o problema. Foi escrito um novo acordo cultural que passou a contemplar situações como esta, ocorrida com os dentistas brasileiros em Portugal. O novo tratado prevê que a concessão de equivalência de diplomas deve ser resolvida pelas respectivas associações profissionais dos dois países. A partir de então, a associação portuguesa admitiu que os dentistas filiados à ABOP¹² (Associação Luso-Brasileira de Saúde Oral) fossem integrados à ordem portuguesa, mediante um cronograma de cursos de adaptação dos currículos.

Segundo Igor José de Renó Machado, antropólogo e pesquisador do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI), em entrevista concedida ao site *Com Ciência* (<http://www.comciencia.br/entrevistas/igor.htm> acesso em 20/04/10, 19h.), os *media* em Portugal apresentaram reportagens preconceituosas, que relacionavam os dentistas a estereótipos sobre o brasileiro malandro, espertalhão. O antropólogo reconhece que isto sensibilizou a comunicação social brasileira que deu destaque ao preconceito da cobertura jornalística portuguesa e, além disso, rentabilizou a posição dos dentistas, que podiam dizer que este era um caso de defesa da imagem do Brasil contra os preconceitos.

Outro caso de grande repercussão foi o conhecido caso das “Mães de Bragança” ou “Mulheres de Bragança”. Camilo Gonçalves, conhecido empresário da prostituição em Portugal, abriu uma das suas casas noturnas em Bragança e levou mulheres brasileiras para trabalharem no local. Em Abril de 2003 a agência Lusa noticia o caso das “Mães de Bragança”, que ganhou visibilidade internacional. Tratou-se de um movimento comandado

¹² <http://www.dentistry.pt/article.php?a=822> acesso em 23/05/10, 19:44h.

por quatro mulheres que acusavam as "meninas brasileiras" que trabalhavam em casas de prostituição de estarem "a dar a volta à cabeça dos maridos" e pediam a intervenção das autoridades a quem entregaram um abaixo-assinado. Em Outubro de 2003, Bragança foi capa da revista norte-americana *Time* que classificou a cidade como o "novo bairro vermelho da Europa". O caso resultou em intervenção policial que fechou as casas noturnas, os alegados líderes desta atividade foram processados, embora alguns estejam foragidos à justiça.

Um caso mais recente, ocorrido em Maio de 2006, se passou no concelho de Vila de Rei, situado no distrito de Castelo Branco. O concelho funcionou como facilitador da imigração legal de quatro famílias brasileiras vindas de Maringá, município situado no estado do Paraná, sul do Brasil, que se fixaram em Vila de Rei para trabalharem. Jorge Malheiros (2007) relata que o caso obteve significativa cobertura mediática, gerou controvérsia na sociedade portuguesa, e que, aqueles que discordaram do feito em número maior do que os que eram favoráveis consideraram este processo como a concessão de privilégios laborais e residenciais às famílias brasileiras. Ressalto ainda que as pessoas contratadas estavam em idade ativa, chegaram a Portugal com contratos de trabalho que previam remunerações alinhadas pelo salário mínimo nacional e que estas situações estão previstas na legislação portuguesa sobre imigração, sendo inclusive condição prévia para a entrada legal de trabalhadores estrangeiros em Portugal. Ou seja, tudo foi feito com apoio da lei, mas isso não impediu que a repercussão negativa fosse propagada principalmente nos meios de comunicação (Malheiros, 2007: 11).

Destaco o caso do assalto ao Banco Espírito Santo (BES) em Lisboa, ocorrido em 7 de Agosto de 2008 na agência situada em Campolide. Este caso teve grande repercussão nos meios de comunicação social, pois foi um acontecimento, até então, nunca visto em Portugal. Três brasileiros tentaram assaltar a agência bancária e mantiveram funcionários e clientes como reféns durante horas, tendo o assalto iniciado às quinze horas e perdurado até a madrugada do dia seguinte. A emissora de televisão SIC acompanhou e transmitiu em direto o evento. As demais, RTP e TVI também transmitiram e mantiveram o fato como notícia de destaque durante várias semanas e, um ano depois, todas as emissoras "festejaram" o ocorrido exibindo novamente a filmagem nos telejornais desde o primeiro da manhã até o último, à meia-noite. A sentença divulgada para os criminosos foi de onze anos de prisão, pena acessória de expulsão de Portugal por oito anos e ainda o pagamento de dez mil euros de indenização a cada um dos dois funcionários da dependência bancária mantidos por mais tempo sob sequestro e cerca de quinze mil euros ao BES. Sem dúvida, e com muitas razões, a

reação da população portuguesa em relação às pessoas de nacionalidade brasileira foi hostil. Este caso parece ter sido a “prova” de que a sociedade portuguesa precisava para reiterar a ideia de que a violência em Portugal foi “exportada” do Brasil.

A internet serviu de espaço para discussões entre brasileiros e portugueses. Foram vários os insultos colocando em questão a imigração brasileira em Portugal, alegando que a presença dos brasileiros trouxe esse tipo de acontecimento para o país. Alguns comentários¹³ ainda podem ser lidos em sites de notícias na internet.

É interessante observar que quase todas as fontes consultadas para este trabalho relatam casos de tensão na sociedade portuguesa, exibidos pelos *media*, em que se atribui aos brasileiros a responsabilidade por eventuais disputas laborais ou situações de aparente desordem social. Contudo, não há reconhecimento de que exista uma posição explícita contra os brasileiros por parte da sociedade portuguesa, embora seja evidente o preconceito, a criação dos estereótipos e o olhar discriminatório sobre estes estrangeiros.

3. As relações entre o Brasil e Portugal

A história revela que antes da Independência a relação do Brasil com Portugal já apresentava conflitos e divergência de interesses. Durante os acontecimentos que contribuíram para o movimento da Independência as relações transitaram sobre uma série de atos discordantes, ordens não cumpridas e decisões que desagradavam.

Entre os acontecimentos mais importantes desta época, o fato de D. João não ter regressado a Portugal e ainda ter organizado o Brasil como Reino Unido, desencadeou as demais ocorrências. Nesta altura, em Portugal ocorre a revolução de 1820 devido ao enfraquecimento do país após as ocupações francesa e inglesa e neste contexto histórico os portugueses reivindicavam o restabelecimento do governo e das condições de vida, além do regresso do rei D. João. Entretanto, em 1821 foi elaborada a Constituição Política da Monarquia Portuguesa, que mantinha o Brasil como Reino Unido, reconhecia a condição de cidadãos aos portugueses que lá estavam, mas a legislação específica sobre a ex-colônia

¹³ http://www.publico.pt/Sociedade/autor-de-assalto-ao-bes-condenado-a-11-anos-de-prisao_1390748 acesso em 26/04/10, 15:12h.

pretendia rebaixar sua situação política. A intenção era tornar o Brasil novamente uma colônia e implantar uma política que contrariava a realidade e as aspirações do povo. D. João foi forçado a reconhecer e aprovar a Constituição e a retornar a Portugal, todavia deixou o filho no Brasil. Ao regressar a Portugal, D. João deixou enorme dívida pública passiva aos administradores que ficaram em terras brasileiras, agravada pela retirada do ouro dos cofres do Banco do Brasil. A crise financeira instalou-se no Brasil gerando descontentamento e hostilidade contra a metrópole. A economia brasileira manteve o latifúndio e o trabalho escravo, e os ricos latifundiários aliaram-se aos altos funcionários da administração que lideravam o movimento pela Independência com o interesse em obter vantagens. Além disso, havia um grande fluxo de comércio entre o Brasil e a Grã-Bretanha, o que os fez pensar que não mais precisavam da intermediação de Portugal nas relações comerciais (Cervo e Magalhães, 2000: 67-76).

As ações das Cortes de Lisboa de 1820 a 1822 eram direcionadas no sentido de desmoronar o que D. João havia estruturado no Brasil e, à medida que as decisões das Cortes chegavam ao conhecimento da administração no Rio de Janeiro, cresciam os sentimentos de nacionalidade e revolta.

Até a Independência, Portugal e Brasil viveram um jogo de batalhas legislativas no qual Portugal enviava ordens ao Brasil que, por sua vez, além de não cumpri-las determinava medidas contrárias. Portugal exigia o regresso do Príncipe Regente, a nulidade de todas as medidas do Ministério de José Bonifácio e o julgamento de seus membros, a criação de outro governo segundo as decisões das Cortes, o julgamento e a condenação das lideranças provinciais insubmissas, a dissolução do Conselho de Procuradores, a prisão e o encaminhamento para Lisboa das pessoas envolvidas em movimentos no Rio de Janeiro, entre outras decisões de confronto. Por outro lado, o Brasil respondeu com o “Fico”, o “Cumpra-se” (ou não) do Príncipe Regente às leis de Lisboa, a convocação da Constituinte e a consequente cassação dos mandatos dos deputados brasileiros às Cortes de Lisboa, a expulsão do general Madeira, comandante português na Bahia, o início da guerra, a desvinculação do comércio exterior dos agentes portugueses, a nomeação dos primeiros diplomatas que representariam o Brasil em Londres, Paris, Viena, Washington e Buenos Aires, a proibição de empossar funcionários designados por Lisboa, a criação do passaporte, a proibição do comércio com Portugal, até finalmente chegar à proclamação da Independência (Bueno, 2003: 171-175; Cervo e Magalhães, 2000: 81).

Em 7 de Setembro de 1822, ao receber as cartas das Cortes de Lisboa o destituindo da posição de Príncipe Regente, D. Pedro proclama a Independência e o consequente rompimento das relações com o Reino.

Alguns historiadores consideram pacífica a passagem do Brasil monárquico para o Brasil independente, porém uma investigação mais atenta possibilita o entendimento de que não só houve guerra, como também houve conspiração e medidas administrativas estratégicas para se chegar à Independência.

(...) de lado a lado, houve a determinação de fulminar o adversário e, para tanto, a guerra de Independência do Brasil reuniu as maiores concentrações de força de todas as guerras de Independência das Américas. (...) não há como negar que a Independência do Brasil tenha sido uma conquista das armas nacionais em uma guerra que se estendeu de Junho de 1822 a Agosto de 1823 (Cervo e Magalhães, 2000: 83).

Contudo, estes conflitos armados, segundo Eduardo Bueno, não foram lutas de cunho social, mas combates entre partidários da Independência e portugueses renitentes em aceitá-la. Os movimentos para a Independência foram organizados, incentivados e financiados pelos grandes proprietários de terra e senhores de engenho, que desejavam manter o patrimônio econômico conquistado, sem, entretanto pagar impostos a Portugal. Portanto, a estrutura econômica, política e social permaneceu inalterada durante muito tempo após a Independência de Portugal, inclusive o trabalho escravo.

Tais circunstâncias levaram alguns analistas modernos a classificar o movimento da Independência como uma “revolução conservadora”, cujo desenrolar e os efeitos se manifestaram circunscritos aos grandes proprietários de terra e senhores de engenho – que, não por acaso, foram justamente os que mais contribuíram em organização, dinheiro e homens. (...) após o movimento pela Independência, não só a lei e a ordem foram preservadas, mas a propriedade e a hierarquia foram respeitadas com extraordinária consistência, mesmo que uma guerra civil tenha sido travada no seio de uma sociedade que se caracterizava pela discriminação racial e as desigualdades econômicas extremas (Bueno, 2003: 176-177).

Após a Independência do Brasil, as relações com Portugal tornaram-se ainda mais tumultuadas. O Governo português decidiu entrar em negociações diretas enviando dois comissários ao Rio de Janeiro e o Marechal de Campo Luis Paulino d’Oliveira Pinto França à Bahia com a incumbência de fazer cessar as hostilidades entre brasileiros e as tropas portuguesas do general Madeira. O Governo brasileiro não se negou a entrar em negociação com Portugal, pois tinha interesse na conciliação política e no acerto de inúmeras questões

práticas, negou-se apenas a negociar a Independência (Alves, 1999: 187-188; Cervo e Magalhães, 2000: 84-85).

Reforçaram-se os ressentimentos e alargou-se o distanciamento entre os dois países. É possível perceber no relato da história que os desentendimentos e disputas pelo poder começaram entre portugueses que viviam em Portugal e portugueses que foram para o Brasil e que todo o resto daí decorreu.

Nos anos seguintes ao reconhecimento da Independência do Brasil as relações entre os dois países apresentavam um clima desagradável e sem oportunidade para negociações. Esta situação apresenta melhoras em 1835 quando foi negociado o *Tratado de Comércio* decorrente do *Tratado de Paz e Aliança* de 1825, reanimando as esperanças de relações comerciais privilegiadas entre os dois países, algo que os comerciantes portugueses sempre desejaram. Contudo, o tratado assinado em 19 de Maio de 1836 com Portugal, bem como outros tratados feitos com a Inglaterra, a Áustria e cerca de vinte tratados da época da Independência, considerados altamente lesivos aos interesses nacionais, foram rejeitados com base na lei de 1831 que fixava as responsabilidades da Regência. O Parlamento brasileiro detinha o poder de examinar os tratados e condicionar à sua decisão a ratificação do Governo. Sendo assim, o Parlamento decidiu também não mais firmar tratados de comércio com as grandes potências, pois estas não respeitavam o princípio da reciprocidade fazendo valer os termos apenas a seu favor (Cervo e Magalhães, 2000: 133-139).

Tanto no Brasil como em Portugal, comerciantes e políticos persistiram nos apelos para que fossem revistas as negociações acerca do comércio, mas a intransigência política de ambos os lados não permitiu. Diante das impossibilidades de negociações entre os dois países, o *Tratado de Paz e Aliança* de 1825 foi perdendo sua força. Nos anos que se seguiram, as relações estiveram marcadas por reclamações e protestos de ambos os lados relativos ao não cumprimento ou não aceitação de alguma regra ou acordo estabelecido. Houve tentativas de conciliações na perspectiva do comércio bilateral, porém surgiam sempre medidas desfavoráveis a um ou a outro, que demonstravam grande instabilidade de regras e geravam descontentamentos e atritos.

Com a implantação da República no Brasil, as relações luso-brasileiras enfrentaram sérios problemas, a começar pela expulsão da família imperial. D. Pedro II retornou a Portugal sendo recebido pelo Rei D. Carlos. Conforme Amado Cervo e José Magalhães (2000), a intervenção de Portugal na Revolta da Armada trouxe graves desentendimentos e a consequente ruptura das relações diplomáticas. Além disso, houve o conflito referente à

naturalização em massa no Brasil. A República decretou a chamada “grande naturalização”, através da qual todo o estrangeiro residente à data da proclamação da República adquiria automaticamente a nacionalidade brasileira, a menos que declarasse formalmente o desinteresse. Os que fossem residentes no país há dois anos seriam considerados cidadãos brasileiros, podendo também renunciar a esse direito através de declaração formal. É importante ressaltar que estes atos não traduziam uma manifestação de nacionalismo, porém, mais uma estratégia política que resguardava interesses em evitar conflitos de soberania no território. Além de Portugal, outras nações europeias enviaram protestos formais: França, Grã-Bretanha, Áustria-Hungria e Itália, de onde partiu a reação mais agressiva. Houve inclusive a intenção de enviarem uma expedição armada coletiva dessas potências, com o objetivo de demover a República do Brasil de sua política. Desistiram porque poucos imigrantes recusaram a nacionalidade brasileira, a grande maioria preferiu adotar devido às facilidades de adaptação (Cervo e Magalhães, 2000: 157-160).

Apesar das ameaças, represálias, discussões, envios de documentos, a “grande naturalização” não sofreu modificações legais. Todavia, foram documentadas e entregues em Portugal ao representante da República brasileira, Conde de Paço d’Arcos, em Maio de 1891, as diretrizes de política externa para o Brasil: preservar os laços entre as nações como se fossem laços familiares; não ingerir-se em assuntos internos do outro país; conservar a colônia portuguesa como um patrimônio nacional (Cervo e Magalhães, 2000: 162).

O documento revela que desde esta época o apelo aos “laços familiares” está presente sempre que a situação entre o Brasil e Portugal encontra-se em fase crítica. Porém, percebe-se também que ao serem equacionadas as divergências políticas e resolvidas as questões comerciais que viabilizam as relações econômicas, os “laços familiares” saem da evidência. Os dois países prosseguiram defendendo seus interesses e doutrinas, e suas relações diplomáticas continuaram baseadas em acordos bilaterais.

Durante os governos de Getúlio Vargas (1937-1945), Café Filho (1954-1955) e Juscelino Kubitschek (1956-1961), as relações entre os países estavam amigáveis, pois o Brasil defendia o governo português perante as Nações Unidas no que dizia respeito à colonização. Entretanto, no governo de Jânio Quadros (entre 31 de Janeiro de 1961 e 25 de Agosto de 1961) a situação era outra, o Brasil enfrentava a crise do café e a posição do governo era contra o colonialismo português. Nos governos seguintes a situação permanece a mesma. Na altura da revolução portuguesa em 1974 e do período de descolonização o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o novo regime político português.

Com o advento dos 25 de Abril, as relações com o Brasil passaram por fases negativas e de pouco entendimento. Depois de estabilizada a política portuguesa os governos constitucionais retomam o relacionamento com o Brasil reconhecendo a importância disso para a política externa portuguesa.

Em 1986 Portugal passou a fazer parte da Comunidade Europeia e precisamente nesta década ocorre a primeira vaga expressiva de imigração brasileira no país. O Brasil, país de imigração e maior receptor de imigrantes portugueses, torna-se também país de emigração. Por outro lado, em consequência do fim da colonização e da entrada na comunidade europeia, Portugal torna-se país de imigração e começa a receber os imigrantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa, imigrantes do Brasil, inclusive portugueses e luso-descendentes com direito à cidadania. Na década seguinte (1990), período em que Fernando Henrique Cardoso assume a presidência do Brasil, o país passa pela política de privatizações, entrando em fase de crescimento econômico e estabilização da moeda. Foi também nesta década que se firmou o Acordo Ortográfico e que o Brasil propôs a criação da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa assinado em 1990 é um tratado internacional que tem por objetivo criar uma ortografia unificada para o português escrito a ser usado por todos os países de língua oficial portuguesa. Foi assinado por representantes oficiais de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990. Depois de obter a sua Independência, Timor-Leste aderiu ao Acordo em 2004. O Acordo entrou em vigor no início de 2009 no Brasil e em Janeiro de 2010 em Portugal. Tudo indica que os restantes países da CPLP o implementarão brevemente.

Mais uma vez, Portugal e Brasil entram em fase de polêmicas discussões e muitos insultos por parte de leigos e intelectuais. Os que eram contra o Acordo apontavam motivos tão absurdos quanto preconceituosos. Os *blogs* e sites da internet tornaram-se novamente “palcos” de verdadeiros confrontos virtuais em que portugueses e brasileiros, aproveitando-se da situação anônima, insultaram-se com ofensas diversas¹⁴.

Efetivada na I Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Lisboa, em 17 e 18 de Julho de 1996, a CPLP apresenta três objetivos estatutários: a concertação político-diplomática, a cooperação entre os Estados membros e a promoção e difusão da língua

¹⁴ <http://memoriavirtual.net/2008/04/cultura-artes-e-letras/acordo-ortografico/> acesso em 18/04/10, 16:13h.

portuguesa. Inicialmente foram sete países a participarem e em 2002, com a adesão de Timor-Leste, a CPLP passou a contar com oito Estados membros: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Ao final dos anos noventa, em 1997, começam os primeiros planos para os festejos de “comemoração dos quinhentos anos de descobrimento”. Nesta época, seguem para o Brasil alguns empresários e investidores portugueses, desencadeando um movimento então chamado de “Regresso das Caravelas”, fato que demonstra aproximação econômica e comercial. Em 22 de Abril de 2000, Brasil e Portugal assinam o *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta*, na cidade de Porto Seguro, situada no estado da Bahia, local aonde chegaram as naus de Pedro Álvares Cabral em 1500. O Tratado institucionalizou as relações entre os dois países em todas as áreas e criou uma *Comissão Permanente Luso-Brasileira* para acompanhar a sua execução (Feldman, 2002: 146).

Segundo Raquel Patrício em seu artigo *Uma Reflexão Sobre o Brasil Contemporâneo*¹⁵ (2008), Portugal tem declarado como prioridade da recente política externa a internacionalização da economia e o desenvolvimento de uma política cultural externa, pautada na valorização da língua e da cultura portuguesas através do exercício da CPLP e de países membros, da valorização das comunidades portuguesas no mundo, do reforço das relações com o Brasil e da ação dos centros culturais, como por exemplo, o Instituto Camões, em busca do desenvolvimento e da construção do universo lusófono. Em relação ao Brasil, Patrício considera ineficiente a política externa portuguesa, limitando-se ao discurso afetivo e cultural.

Conforme Bela Feldman (2002: 150), em 24 de Janeiro de 1993 foi notícia em destaque em todos os jornais do Brasil que onze brasileiros haviam sido detidos e submetidos a maus-tratos no aeroporto de Lisboa, notícia que aparentemente surpreendeu o governo brasileiro. As autoridades brasileiras tentaram minimizar os fatos para que o “incidente” fosse esquecido o mais rápido possível, afinal, havia interesses econômicos de ambos os lados em questão. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro não poderia deixar de manifestar-se em relação a tal ocorrência. Desta maneira, a crise diplomática, considerada pela autora como “drama familiar”, foi inevitável.

Em face destes acontecimentos, o então presidente Mário Soares, cujo partido se opunha ao do primeiro-ministro Cavaco Silva, convida o embaixador do Brasil em Portugal, José Aparecido, para participar do ato de “Resistência Contra o Racismo e a Discriminação”.

¹⁵ <http://brasil-americanosul.blogspot.com/2008/11/portugal-brasil-o-lugar-que-cada-um.html> acesso em 18/04/10, 15:23h.

Apesar disso, o primeiro-ministro segue com a política europeia, formula-se a Lei dos Estrangeiros de 1992, que atende à adesão de Portugal ao espaço Schengen. Logo em seguida começam os movimentos em direção às negociações diplomáticas para a resolução dos conflitos. Investigações, cartas, visitas diplomáticas dos embaixadores, e mais uma vez as “raízes históricas” vencem os conflitos e neutralizam o “drama familiar”. Neste contexto, José Aparecido, o então embaixador brasileiro, empenha-se naquele mesmo ano em efetivar a criação da CPLP, oficializada em 1996 (Feldman, 2002: 158).

Em artigo publicado na Folha de São Paulo, sugestivamente, em 10 de Junho de 1999, «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas», Francisco Knopfli, atual embaixador de Portugal no Brasil, expõe a relevância dos fortes elos de afetividades entre Brasil e Portugal no contexto do atual interesse de Portugal e de empresários portugueses pelas potencialidades econômicas do Brasil (...) (Feldman, 2002: 167).

Nesta altura o Brasil representava o país de referência no MERCOSUL¹⁶ e havia interesses pelas suas potencialidades econômicas. Naquele momento foi importante evidenciar as similaridades da língua e da cultura entre os dois países, pois se tratava da consolidação de um “bloco supranacional lusófono” sob a liderança de Portugal, em resposta a então atual política de internacionalização da economia (Feldman, 2002: 168).

A mais recente situação incômoda das relações entre Brasil e Portugal decorreu da exibição de um programa feito pela atriz brasileira Maité Proença. A atriz esteve em Portugal em 2007, gravou um vídeo para o programa *Saia Justa*, da Globo GNT. No vídeo, Maité passa pelos pontos turísticos e faz comentários jocosos sobre os portugueses, que certamente não gostaram do que viram. As ofensas foram: chamar Sintra de “vilazinha”, desconhecer o significado místico do número 3 ao contrário e gozar com isso, dizer que "o ditador Salazar esteve no poder mais de vinte anos", demonstrando falta de conhecimento razoável sobre a história do país, referir-se (num tom jocoso) ao fato de os portugueses terem elegido Salazar como "o melhor português de sempre", dizer que em frente a Belém está "o mar" e cuspir na fonte do Mosteiro dos Jerónimos. O vídeo, ridículo e entediante, sequer consegue produzir humor.

¹⁶ O Mercosul, Mercado Comum do Sul é a união aduaneira (livre comércio intra-zona e política comercial comum) de cinco países da América do Sul. Em sua formação original o bloco era composto por quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde 2006, a Venezuela depende de aprovação dos congressos nacionais para que sua entrada seja aprovada. No dia 07 de abril de 2010, entrou oficialmente no bloco o Estado de Israel, sendo o primeiro país fora da América do Sul a ingressar no Mercosul, porém, sua participação é apenas o livre comércio atualmente restrito a Brasil e Uruguai.

A reação dos portugueses não se limitou a protestos, pois a comunicação social cuidou para que o assunto se tornasse uma questão diplomática entre os dois países. Foram lançadas petições na internet a exigirem pedidos de desculpas, não de Maité Proença, mas do governo brasileiro. Os jornais e as televisões noticiaram e comentaram sobre o assunto durante semanas e a atitude hostil de alguns portugueses em relação a brasileiros ao comentarem nas ruas sobre o assunto era notória.

É importante reconhecer e compreender o imaginário simbólico de uma sociedade sobre o seu patrimônio cultural, incluindo-se cidades, monumentos, comportamentos, história, hábitos e costumes para perceber a dimensão das ofensas. Portanto, é perfeitamente compreensível a indignação dos portugueses por se tratar da defesa do seu patrimônio ao vê-lo desqualificado na televisão. Contudo, embora considere natural a indignação dos portugueses, classifico de exagerada a maneira escandalosa como foi tratado o assunto na comunicação social, incitando os portugueses a atitudes agressivas e à exigência de um pedido de desculpas da parte do governo brasileiro.

O jornalista português João Pereira Coutinho¹⁷ diz em seu comentário a respeito deste fato, publicado na *Folha Online* em 19 de Outubro de 2009:

Eis o problema: se o vídeo tivesse sido feito por um português, os outros portugueses aplaudiriam. Bater na pátria é mais do que hábito; é a nossa identidade cultural. Acontece que o vídeo foi feito por uma estrangeira. Pior: por uma brasileira. Um pormenor que altera o quadro. Duplamente. Primeiro, porque mexe com os seculares complexos de inferioridade dos portugueses: o brasileiro, como diria o Eça, pode ser um português dilatado pelo calor. Mas o Brasil é também um Portugal dilatado pela diversidade, pela riqueza e pelo gigantismo. Portugal em ponto grande. E com futuro. Mas existe uma segunda explicação para o ódio público: o vídeo de Maité Proença foi apenas um pretexto, e um bom pretexto, para que o português típico pudesse descarregar os seus preconceitos típicos sobre os brasileiros. Esses preconceitos existem na sociedade portuguesa. E com a vaga recente de imigração brasileira mais pobre, pioraram e azedaram. Não vale a pena visitar o cardápio de pensamentos funestos. Basta caminhar por Lisboa. Olhar. Escutar. As piadas sobre portugueses ainda têm piada. A xenofobia dos portugueses sobre os brasileiros não tem piada alguma. Antes de assinarem petições ou pedirem a cabeça de uma atriz de novelas, os portugueses indignados deveriam perguntar seriamente quando foi a última vez que trataram um brasileiro como "ladrão" e uma brasileira como "prostituta". Tenho a certeza que a indignação passa depressa¹⁸.

¹⁷ João Pereira Coutinho, 32 anos, é colunista da Folha. Reuniu seus artigos para o Brasil no livro *Avenida Paulista* (Record). Escreve quinzenalmente, às segundas-feiras, para o jornal *Folha Online*.

¹⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/joaopereiracoutinho/ult2707u639734.shtml> acesso em 21/04/10, 16:23h.

Em resumo, o que se pode dizer sobre as relações entre Brasil e Portugal é que talvez fosse mais interessante para ambos assumirem seus interesses políticos e econômicos sem necessariamente usarem o discurso fraternal pautado no patrimônio histórico-cultural-linguístico como sustentáculo das relações que são apenas diplomáticas.

Sobre as relações culturais entre os dois países, intelectuais acusam a falta de comunicação entre as duas academias. Ambos permanecem com políticas internacionais que desconsideram os conhecimentos gerados por cada um. Mais uma vez apontam-se as relações históricas permeadas pelas hostilidades bilaterais e a autossuficiência acadêmica de ambos que impedem uma convivência intelectual mais produtiva. Referindo-se ao assunto, disse muito bem o escritor José Saramago que as relações culturais entre o Brasil e Portugal não passam de “condecorações”:

(...) Por outro lado, há uma coisa que se chama governo. Há o governo brasileiro, que na situação atual caminha para a democracia, e que fazem às vezes uns chamados acordos culturais, trocam umas condecorações um Cruzeiro do Sul para mim a Ordem de Santiago para si, fazemos uns discursos na altura das condecorações e depois tudo continua como era dantes. Esta é mais uma prova de que as relações são estúpidas, porque realmente, não são relações de culturas. São relações puramente políticas¹⁹.

Em Portugal o conhecimento do Brasil é escasso e feito de lugares-comuns. Sendo difícil a leitura de jornais brasileiros em Portugal e de jornais portugueses no Brasil, o que poderia ser útil deveria ser a televisão. Porém, este meio de comunicação não tem exercido o papel educativo que se espera. As notícias do Brasil na televisão portuguesa limitam-se aos assuntos referentes aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sobretudo no que diz respeito ao quotidiano das favelas do Rio e os confrontos entre a polícia e o tráfico de drogas. As telenovelas deveriam trabalhar mais e melhor os seus conteúdos a fim de contribuir para preencher esta lacuna da comunicação social em Portugal. No Brasil são publicadas apenas notícias relevantes do cenário político, que estejam relacionadas com o país, salvo as reportagens sobre Portugal e seus roteiros turísticos exibidas pela Rede Globo desde que implantou em Portugal a Globo Internacional.

Diante do que foi exposto nota-se que o grau de desconhecimento, desconfiança, melindre e ressentimento entre Portugal e o Brasil alimentam um relacionamento oscilante e de poucas medidas efetivas que possam inverter esta situação.

¹⁹ Entrevista de José Saramago ao site *Com Ciência* publicada em 11/5/2009 <http://www.consciencia.org/entrevista-jose-saramago-portugal-e-brasil-desuniao-cultural> acesso em 21/04/10, 19:43h.

Capítulo II

(...) a diferença cultural é “primeira”, possui certa espessura histórica e seus membros procuram mantê-la, reproduzi-la, defendê-la. A diferença em si é construída, inédita ou renovada, “segunda”, de ordem da invenção (Wieviorka, 2002: 131).

1. Identidade e suas diferenças

Falar sobre identidade requer a convocação de noções como diferença, alteridade e reconhecimento. Isto porque, em princípio, vai-se buscar o subsídio da semântica que logo nos apresenta mais de um significado de tais palavras. Para além de percorrer vários sentidos, a semântica utiliza-se de outras noções para explicar determinada palavra, tão amplas quanto aquela a ser definida, o que nos alerta para a complexidade da língua portuguesa e seus diversos signos, significados e significâncias.

No caso da palavra identidade²⁰, o *Dicionário da Língua Portuguesa* apresenta cinco significados, inclusive nas áreas do Direito e da Matemática. Entretanto, para melhor clarificar as definições, lá estão os conceitos de reconhecimento e igualdade. Portanto, é impossível analisar o conceito identidade sem também refletir sobre reconhecimento e igualdade, e deste modo ocorre em relação a qualquer outra temática que seja abordada em sua amplitude.

Identidade pode ser qualidade de *idêntico*, *paridade* ou *igualdade absoluta*. Prosseguindo na semântica deste vocábulo, percebe-se que o conjunto de características distintivas de um indivíduo deve ser *reconhecido* para compor a sua identidade. No sentido matemático, trata-se de uma *igualdade*, mas na condição de *verificável* (*reconhecível*) de todo e qualquer valor atribuído a uma *incógnita*, que nada mais é que um termo sem valor conhecido, um *desconhecido*. Visto desta forma, o significado das palavras parece algo complexo, entretanto, sequer saímos da questão semântica.

²⁰ **Identidade** - (substantivo feminino) – 1. Qualidade de idêntico; 2. Paridade ou igualdade absoluta; 3. Conjunto de características (físicas, psicológicas) essenciais e distintivas de alguém, de um grupo social ou de alguma coisa; 4. DIREITO – conjunto de características (nome, sexo, impressões digitais, filiação, naturalidade, etc.) de um indivíduo consideradas para o seu **reconhecimento**; 5. MATEMÁTICA – igualdade (em álgebra) verificável para todos e quaisquer valores atribuídos às **incógnitas**; PRINCÍPIO DE – um dos princípios pressupostos na atividade racional do espírito: o que é, é, o que não é, não é. A é A (*Dicionário da Língua Portuguesa, Porto, Porto Editora, 2003*).

Ao pesquisar sobre a definição de diferença²¹ noto a composição de mais elementos, pois apesar da esperada explicação *distinção de uma coisa da outra*, ou *falta de igualdade*, surgem em seguida alguns termos que nos arrastam para outros caminhos, tais como *divergência*, *diversidade*, *alteridade*, *alteração*, e, mais uma vez, o sentido matemático deixa a sugestão de ambiguidade acentuada pelo uso do termo *resto*.

Segui então pelas definições de reconhecimento²² e, mais uma vez, não foi possível ficar apenas no *ato de reconhecer*. Percorri os caminhos da *identificação*, da *gratidão*, da *recompensa*, do *mérito*, da *valorização*, da *inspeção*, da *confissão* (talvez o reconhecimento do próprio reconhecido), da *aceitação*, da *legitimação*, da *verdade* e da *ratificação*. Desta vez estive salva do sentido matemático. É significativo o fato de Amin Maalouf (2003: 17) afirmar desconfiar das palavras, pois as que parecem mais límpidas são muitas vezes as mais traidoras. Segundo ele, a palavra identidade é uma delas.

Sempre que desconhecemos alguém, alguma coisa ou situação, criamos uma imagem mental desse desconhecido. Esta imagem tem o importante papel de mediar a realidade como ela é e a ideia de realidade que nós construímos. Portanto, ao compartilharmos crenças relativas a atributos pessoais de um grupo de pessoas, traços de personalidade ou comportamentos, estamos criando estereótipos²³, outro conceito importante, esclarecedor e pertinente, que deve também ser analisado antes de partirmos para a questão central desta discussão. Este termo é usado pelas Ciências Sociais no que diz respeito à construção simbólica de um produto através de ideias preconcebidas, desconsiderando seus valores socioculturais e o representando de forma exagerada para formar uma ideologia social. Trata-se de uma noção infundada sobre um determinado grupo social, através do qual se atribui a

²¹ **Diferença** (substantivo feminino) – 1. Carácter que distingue uma coisa da outra; 2. Falta de igualdade ou de semelhança; 3. Divergência, disparidade; 4. Diversidade; 5. FILOSOFIA: Relação de alteridade entre duas coisas que têm elementos idênticos; 6. Transformação, alteração; 7. Transtorno, incómodo; 8. MATEMÁTICA: O que fica de um número ao qual se subtrai outro número menor, **resto**; 9. Excesso; 10. Troco; - ESPECÍFICA: Carácter pelo qual uma espécie se distingue de outras espécies do mesmo gênero; FAZER: ser diferente, diferir, causar transtorno (*Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2003).

²² **Reconhecimento** - (substantivo masculino) – 1. ato ou efeito de reconhecer; 2. identificação de algo ou alguém já conhecido; 3. Gratidão, agradecimento; 4. Recompensa, prémio; 5. Ato de reconhecer o mérito, valorização; 6. Exploração, averiguação, inspecção; 7. Confissão; 8. Aceitação como legítimo ou verdadeiro; 9. Ratificação (*Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2003).

²³ **Estereótipo** TIPOGRAFIA: Impressão ou obra impressa numa chapa de caracteres fixos. PSICOLOGIA: Opinião preconcebida e comum que se impõe aos membros de uma colectividade. Do grego *stereós* (sólido) + *týpos* (molde, marca, sinal) (*Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, 2003).

todos os seres desse grupo características, frequentemente depreciativas; modelo irrefletido, imagem preconcebida e sem fundamento.

Na complexa formação da identidade, sua manifestação ocorre muitas vezes com base no que se considera como aspecto negativo da identidade do outro. No caso em pauta, explica-se porque o brasileiro evidencia simpatia, alegria e bom humor, expressas na forma de agir e reagir às situações, de vestir e de falar, que destacam exatamente o comportamento reservado, formal e de pouca conversa dos portugueses. Por outro lado, o português identifica-se como falante de uma “genuína língua portuguesa” para ressaltar o que lhe parece negativo e errado, que é a variante chamada Português do Brasil (PB). Vejo, portanto, que o termo alteridade, que segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa* (Porto Editora, 2003) é a qualidade ou estado do que é outro; no sentido filosófico é fato ou qualidade de uma coisa ser diferente de outra, está diretamente relacionado à identidade, pois a presença da alteridade afirma-se no momento em que se delimita um *eu* e um *outro*. O *eu* percebe o *outro* diferente de si, que reflete na sua identidade. Eu sou o que ele não é, eu não sou o que ele é.

De acordo com Jaques Adesky (2006), é no olhar do *outro* que o indivíduo encontra confirmação de sua existência e almeja o reconhecimento igualitário como condição de auto realização. Ao se falar em reconhecimento volta-se ao conceito identidade, que se liga à igualdade e desigualdade ou diferença. Reconhecer um indivíduo seria então reconhecer sua identidade, sua igualdade e sua desigualdade ou diferença.

É possível encontrar “o fio da meada” neste emaranhado de conceitos e preconceitos aqui identificados, trazendo-se à discussão as ideias de Amim Maalouf (2003), que reflete sobre o assunto apresentando exemplos nítidos em seu livro *As Identidades Assassinas*.

Segundo Maalouf (2003:19) a identidade não é fragmentada em partes. O indivíduo tem apenas uma identidade composta de vários elementos que lhe vão dando forma, e cada um desses elementos, que o autor chama de pertenças, tem uma intensidade, uma influência, que variam consoante a pessoa, o local, o tempo, até consoante às circunstâncias. São pertenças de uma identidade: língua, nacionalidade, religião, classe social, orientação sexual, deficiência física, entre tantas outras. Além disso, diz Maalouf que estas pertenças adquirem maior ou menor influência em tempos diferentes, embora todas tenham importância, pois são os elementos constitutivos da personalidade. Este grau de importância hierarquiza os elementos formadores da identidade, mesmo que temporariamente. O ser humano modifica-se com o tempo, muda seus comportamentos à medida que tem novas experiências na vida. Por exemplo, no Brasil do início do século XX, dificilmente pessoas de pele negra se

identificariam como tal ao responderem a um inquérito. No início do século XXI, não só se declaram negros os que têm a pele negra, mas também muitos que têm a pele morena. A criação de políticas afirmativas para a inserção do negro no ensino superior e no mercado de trabalho fez com que as pessoas se sentissem mais à vontade para se declararem “afrodescendentes”, especialmente na Bahia, onde existe grande concentração da população negra do Brasil.

Conforme o pensamento de Maalouf, a identidade de uma pessoa é exatamente aquilo que faz com que ela não seja idêntica a nenhuma outra. A identidade é, assim, complexa, única, insubstituível. O autor chama atenção para o pensamento, ainda comum e tão pernicioso, segundo o qual para afirmar a nossa identidade bastaria dizer-se: “eu sou árabe”; “eu sou francês”, etc.

Se cada um desses elementos se pode encontrar num grande número de indivíduos, jamais encontraremos a mesma combinação em duas pessoas diferentes, e é justamente isso que produz a riqueza de cada um, o seu valor próprio, aquilo que faz de cada pessoa um ser singular e potencialmente insubstituível (Maalouf, 2003: 19).

No discurso de Ricardo Vieira (2009) encontro conformidade com as palavras de Maalouf quando aquele reconhece que a maneira mais fácil de definir identidade seria dizer que se trata daquilo que se é: “sou brasileira”, “sou mulher”, “sou jornalista”. Porém, vista desta forma, a identidade refere-se a si própria suprimindo a relação direta com a diferença, ou seja, “sou brasileira” exatamente porque “não sou portuguesa”. Tomás Tadeu Silva (2000: 74-75, citado por Vieira, 2009: 12) destaca o fato de que “Num mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem a mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido”.

O universo no qual vivemos, composto de vários ambientes, sendo estes mundos diferentes (trabalho, família, local de residência, ambientes de lazer) amplia-se cada vez mais, criando uma espécie de estado transitório e nos tornando mais multiculturais, mais interculturais sem que, talvez, tomemos conta disto. Segundo Vieira (2009: 12) “(...) vivemos em mais de um lugar. Por isso estamos; isso sim, verdadeiramente não é. Em vez de sermos, estamos. Estamos em trânsito. Estamos sendo”. A identidade estaria, portanto, em constante processo, por isso o uso do gerúndio. Não seria algo fixo, nem preso a uma raiz, uma origem.

A proposta de Maalouf é alinhar nossas múltiplas pertencas, porém o autor evidencia o risco de ser acusado de querer “dissolver a sua identidade no caldo informe onde todas as

cores se apagariam”, embora sua intenção seja exatamente o contrário: afirmar que os seres humanos não são semelhantes, que cada um deles é diferente (Maalouf, 2003: 30).

Parece óbvio o conteúdo do discurso de Maalouf, mas apesar de incontestável, na prática o que se vê é o agrupamento, a classificação das pessoas por um mesmo termo, uma mesma opinião, uma mesma característica, aparentemente inocentes, todavia responsáveis pela manutenção dos estereótipos, dos preconceitos, que na história da humanidade revelam o quanto são perversos e assassinos. “Assassinos” porque matam todas as pertencas de um indivíduo quando o incluem junto com todos os outros em uma mesma categoria e atribuem a este grupo ações e pensamentos que determinam uma falsa identidade, uma identidade estática, porém reprodutiva de estereótipos, que vai crescendo aos poucos até se transformar num “cancro social”. Ao transformar-se num “cancro social” acaba por criar “metástase” e contaminar toda a sociedade, provocando conflitos que muitas vezes culminam em confrontos físicos e morte real. Isto ocorre porque geralmente nos identificamos com aquela pertença que é mais ofendida, e ela se torna maior em nós, passa a ocupar o espaço das outras, invade toda a identidade, por isso, metaforicamente, um “cancro”. Nesta situação está o risco de conflitos sociais.

A pertença que está em causa – a cor, a religião, a língua, a classe social... - invade então toda a identidade. Os que a partilham sentem-se solidários, reúnem-se, mobilizam-se, encorajam-se reciprocamente, colocam-se juntos contra «os do outro lado». Para eles, «afirmar a sua identidade», torna-se forçosamente um ato de coragem, um ato libertador (Maalouf, 2003: 36).

Foi assim que milhares de judeus foram eliminados através de massacres coletivos, na época em que Hitler implantou a política de Estado nazista, por considerar o povo judeu biologicamente inferior. Nos Estados Unidos da América o racismo extremo também chegou ao ponto da matança, quando negros foram linchados e queimados vivos pelos membros da organização Ku Klux Klan que defendia a supremacia branca. Ainda nos dias atuais é forte o racismo naquele país. Não se pode esquecer as perseguições e discriminações dirigidas aos ciganos. Muitos foram queimados nas fogueiras da Inquisição, milhares foram exterminados nos campos de concentração nazistas, e até hoje é uma minoria perseguida e discriminada na Europa. Na África do Sul, o *apartheid* deixou na história da humanidade mais um período marcado pela crueldade do racismo. A história da raça negra no Brasil foi também manchada pela violência da escravidão e suas consequências que perduram até os dias atuais. Da mesma forma, os índios brasileiros foram dizimados, suas terras invadidas desde a chegada dos colonizadores até hoje.

Grupos que ocupavam antes da era moderna um espaço territorial no qual outras populações vieram em seguida instalar-se sem os fazerem desaparecer. Através de vagas de imigração, devido ao colonialismo ou ao avanço de uma fronteira se formaram no Novo Mundo sociedades e nações que, num primeiro tempo, ou erradicaram, ou inferiorizaram rápida e profundamente os povos que as haviam precedido chegando ao ponto de por em causa a sua humanidade, como os espanhóis que se perguntavam, na época da Conquista, se os índios teriam alma. Estes povos (aborígenes da Austrália, maoris da Nova Zelândia, índios das Américas), antes da invasão nunca foram modernos nem confrontados com a longa duração da modernidade, receberam-na de um só golpe, de súbito e do exterior (Wieviorka, 2002: 134-136).

Ao observar atentamente a construção de nossas identidades é possível perceber que mesmo as características físicas, que nascem conosco, ganham sentidos diferentes a depender do lugar onde nascemos. Nascer negro em Angola, no Brasil ou nos Estados Unidos, certamente tem significados diversos. Nascer mulher no Afeganistão, na China ou em Portugal, também não é a mesma coisa. Portanto, a construção de uma identidade é algo tão complexo que realmente, tem razão Maalouf em classificar como “assassinas” as identidades atribuídas inadvertidamente a qualquer um (Maalouf, 2003:33). Trata-se de “aleijar” uma pessoa, cortar-lhe ou enxertar-lhe pedaços disformes em sua personalidade.

Com base nesses conceitos e noções, disserto no próximo item sobre as imagens que identificam os brasileiros e os fatores que influenciam a identidade destes imigrantes em Portugal.

2. Imagens da identidade brasileira em Portugal

A identidade brasileira em Portugal é construída com base tanto em estereótipos vindos do Brasil como em outros desenvolvidos a partir do imaginário do povo português.

Segundo Maria Xavier (2007) no seu estudo *Redescobrimo o Brasil: processos Identitários de brasileiros em Portugal*, no encontro com o outro e no exercício simbólico do *jogo de espelhos* a experiência da imigração torna-se ainda mais fértil. No caso da imigração brasileira em Portugal, considere-se um celeiro de criações e recriações de imagens produzidas pelo *eu* e pelo *outro*.

No decorrer de contextos interativos distintos redesenham-se imagens do outro e de si próprio, num processo de redescoberta e reclassificação. A

imigração é uma oportunidade de reconstrução identitária (Xavier, 2007: 90).

Conforme Sandra Silva e Aline Schiltz (2007:156), o processo de construção identitária entre brasileiros e portugueses está em contínua reconfiguração em face de uma realidade em mudança permanente tanto no tempo como no espaço, o que coincide com as ideias antes comentadas em Ricardo Vieira (2009) e Amim Maalouf (2003) de que a identidade está sempre em construção.

A história comum entre os dois países está marcada por diversos momentos propícios a esta construção identitária. Os fatos citados no Capítulo I nos remetem à construção de imagens reconfiguradas na história recente da imigração brasileira em Portugal. Vale observar, por exemplo, que a imagem do português pobre que chegou ao Brasil nesta época foi retratada da seguinte maneira pelo escritor Raimundo José da Cunha Matos²⁴:

O português pobre, ao desembarcar nos portos brasileiros, veste polaina de saragoça, (...) e calção, colete de baetão encarnado com seus corações e meia (...) geralmente desembarca dos navios com um pau às costas, duas réstias de cebolas e outras tantas de alhos... e (...) uma trouxinha de pano de linho debaixo do braço. Eram minhotos que, para sobreviver, dormiam na rua e procuravam ajuda de instituições de caridade²⁵.

Estas imagens fazem lembrar, em outro contexto temporal, histórico, social a história da imigração brasileira do final dos anos 90 em Portugal. Trocando-se a polaina de saragoça pelas jaquetas e calças de ganga, a trouxinha de pano pelos atuais *trolleys*, cebolas e alhos por farinha de mandioca e carne seca para feijoada e as plantações de trigo por pastelarias, cafés e restaurantes, a chamada “segunda vaga” de imigrantes brasileiros em Portugal constitui o quadro que pode ser considerado como uma versão contemporânea do cenário acima descrito.

²⁴ Raimundo José da Cunha Matos, nascido em Faro em 2 de Novembro de 1776, foi um militar e historiador luso-brasileiro. Autor do livro *Corografia Historica da Provincia de Minas Gerais*, hoje editado pela Itatiaia Editora, além de ter se notabilizado como militar e político durante o primeiro reinado e o período regencial, destacou-se, igualmente, pelas suas preocupações com questões relativas à História do Brasil. Neste último campo contribuiu ao redigir vários trabalhos, reveladores do seu empenho com a pesquisa e o domínio das fontes; foi um dos inovadores da periodização da História do Brasil; Sua principal obra foi justamente a *Corografia*. Trata-se de um repositório de informações (comunicações, demografia, cultura, atividades econômicas, organização eclesiástica, saúde, organização judiciária e administrativa, finanças, história), sobre a referida Província. A reunião de tais informações não só se constitui no mais completo estudo a respeito do assunto, como também acabou se constituindo em fonte indispensável para todos aqueles que pretendem investigar a história de Minas Gerais. Cunha Matos faleceu no Rio de Janeiro em 1839 (http://pt.wikipedia.org/wiki/Raimundo_Jos%C3%A9_da_Cunha_Matos acesso em 15/04/10, 9:00h).

²⁵ http://pt.wikipedia.org/wiki/Imigra%C3%A7%C3%A3o_portuguesa_no_Brasil acesso em 15/04/10, 9:00h.

Pode-se notar ainda, no passado histórico, os primeiros ensaios de um serviço de estrangeiros e fronteiras, quando a Coroa começa a controlar a saída dos portugueses para o Brasil.

No estudo apresentado por Igor Machado (2007: 172-173) encontra-se uma análise interessante sobre as identidades brasileiras em Portugal: trata-se do “processo de exotização” pelo qual os brasileiros passam. O autor apresenta um estudo feito com os brasileiros pobres que vivem na cidade do Porto e afirma que estes imigrantes passam por um processo de efetivação dos estereótipos. Os brasileiros são festivos, simpáticos e falam português. Segundo Machado, esta suposta “vantagem estrutural” dos brasileiros constitui-se em características que são esperadas pelos empregadores portugueses e que se transformaram em uma mais-valia, criando uma relação de disputa e poder entre estes imigrantes na hora de buscar o emprego. Os brasileiros se tornam cada vez mais exóticos, mais próximos daquilo que constitui o universo simbólico do português carregado de imagens sobre eles. Estas disputas entre os brasileiros, que Machado chama de “jogo da centralidade”, estabelecem diferenças entre eles.

No caso dos brasileiros no Porto, a luta é para se parecer com uma imagem de identidade brasileira baseada na ideia estereotipada vigente em Portugal (...). A questão é quem é mais ou menos brasileiro, ou seja, quem exacerba mais a sua brasilidade (Machado, 2007: 174).

Igor Machado mostra ainda que o contraste estabelecido entre portugueses e brasileiros consiste em alegria de um lado e tristeza do outro. Assim como os brasileiros têm a imagem de “alegres e festivos”, os portugueses estão classificados como “tristes e mal humorados”. Para completar a construção das imagens, existem as hierarquizações de ambos os lados. Quem é menos brasileiro porque se aproximou muito dos portugueses é “quase um português”, quem é menos português porque se aproximou muito dos brasileiros é “quase um brasileiro” (Machado, 2007: 176).

A imagem de alegre, festivo e simpático, entretanto, não constitui atenuante das outras imagens atribuídas aos brasileiros, ao contrário, o que poderia ser uma característica positiva é muitas vezes associada à manipulação de situações escusas. Quanto às outras imagens, a mulher brasileira associada à prostituição, os homens associados ao mundo do crime e as classificações “pessoas sem educação”, “sem compromisso no trabalho”, “incultas”, “aldrabões”, “caloteiros”, “ladrões”, explicam-se, embora não se justifiquem, através dos fatos históricos, dos casos da imigração brasileira em Portugal, do perfil socioeconômico dos imigrantes da “segunda vaga”, mas, principalmente da ação dos *media* ao reforçarem os

estereótipos e da falta de políticas públicas no Brasil e em Portugal que divulguem e esclareçam sobre a história e a cultura, sobre os processos migratórios e suas implicações, sobre a situação social e econômica e sobre o mercado de trabalho dos dois países. Em face da expressiva imigração brasileira em Portugal, políticas direcionadas neste sentido deveriam ser consideradas com mais atenção, e penso que a televisão deveria ser um veículo importante nessas ações.

Não se trata aqui de negar a existência de prostitutas, ladrões, ilegais, ou pessoas de caráter duvidoso e de nacionalidade brasileira em Portugal, mas de insistir em dizer que a prostituição, a criminalidade, assim como pessoas de mau caráter são elementos que fazem parte do cenário de toda e qualquer sociedade.

2.1 Estereótipos vendidos e adquiridos

Em Portugal é público, notório e reconhecido, tanto pelo senso comum como em diversos trabalhos acadêmicos, a forma depreciativa com que se faz referência às pessoas de nacionalidade brasileira. A título de exemplo, cito algumas frases escutadas ao longo de dois anos de convivência ininterrupta na sociedade portuguesa de Lisboa:

- “Veste-se como uma brasileira” (disse a vizinha a uma brasileira em Ameixoeira);
- “A empresa não quer admitir pessoas com sotaque” (disseram-me numa entrevista para emprego);
- “Os brasileiros ricos são todos loirinhos de olhos azuis” (dito por um formador da empresa PT Comunicações, licenciado em Direito, diante de um grupo em que eu e outra brasileira estávamos presentes);
- “Sem querer ofender ninguém, nesta região de Cascais existe grande número de devedores, provavelmente porque lá moram muitos brasileiros” (o mesmo formador da PT, ofendendo-nos “sem querer”);
- “Aqui aparecem certas brasileiras que nós sabemos que não vieram para estudar, matriculam-se da universidade apenas para obter o visto no SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras)” (dito a mim e a uma colega também brasileira, por um

professor de História do Brasil da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em sala de aula, acusando-nos de falta de atenção²⁶);

- “Os brasileiros são muito alegres e simpáticos” (dito por uma funcionária da biblioteca da FLUL);
- “Brasileiro é aldrabão” (frase dita por uma senhora portuguesa cuja empregada brasileira pediu demissão do emprego devido a maus tratos);
- “Brasileira se não é prostituta está para ser” (dito por um motorista de táxi ao se recusar a levar uma brasileira);
- “O brasileiro é conversador, aquela simpatia toda é só para nos tramar” (dito pelo mesmo motorista de táxi);
- “Houve qualquer coisa naquela loja, parece que foi roubo, deve ter sido alguma brasileira” (frase dita por uma senhora portuguesa no shopping Colombo à porta da loja Worten);
- “Vê-se que é brasileira, fala errado o português” (dito por um funcionário do Metro de Lisboa em Picoas, quando uma brasileira, turista, perguntou onde poderia comprar “passagens” para o “metrô”²⁷);
- “Os brasileiros são normais quando não se dá confiança a eles” (dito por uma senhora no programa *Brasil e Portugal, Lá e Cá*²⁸ quando questionada sobre o que pensava dos brasileiros).

Poderia preencher longas páginas com frases deste tipo, colecionadas ao longo do tempo, contudo, vale mais a pena analisar a questão observando a gravidade das suas causas e efeitos. Esta identificação tem sido, nas últimas décadas, relacionada a características e fatos de ordem exclusivamente negativa. Até o que poderia parecer, à primeira vista, qualidades,

²⁶ Este fato ocorreu no dia 2 de Fevereiro de 2009, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, durante a aula de História do Brasil ministrada pelo professor António Farinha. O assunto foi levado às Comissões Pedagógicas do Departamento de Língua e Cultura Portuguesa (em 04/02/09) e do Departamento de História (em 10/02/09) do qual faz parte o professor. A presidente da Comissão Pedagógica do Departamento de História acompanhou e mediu o caso apenas para que as alunas concluíssem a disciplina sem mais transtornos. Foi convocada uma comissão para avaliar os trabalhos apresentados pelas alunas. Nenhuma atitude houve em relação ao professor nem foi concedido às alunas o direito de voltarem à sala de aula e defenderem-se diante dos colegas aos quais foram expostas. Os trabalhos foram avaliados em nota mínima (dez).

²⁷ No Brasil usa-se o termo “passagens” para fazer referência a bilhetes de transportes; “metrô” é o estrangeirismo adoptado do francês, utilizado para se referir ao termo “metro”.

²⁸ Programa apresentado pela RTP2 em 25 de Abril do ano em curso, sobre a cultura, as relações e percepções entre os dois países.

características positivas (tais como alegria, desinibição, simpatia e hospitalidade) ficaram associadas a artifícios utilizados para ludibriar.

Identificar os brasileiros ricos apenas pela cor dos olhos e dos cabelos demonstra não só ignorância a respeito do Brasil e dos brasileiros como também a respeito de temas como sociedade e economia mundial, globalização, mercado de trabalho, padrões e modelos de beleza e homogenetização estética. E até mesmo legislação, o que, para um licenciado em Direito é grave, pois se trata de uma profissão que deveria requerer o máximo em conhecimentos gerais. Não admitir uma pessoa nos quadros de uma empresa somente por causa do “sotaque” pode ser também um importante erro de recursos humanos, afinal, é possível que haja ali a oportunidade de contratar alguém que tenha tantas outras excelentes qualidades que façam prosperar o trabalho a ser desenvolvido: deveria ser elementar, mas parece valer a pena repetir que não se pode avaliar a capacidade intelectual ou de trabalho de uma pessoa apenas pela sua maneira de falar. Todavia, é provável que a nacionalidade da candidata tenha sido motivo mais forte para a recusa e o “sotaque” a desculpa mais adequada para o momento. Quanto aos devedores da PT, moradores da região de Cascais, seria necessário um levantamento estatístico para saber quantos deles são brasileiros, e nem assim se poderia identificar um brasileiro como “mal pagador” ou “caloteiro” unicamente pelo fato de ser brasileiro, pois não é a nacionalidade que determina o caráter de uma pessoa. Quanto ao mercado da prostituição está aberto a qualquer nacionalidade e provavelmente em Portugal existem prostitutas de várias nacionalidades, inclusive portuguesas. Neste caso, também haveria necessidade de estudo estatístico para saber se a maioria das prostitutas em Portugal é brasileira. Falar “errado” a Língua Portuguesa também não serve como parâmetro para identificar um brasileiro. Principalmente porque para fazer tal afirmação seria preciso conhecer as ciências da linguagem para identificar as noções de “certo” e “errado”.

Vale lembrar que o preconceito linguístico está diretamente relacionado a uma distorção de valores sócio-econômico-culturais e que é possível notar certos casos em que uma língua ou até mesmo uma variedade linguística vale-se de maior ou menor prestígio cultural sobre as outras. Fatores econômicos e político-sociais suscitam nos membros de uma sociedade a ideia de que eles podem ser culturalmente superiores, mais ou menos desenvolvidos que os demais, gerando, entre outros, o preconceito linguístico. Como exemplo disso, podemos destacar a ideia de “soberania” da língua inglesa, disseminada durante tanto tempo em todo o mundo. No Brasil, é possível constatar o desprestígio das variedades linguísticas do Norte e Nordeste em contraposição às do Sudeste, região mais rica e

politicamente poderosa. O mesmo preconceito linguístico ocorre em Portugal, tanto em relação às suas regiões, principalmente a região do Alentejo, como em relação à fala dos brasileiros e à língua cabo-verdiana, o crioulo.

Destaco o caso do professor de História do Brasil (!), por ter ocorrido na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ambiente acadêmico que acolhe estudantes de várias nacionalidades e cuja superior qualidade é reconhecida em diversos países do mundo. Acredita-se que a Universidade é o abrigo, por excelência, da produção científica e cultural da sociedade. Portanto, tem um papel importante que se estende desde a sua função econômica, abrangendo também funções sociais, simbólicas e culturais, constituindo-se como agentes de mudança.

Talvez tenha havido naquela universidade algum caso de brasileira que fez matrícula somente para conseguir o visto no SEF, porém, o professor esqueceu-se que as duas brasileiras a quem se dirigiu poderiam não estar enquadradas em casos como este, assim como se sabe que outros professores daquela universidade não podem ser identificados como ignorantes e preconceituosos somente com base na atitude deste professor.

Observando agora o estereótipo nos meios de comunicação social, penso ser importante falar dos programas de humorismo, onde é comum a presença dessas imagens caricatas. O estereótipo é exibido nesses programas como manifestação de racismo, homofobia, xenofobia, machismo, intolerância religiosa, entre outras, pois apresentado desta forma alcança maior nível de aceitação por fazer uso de artifícios que aparentam brincadeiras inocentes, quando na verdade tem o objetivo de atingir determinado grupo social.

Nos programas de humor das redes de televisão portuguesa, tais como “Camilo em Sarilhos” e “Cenas do Casamento”, exibidos pela SIC em Junho, Julho e Agosto de 2009, o estereótipo da mulher brasileira esteve sempre representado. Tratava-se de uma empregada doméstica, burra, tola e idiota ou uma prostituta em situação de ilegalidade.

Em 9 de Agosto deste ano, foi possível ver mais uma imagem negativa do brasileiro na televisão portuguesa. O programa *Aqui não há quem viva* exibido pela SIC às 22h30min, apresentou um personagem brasileiro, mulato, *gay* e oportunista, que se aproximou de uma senhora idosa e inocente, seduziu-a e propôs-lhe casamento com a intenção de conseguir a legalização. Foram ressaltadas várias características do brasileiro no programa: o sotaque, o “jeito” que os homens brasileiros têm com as mulheres, entre outros comentários de duplo sentido.

Os programas humorísticos exibidos pelas emissoras de televisão no Brasil quando apresentam a imagem do português, esta é exatamente como representam em Portugal a imagem do alentejano: um indivíduo tolo e idiota. As anedotas ainda existem, principalmente na internet, onde também se encontram sites de Portugal²⁹ com diversas anedotas sobre brasileiros.

Nos telejornais e jornais impressos de Portugal a nacionalidade de brasileiros envolvidos em qualquer tipo de problema é evidenciada. Ao noticiar a ação da polícia e do SEF em relação à abordagem de imigrantes ilegais ou de prostituição e tráfico de drogas, o destaque dado à nacionalidade brasileira é mais evidente que o próprio fato. Alguém que não conheça esta realidade em Portugal, ao assistir uma notícia deste gênero conclui que naquele país todos os brasileiros estão ilegais e associados ao mundo do crime ou da prostituição. De modo geral, as notícias que trazem qualquer referência ao Brasil ou aos brasileiros evidenciam, em sua maioria, aspectos negativos de um ou do outro.

No telejornal das 20:00h exibido na SIC em 7 de Maio de 2010, foram entrevistados os vizinhos de um ex-policial morto em situação não esclarecida. Várias pessoas foram entrevistadas, mas a fala exibida e insistentemente repetida ao longo da reportagem foi “*entravam aí brasileiros e brasileiras...*” embora não tenha sido divulgada nenhuma acusação da polícia sobre o autor do crime.

No jornal *Global Notícias* foi publicada uma notícia sobre um ursinho de peluche que estava sendo vendido em Fátima, no dia da visita do papa, cuja função era ensinar as crianças a rezar. O fato gerou polêmica entre alguns comerciantes que se recusavam a vender o produto e diziam entre outras coisas que o brinquedo “ainda por cima fala em brasileiro” (*Global Notícias*, 12 de Maio de 2010, página 5).

No *Jornal Nacional* exibido pela RTP1, dia 18 de Maio deste ano, foi noticiado o seguinte fato, exatamente com as palavras que se seguem: “Preso no Brasil por tráfico de drogas a principal testemunha do processo Casa Pia. O traficante brasileiro que o contratou estava em Lisboa e pagou-o para que ele levasse a droga.” Ou seja, o português foi preso por tráfico de drogas, mas o destaque é dado ao traficante brasileiro que está em Lisboa, repetindo-se as palavras *traficante brasileiro* por quatro vezes durante a narrativa da notícia.

²⁹ Ver http://www.anedotas.rir.com.pt/anedota_de_brasileiros.htm, <http://icepick.home.sapo.pt/jokes/06.html>, e <http://apanhaopato.no.sapo.pt/Anedotas/brasileiros.htm>, <http://www.tendencia.cc/anedotas/brasileiros.htm> acesso em 20/04/10 às 17:29h.

Ao homem que foi preso por tráfico de drogas não se referem como traficante, nem dizem sua nacionalidade.

No jornal *Correio da Manhã* publicado no dia 5 de Fevereiro de 2004 a manchete da capa dizia: “Caça a ilegais prende 200”. É importante ressaltar que, segundo o *Dicionário da Língua Portuguesa* (2003), “caça” significa perseguição e captura de animais. Três dias antes, no dia 2 de Fevereiro de 2004, António Vitorino, o então comissário da União Europeia responsável pela imigração em uma entrevista ao *Jornal O Público*, declarou que o aumento da imigração na Europa é a única saída contra o envelhecimento da sua população.

“(…) Temos de assumir que as nossas sociedades vão ser mais diversas no futuro - etnicamente, religiosamente, culturalmente. É preciso que essa diversidade não ponha em causa os valores fundamentais: o respeito pela democracia, pelos direitos fundamentais, pela igualdade entre homens e mulheres, pela laicidade do Estado. Quem vem para cá (para a Europa) tem de aprender a respeitá-los e nos temos a obrigação de integrá-los no respeito por esses valores”³⁰.

Embora esta notícia não se refira diretamente aos brasileiros, evidencia a linguagem agressiva e pejorativa utilizada pela comunicação social para mencionar os imigrantes.

A revista *Focus* publicada em agosto deste ano trouxe como notícia de capa³¹ a seguinte frase: “Os segredos da mulher brasileira”. Como subtítulos da notícia foram usados: “eles adoram-na, elas odeiam-na”, “os dez mandamentos que usam para seduzirem os homens”, “2216 casamentos com portugueses só em 2009”. A imagem apresentada na capa é a de um corpo feminino, de costas, seminu. Esta capa da revista *Focus* representa um exemplo, em Portugal, da construção de estereótipo da mulher brasileira nos meios de comunicação social.

Ressalto ainda a recente publicidade do Euro Milhões exibida em televisão, rádio, *out doors* e cartazes oferecendo como premio uma viagem “até o fim do mundo” no navio-escola sagres. Esta publicidade não se refere ao Brasil nem aos brasileiros, mas apresenta simbolismos carregados de preconceitos. Para representar “o fim do mundo” exibem paisagens que aparentam ilhas ensolaradas habitadas por negros vestidos à moda “tribal”. Os habitantes do “fim do mundo” enfeitam-se com adereços dos “visitantes”, entre os quais faixas com a bandeira, galinhos de Barcelos, entre outros símbolos do país. Isso faz lembrar a chegada de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro e seus primeiros contatos com os índios.

³⁰ <http://imigrantes.no.sapo.pt/page3ImgIlegais.html> acesso em 24/05/10, 18:27h.

³¹ Ver anexo C.

Ao invés de reproduzir imagens que fazem lembrar o passado colonial talvez fosse mais criativo e produtivo construir um novo conceito de identidade nacional com vistas ao progresso que Portugal tem conquistado desde o tempo do império.

Portanto, os *media* valorizam os aspectos negativos do Brasil, destacam as imagens negativas dos brasileiros e apresentam formatos publicitários que reforçam a equivocada ideia do *outro*, evidenciando a diferença pela cor da pele e pela existência folclórica.

Por outro lado, é preciso comentar a imagem dos brasileiros que o Brasil exporta, atualmente reafirmada em Portugal através do grande fluxo de imigração. Deve-se reconhecer que o estereótipo tem também uma origem interna: com efeito, parte desta imagem também é construída no *marketing* do turismo brasileiro, que vende a cultura do país apresentando a mulata como produto nacional, a “noite brasileira” com insinuações de “mulheres disponíveis” através da imagem da mulher vendida como fácil, usando pouca roupa, de pele morena, como se a cultura brasileira se resumisse em mulheres bonitas e de fácil acesso, ginga, samba, praias, futebol e sexo livre.

Neste aspecto, o Ministério do Turismo em parceria com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) iniciaram estudos sobre a atualização da imagem internacional do país que resultaram no *Plano Aquarela 2007*³². O plano é resultado de pesquisas em 18 mercados com mais de seis mil pessoas. Todo o processo, iniciado em Agosto de 2004, contou ainda com envolvimento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Tendo como principal objetivo atualizar a imagem que o mundo tem do país, o *Plano Aquarela*, já apresentado na versão 2020, foi concebido para aprimorar e ter resultados de longo prazo no trabalho de promoção turística internacional do Brasil; envolver os setores públicos e privados do turismo nacional numa estratégia unificada do país para o exterior a fim de melhor aproveitar as oportunidades do futuro; promover o Brasil como destino turístico global de forma profissional, com base em estudos, pesquisas e metas de resultados além de 2014 e 2016; aproveitar a realização dos grandes eventos desportivos mundiais para fazer o Brasil mais conhecido pelo mundo como destino turístico e desconstruir as imagens negativas referentes ao país e ao povo brasileiro.

Porém, ao visitar o site da EMBRATUR, encontrei uma falha grave em uma das etapas do projeto, chamada Marca Brasil³³: o item PRINCIPAIS PONTOS DE DESTAQUE, que determina onde deve ficar o material de divulgação sobre o Brasil, informa: “operadoras

³² http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Plano_Aquarela_2020.pdf acesso em 10/05/10, 17:13h.

³³ <http://www.braziltour.com/marcabrasil/site.htm> acesso em 10/05/10, 17:21h.

carentes de informação sobre o Brasil com exceção de Portugal”. Contudo, enviei um e-mail aos responsáveis solicitando a revisão daquele ponto e avisando que Portugal também carece de informações sobre o Brasil.

Nas emissoras de televisão portuguesas mostram-se parte do quotidiano, também estereotipado dos brasileiros através das telenovelas. Os telejornais exibem apenas notícias dos estados do Sudeste, nomeadamente Rio de Janeiro e São Paulo para fazerem referência à violência ou qualquer tema relacionado. As notícias do Brasil resumem-se ao quotidiano das favelas do Rio de Janeiro e aos diversos confrontos entre polícia e grupos do tráfico de drogas, além de crimes de modo geral: assaltos, assassinatos, roubos, violência doméstica, enfim, as páginas policiais dos principais jornais do Brasil são reunidas e o resumo apresentado na SIC quando esta emissora resolve exibir o Brasil em sua pauta jornalística. Além destas, surgem também algumas aparições do presidente brasileiro quando relacionadas a Portugal, ou seja, os fatos acontecem, mas somente os piores serão lembrados e noticiados.

Quanto ao fato de dar visibilidade aos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, talvez seja explicado pela grande concentração de imigrantes portugueses nesses estados brasileiros, e é provável também que as emissoras tenham correspondentes apenas nestes locais. Isso resulta em um confinamento geográfico das notícias e em uma precariedade na diversidade dos temas trazendo graves consequências, entre as quais a formação de opiniões, ideias, imagens e saberes falsos, equivocados sobre o povo e o país. As mais frequentes ideias equivocadas sobre o Brasil e os brasileiros que identifiquei em conversas com alguns portugueses e que são reforçadas pela televisão em Portugal:

1. A ideia do Brasil resumido apenas em Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Floresta Amazônica (o estado do Amazonas, onde está situada a floresta não é referido);
2. A ideia de que o Brasil é um país onde só há violência, onde as pessoas são assaltadas a cada minuto, em cada esquina;
3. A ideia de que a população brasileira está dividida em dois grupos, os muito ricos e os muito pobres. Os primeiros são brancos, os segundos são negros e vivem nas favelas;
4. A ideia de que os brasileiros são ou têm tendências à má conduta;
5. A ideia de que as brasileiras são prostitutas ou oportunistas em busca de um casamento com um português;

6. A ideia de que as únicas comemorações culturais do Brasil são carnaval e futebol.

Estas reconfigurações das identidades e representações sociais de brasileiros e portugueses ocorrem no quotidiano do atual contexto migratório como se fosse a composição de um imenso mosaico. Em cada contato, seja verbal, visual, presencial, através dos *media*, da história, das histórias relacionadas aos imigrantes brasileiros em Portugal surgem pedaços daqui e dali que se somam ao mosaico das imagens, ora complementando algo que já lá está, ora acrescentando algo novo, porém sempre de forma estereotipada.

O estudo realizado pela Casa do Brasil de Lisboa em 2004 traz informações sobre o perfil dos imigrantes brasileiros da chamada “segunda vaga”, as análises apresentadas por Maria João Rosa, Hugo de Seabra e Tiago Santos (2004) no estudo *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa*, o estudo realizado por Paulo Raposo (2009) sobre casamentos entre portugueses e brasileiras, para além das pesquisas contidas em Jorge Malheiros (2007), trazem dados que afirmam a diversidade dos imigrantes brasileiros no que diz respeito a local de origem, nível de escolarização, classe social e económica, características físicas, residência e trabalho em Portugal. Considerando apenas um destes aspectos, por exemplo, local de origem, posso afirmar que de cada lugar do Brasil estas pessoas trazem uma cultura peculiar, que envolve entre outras coisas a maneira de falar, hábitos alimentares e de lazer que representam apenas traços culturais daquela cidade brasileira de onde saíram. Levando em conta o nível de escolarização e a classe socioeconómica, estou certa de que surgem imensas variações de “um perfil”. Se forem ainda observadas as características físicas e a situação em que vive no país de acolhimento, acentuam-se mais diferenças. Finalmente, a quem for possível compreender que cada pessoa é única, que possui em sua estrutura pessoal uma combinação de pertenças exclusivas, que apesar de serem características presentes em outros indivíduos estão associadas a outras que produzem efeitos diferentes, e ainda, que as pessoas constroem suas visões, opiniões, interpretações e autoimagem reunindo um complexo conjunto de fatores que as influenciam, será possível perceber também o impedimento em atribuir a um grupo, comunidade ou sociedade uma categoria, uma classificação, mesmo que tenham características comuns. É possível, portanto, compreender que um brasileiro ou um grupo de brasileiros representam traços culturais, sociais e económicos do país, mas não representam o país na íntegra.

O que noto se passar no caso dos imigrantes brasileiros em Portugal, todos chamados “brasileiros”, “aquele(a) brasileiro(a)”, “um(a) brasileiro(a)”, “a(o) brasileira(o)” é que a

nacionalidade da pessoa é frequentemente ressaltada no quotidiano das relações sociais. Associados à nacionalidade estão os estereótipos baseados em características deste ou daquele brasileiro que resultam em simplesmente “brasileiros” cujo tom no uso da palavra já vem carregado de um olhar desconfiado, receoso, satírico ou simplesmente cheio de intencionalidades.

Ao somar tudo isto aos fatos históricos que levaram esses dois países a um longo período de afastamento e profundo desconhecimento mútuo, encontro como resultado a identificação unilateral de um composto muito diverso.

Amy Gutman³⁴, citado por Wieviorka (2002: 23) diz:

“(...) as identidades da maior parte das pessoas, e não só das elites ou dos intelectuais ocidentais, são formadas por mais do que uma cultura singular. São também as pessoas e não apenas as sociedades, que são multiculturais”.

Será, portanto, importante refletir sobre a influência dessas imagens para o reconhecimento dos imigrantes brasileiros em Portugal. No próximo item abordo esta questão considerando os direitos concedidos pelas leis e acordos e a prática social.

3. Identidade, reconhecimento e igualdade

Quando algumas das identidades de um indivíduo são ridicularizadas ou depreciadas, este se sente não reconhecido e conseqüentemente em desvantagem social. Em situação de desigualdade uma pessoa pode apresentar baixa autoestima e imagem limitada de si mesmo, por isso vai buscar no reconhecimento do outro a valorização da sua imagem para a realização de si própria.

A igualdade formal de direitos que considera todos como cidadãos e intenciona posicionar os indivíduos em condições iguais na participação política não é suficiente para conduzir uma sociedade ao ideal de igualdade justa e concreta. Como exemplo, é possível citar o reconhecimento do negro no Brasil. Nos dias atuais este reconhecimento, embora ainda permeado de preconceitos e falsos olhares de aceitação já corresponde a outro cenário diferente de outrora. São conquistas lentas, árduas, mas transformadoras. Porém, apesar de

³⁴ Amy Gutman, “*The Challenge of Multiculturalism in Political Ethics*”, *Philosophy and Public Affairs*, vol. 22, nº3, verão de 1993, p. 171-206.

alguns passos à frente na luta pela igualdade, ainda encontram-se desigualdades. Por exemplo, um concurso público aberto a todos em igualdade de direitos não invalida as desigualdades econômicas e sociais que impedem um indivíduo de concorrer no mesmo nível dos outros por não ter preparação escolar suficiente para tal. Ainda não é significativo o número de negros ocupando espaços de prestígio ligados à ascensão social, mesmo quando qualificados e capacitados profissionalmente. Embora o desporto e a música sejam alternativas são também mercados de trabalho instáveis e competitivos, além de não estarem isentos de situações discriminatórias. Portanto, o exemplo do negro brasileiro enfatiza a ideia de que as oportunidades estão, como se depreende, relacionadas à classe social, sexo, cor, profissão, e por isso as identidades são “assassinas”, porque “matam” o indivíduo com uma única pertença (Adesky, 2006: 118).

Ao observar a condição de imigrante e considerar a noção de cidadania³⁵ como conjunto de direitos políticos concedido a uma pessoa que seja natural, membro de um Estado que lhe permite intervir e participar nos processos políticos e administrativos percebo algumas implicações para um indivíduo em terra estrangeira.

Conforme a *Constituição da República Portuguesa* (2005:16) sobre o princípio da equiparação entre estrangeiros e cidadãos dizem os números 1 e 2 do artigo 15º:

Nº 1 - “os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português”.

Nº 2 - “excetuam-se do disposto no número anterior os direitos políticos, o exercício das funções públicas que não tenham caráter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses.”.

Em seu livro *Direitos de Cidadania e Direito à Cidadania* (2004), Jorge Pereira da Silva apresenta uma discussão que envolve os limites da esfera política e fundamentos éticos da questão, demonstrando as diferenças de direito entre cidadãos nacionais e cidadãos estrangeiros. Referindo-se à expressão “direitos de cidadania” para designar o acervo de direitos em relação aos quais só os cidadãos portugueses são ou podem ser titulares, Silva afirma que tais direitos representam um número relativamente reduzido em comparação com o vasto elenco de direitos constitucionalmente consagrados. Diz ainda que, no sentido de participação política, direitos de cidadania são a generalidade dos direitos políticos e o nº 2 do

³⁵ Cidadania – vínculo jurídico-político que, traduzindo a pertinência de um indivíduo a um estado, o constitui, perante esse estado, num conjunto de direitos e obrigações. *Dicionário da Língua Portuguesa* (2003) Porto Editora.

artigo 15º da Constituição exclui os cidadãos estrangeiros, em regra, do princípio da equiparação, o que os impede de tomarem parte ativa na definição dos destinos da comunidade estadual e de, por isso mesmo, se sentirem parte integrante da comunidade em que vivem, trabalham, estudam e que à sua maneira, ajudam a construir. Outros direitos ligados à cidadania, como por exemplo, a liberdade de deslocação e circulação denota também a diferente situação do estrangeiro. Os cidadãos nacionais podem entrar e sair, circular sem limitação, fixar-se em qualquer ponto do território, desenvolver qualquer atividade lícita e não pode ser expulso. A entrada, saída, permanência e fixação dos estrangeiros estão sujeitas à limitação da lei (Silva, 2004: 20-21). Neste caso, advirto que o autor se refere aos estrangeiros originários de países que não fazem parte da Comunidade Europeia.

De fato, não obstante o reconhecimento de que a qualidade de pessoa humana é infinitamente mais importante do que a qualidade de membro de um determinado Estado (...) a verdade é que a cidadania, enquanto qualidade de membro (de pleno direito) de um certo Estado, representa para a generalidade das pessoas um sinal identificador e uma referência de valor inestimável (Silva, 2004: 20-21).

A cidadania pressupõe nacionalidade, ou seja, condição da qual um imigrante não dispõe. Esteja em trânsito turístico, vivendo temporariamente ou em definitivo, o fato de estar fora do país de origem implica em situação de fragilidade e desvantagens sociais, econômicas e políticas, para além da susceptibilidade a diversos problemas relacionados à violação dos direitos humanos, aos crimes de agenciamento de trabalho ou prostituição, tráfico de drogas, de mulheres e de crianças, situações de discriminação nos serviços de fronteira, trabalho escravo e outras ocorrências nas quais o estrangeiro pode estar envolvido.

No caso dos brasileiros em Portugal os acordos entre os dois países viabilizam o pedido de acesso ao *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres* ou de direitos políticos conforme *Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses*, celebrada em Brasília em 7 de Setembro de 1971, revogada através do *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta* assinado em 22 de Abril de 2000, durante a comemoração dos quinhentos anos de descobrimento³⁶. Porém, os requisitos e implicações do requerimento, conforme indicações do SEF, sujeitos à análise e aprovação do Ministro da Administração Interna não são alcançados com facilidade por qualquer brasileiro. Para requerer o Estatuto de

³⁶ Ver Portal SEF em

http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/legislacao/legislacao_detalhe.aspx?id_linha=4475#capII acesso em 22/05/2010, 19:22h.

Igualdade é preciso antes conquistar algo mais difícil: o título de residência. Vale aqui mais uma questão que merece atenção: na prática, os tratados entre o Brasil e Portugal trazem influências positivas para o reconhecimento dos imigrantes brasileiros? Os imigrantes brasileiros que porventura conquistarem a “igualdade de direitos e deveres” proclamada no estatuto, na vida prática estarão livres das imagens negativas da identidade brasileira que se notam em Portugal?

Segundo Jaques Adesky (2006), sem a valorização da imagem do indivíduo ou grupo discriminado o reconhecimento de igualdade é parcial. É preciso ter valor igual para as diversas formas de *ser* e *estar* no mundo. Conforme já comentei antes, se as pessoas são consideradas de forma desigual, seja pela condição socioeconômica, pela religião, pelo gênero, seja pela cor, raça ou etnia, não são políticas universalistas que vão resolver a questão do preconceito.

A lei por si só não se constitui em instrumento para nivelar a sociedade, existem outros fatores que influenciam e, algumas vezes, se sobrepõem. Existem opiniões e preconceitos que comandam o pensamento de grupos sociais, a internalização da situação de domínio ou de desigualdade, além da manutenção do sistema socioeconômico vigente, que inviabiliza a mobilidade na hierarquia social. A situação de igualdade ou desigualdade exige o reconhecimento de tal condição.

A condição de imigrante implica na difícil experiência dos processos naturais da imigração: a saída do país de origem, na maioria das vezes em situação desvantajosa, a entrada no país de acolhimento, quase sempre um país estranho, a busca pela inserção no mercado de trabalho, pela moradia e o uso dos serviços públicos, entre outras demandas próprias da situação. Seja um imigrante que chega através de um contrato de trabalho, seja aquele que ainda vai à procura de emprego, a situação é a de ser estranho em lugar estranho, condição importante para a recolha de muitas pertencas de uma personalidade que se encontra em desvantagem.

Pensando na posição considerada mais fácil, a do imigrante portador de um contrato de trabalho, seu percurso pode ser menos penoso, porém não menos longo que o do imigrante “aventureiro”, neste caso dando à palavra seu sentido literal, aquele que vai aventurar, tentar, experimentar.

Ao chegar ao aeroporto do país de acolhimento, o imigrante é recebido no desembarque pelo serviço de imigração, cujos funcionários lá estão para verificar a documentação e inquirir:

- O que veio fazer?
- Quanto tempo pretende ficar?
- Onde vai trabalhar?
- Onde vai morar?
- E em alguns casos: quanto dinheiro traz consigo?

Parecem perguntas apropriadas, e o são, à polícia de fronteiras, mas, impróprias à visita. E é como visitante que o imigrante se sente ao chegar ao país de acolhimento, por isso choca-se com a “recepção”. Ao mesmo tempo, os países precisam do controle de entradas e saídas, caso contrário, podem sofrer desordens que afetariam toda a sociedade.

Para tratar de sua documentação, o imigrante recorre aos serviços públicos e depara-se com várias discrepâncias em relação ao país de origem, pois no seu imaginário trata-se de diferenças entre coisas que deveriam ser iguais. Enfrenta também os problemas e limitações deste serviço público, comum em qualquer lugar, mas absurdo para o imigrante que deseja tão somente ter sua situação resolvida para sentir-se menos estranho. Na conversa com os novos amigos e patrícios, as constantes frases de avisos e conselhos fazem as informações parecerem ainda menos coerentes. A ida aos setores das finanças, da segurança social, as possíveis inscrições em concursos ou instituições acadêmicas, tudo implicará em momentos de surpresa, incompreensão, insuficiência de documentos, enganos e desenganos.

Até o momento pensei na situação do imigrante em condição confortável de ser portador de um contrato de trabalho ou visto temporário (visto de estudos, por exemplo). Contudo, examinando a condição do imigrante a que chamei “aventureiro”, a experiência deste trajeto pode ser, e é na maioria dos casos, bem diferente. Enquanto o “documentado” tem a empresa que o contratou para apoiar o processo de documentação e acesso ao serviço público, o “aventureiro” terá de fazer isto sozinho. São situações diferentes, admito que haja vantagem de um sobre o outro, mas a condição de ser estranho e não cidadão é comum a todos em qualquer circunstância. São pessoas diferentes, de culturas diferentes, que trazem consigo hábitos de toda ordem, conhecimentos, características físicas e psicológicas, práticas, crenças, nacionalidade e todas as pertencas que lhes compõem a identidade, diferentes entre si apesar de terem pontos em comum, e diferentes do *outro* que encontram no país de acolhimento. Cabe ressaltar que esses componentes da personalidade modificam-se e acentuam-se pelo fato de o indivíduo estar fora do seu país, ou seja, alguns comportamentos seriam diferentes se a pessoa estivesse em seu país de origem.

À partida, o imigrante brasileiro em Portugal considera a língua como atenuante das demandas do processo migratório que se tornam mais complexas quando se trata de países de idiomas diferentes. Porém, apesar da língua em comum as dificuldades experimentadas em relação ao reconhecimento das diferenças e variações da língua portuguesa falada no Brasil (Português do Brasil) estão presentes do mesmo modo, sendo inclusive um dos principais motivos de discriminação e crítica. É comum ouvir dizer em Portugal que no Brasil se fala “brasileiro”. Porém, os brasileiros não conhecem este idioma, pois no Brasil fala-se a língua portuguesa e por isso não se identificam com esta chamada “língua brasileira” e sentem-se desqualificados diante de tal afirmação. Esta é mais uma situação na qual o brasileiro encontra-se em desigualdade: fala a mesma língua dos portugueses, mas não é reconhecido como falante desta língua, além de ser ridicularizado pela sua maneira de falar.

De acordo com Marcos Bagno (2001: 75) "o preconceito linguístico é a atitude que consiste em discriminar uma pessoa devido ao seu modo de falar". Esse preconceito é exercido por aqueles que tiveram acesso à educação de qualidade, à “norma padrão de prestígio”, ocupam as classes sociais dominantes e, sob o pretexto de defender a língua portuguesa, acreditam que o falar daqueles sem instrução formal e com pouca escolarização é “feio” e classificam o diferente sob o rótulo do “erro”. Infelizmente, “o preconceito linguístico” é somente uma denominação ligeira para um profundo preconceito “social”: não é a maneira de falar que sofre preconceito, mas a identidade social e individual do falante.

Necessariamente, o respeito às múltiplas identidades implica em igual dignidade de cidadania. Conforme já disse anteriormente, no olhar do *outro* o indivíduo pode confirmar sua existência ou sentir-se não reconhecido. É preciso desvincular-se desta identidade imposta e “assassina” para gerar o reconhecimento de múltiplas formas.

As imagens associadas ao brasileiro imigrante em Portugal, aquelas construídas no Brasil ou as imaginadas pelo português, enublam sua construção identitária e provocam o efeito caricato. O brasileiro ora usa ora esconde suas pertencas nas relações interpessoais, seja para conquistar o reconhecimento seja para evitá-lo, a depender da sua necessidade ou situação.

Entretanto, conforme Michel Wieviorka (2002: 145), existem duas condições susceptíveis na produção das diferenças coletivas: a existência de uma situação inicial de dominação, de rejeição, de desqualificação e um princípio positivo que permita ao ator aceder a certa autoestima, representar-se aos seus olhos como aos da sociedade. Se existem diferenças, no mínimo é porque existem desigualdades, queda e ascensão social, exclusão,

discriminação, segregação. A sociologia da diferença é também uma sociologia da hierarquia social, da dominação e da exclusão.

No estudo apresentado por Maria Xavier (2007), fica evidente a alternância de exibição das pertenças brasileiras que varia conforme os sentimentos de valorização ou depreciação da identidade nacional. Todos os entrevistados manifestaram orgulho em ser brasileiro e afirmaram que este sentimento foi reforçado em Portugal, inclusive dizem ser “mais brasileiros” do que eram antes de emigrar. Admitem terem percebido em Portugal que, afinal, o Brasil não é o pior país do mundo como é comum se pensar antes de partir. Reconhecem também a visão equivocada que tinham da Europa, “um continente onde todos são cultos, educados, não há fome, desemprego ou crimes”. Por outro lado, os aspectos negativos não são esquecidos e as críticas à violência, à desigualdade social, à corrupção e ao desemprego explicam o motivo da opção por emigrar, embora não percam o sentimento de identificação com o país.

Nesta alternância entre a valorização do país e do povo brasileiro e o reconhecimento dos aspectos negativos, os brasileiros entrevistados passam pelo processo de alteridade com os portugueses. Ao afirmarem as características que consideram positivas no povo brasileiro identificam as negativas nos portugueses. Em contrapartida, nas observações sobre os problemas sociais e políticos do Brasil e sobre o comportamento de alguns brasileiros em Portugal, por eles considerado inadequado, ou ainda nas situações de concorrência profissional, evidenciam as qualidades dos portugueses e as vantagens de viver em Portugal. Quando se referem ao Brasil e aos brasileiros que lá estão, os imigrantes afirmam sua identificação, porém quando se referem aos brasileiros que imigraram em Portugal (como eles), admitem a desvalorização desta pertença (ser brasileiro) e procuram distanciar-se e esconder outras características que o “denunciem”. Aqueles que têm sua vida profissional estabilizada em Portugal pretendem traçar caminhos que os assegure da posição em que se encontram.

Os brasileiros exibem as características que consideram motivos de inveja dos portugueses: a facilidade de relacionamento, o otimismo, a esperança, a alegria, a simplicidade e o espírito de luta. Por outro lado, apontam o português como reservado, formal, desconfiado, pessimista, conservador e preconceituoso. Todavia, escondem as verdadeiras origens dos motivos que os levaram a emigrar, pois sentem-se inferiorizados ou pelos problemas sociais e políticos do Brasil ou pela situação socioeconômica em que viviam.

Esta alternância de exibição das pertenças identitárias demonstra a noção de alguns e a consciência de outros imigrantes brasileiros, que percebem as conveniências e inadequações de suas identidades na sociedade portuguesa. Contudo, antes de realizar a pesquisa para este trabalho, pensei que entre os imigrantes brasileiros de nível escolar mais baixo esta percepção não existisse ou fosse equivocada, porém não foi este o resultado obtido, conforme poderá ser constatado no Capítulo III.

Os estudos de Igor Machado (2007) e Maria Xavier (2007) demonstram que a concorrência do mercado de trabalho e as diferenças referentes à situação em que vivem, incluindo principalmente o exercício da profissão são fatores determinantes para atitudes discriminatórias entre brasileiros. Percebe-se que os brasileiros que vivem em Portugal há mais tempo sentem-se superiores aos que chegaram recentemente quando exercem profissões definidas, entre as quais a de dentista, fisioterapeuta, comunicador, relações públicas, designer, publicitário, jogador de futebol, comerciante. Por outro lado, os que exercem atividades menos apetecidas e sem estabilidade, como as empregadas de limpeza, empregadas domésticas, empregados de mesa e balcão, sentem-se ameaçados pelo recém-chegado que poderá vir ocupar seu lugar no mercado de trabalho.

Segundo Michel Wieviorka (2002: 142-145), a literatura sociológica muitas vezes tratou dos traços culturais dos imigrantes na perspectiva da dissolução progressista, imaginando que os indivíduos acabam por ser assimilados, ou quase, por guardarem pouco das suas origens, “não mais que vagas tradições, culinárias, por exemplo” e por se fundir sendo mais ou menos feliz no “*melting pot* da sociedade de acolhimento.” De acordo com o modelo evolucionista os indivíduos se integram desde o início apoiando-se nos recursos proporcionados pelas suas comunidades. Wieviorka afirma que esta visão nem sempre dá conta do que se observa na realidade, deixando de lado a maneira como se formam as identidades novas a partir da imigração, ao preço muitas vezes de um afastamento considerável, identidades que retomam elementos extraídos da tradição, praticando um “bricolage”, que dão sobretudo origem a novas figuras da alteridade.

Outra situação importante a ser comentada é a do imigrante brasileiro que ocupa posição de destaque na sociedade ou que tem visibilidade nos meios de comunicação social.

Um exemplo recente ocorreu em 15 de Maio de 2010, no programa do Herman José, exibido pela RTP1³⁷. Roberta Medina, uma das convidadas do programa, brasileira, vivendo

³⁷ http://tv1.rtp.pt/programasrtp/index.php?p_id=25832&e_id=5&c_id=1&dif=tv&hora=23:00&dia=15-05-2010
acesso em 20/05/2010.

há sete anos em Portugal, responsável pela organização do *Rock in Rio Lisboa* foi questionada sobre o estereótipo do português no Brasil. Em resposta, disse que “acha uma tristeza que um país maravilhoso como Portugal seja tão desconhecido no Brasil”, porém não se referiu ao desconhecimento do Brasil e aos estereótipos do brasileiro em Portugal. Trata-se de uma pessoa famosa, de classe social privilegiada (filha do empresário Roberto Medina) e de aparência estética que atende aos padrões de beleza mais apreciados: branca e loira, e que, portanto demonstra desconhecer ou preferir ignorar a existência desse tipo de “imagem do brasileiro em Portugal”.

Mais um exemplo desta diferença no tratamento dado pela comunicação social aos brasileiros pobres e anônimos ou ricos e famosos foi exibido recentemente, no período em que ocorria o campeonato mundial de futebol. No dia 25 de Junho, dia em que ocorreu o jogo entre o Brasil e Portugal, houve uma confusão no Parque das Nações, não esclarecida nas reportagens exibidas nos telejornais de todas as emissoras de televisão, mas o texto narrado dizia que “Vários adeptos que assistiam ao jogo no local, na sua maioria brasileiros, entraram em confronto. A polícia interferiu e foram presos dois adeptos brasileiros.” A ênfase nos telejornais, a frase repetida mais de quatro vezes em cada exibição da notícia foi: “os adeptos, na sua maioria brasileiros (...)”. Poucos dias depois, ainda no “clima” do mundial de futebol, no dia 04 de Julho, a emissora RTP1 exibiu em seu primeiro jornal uma entrevista com o jogador brasileiro Cacau, integrante da equipa alemã. O jogador está em ascensão profissional, é considerado um dos melhores da seleção e já solicitou a nacionalidade alemã, ou seja, breve será, em termos legais, um europeu. No final da entrevista, o narrador ressalta as qualidades técnicas do jogador, lhe confere uma série de elogios e refere-se a ele como “irmão dos portugueses”. Não pude deixar de recordar a notícia dos brasileiros que foram presos no Parque das Nações. Estes não são “irmãos dos portugueses”.

Tendo sua imagem associada à prostituição, crimes e violência, sua língua e forma de falar desqualificadas e sendo um grupo sem coesão cuja maioria dos membros tem baixo nível de escolarização e condição econômica desfavorável, a comunidade brasileira em Portugal não encontra oportunidade de clarificar suas reais características.

(...) é sobretudo nas relações de trabalho em que o imigrante está ilegal que tendem a ocorrer as situações mais graves. São estes episódios que vão dar relevância, de forma negativa e dolorosa, à identidade circunstancial de ser imigrante. Relações minadas, perspectivas profissionais limitadas e autoestima comprometida são alguns dos impactos das atitudes preconceituosas. Restam dúvidas quanto ao motivo: “será porque sou estrangeiro, mulher ou “de cor”? (Xavier, 110).

Porém, apesar do preconceito e dos estereótipos, alguns produtos culturais do Brasil são admirados e consumidos em Portugal, a exemplo dos artistas, agora com a exceção de Maité Proença, das telenovelas, da música, dos jogadores de futebol e da feijoada brasileira.

O brasileiro é desvalorizado por ser pobre, por não atender aos padrões de beleza estética da Europa, por falar o Português do Brasil, por ter baixo nível de instrução formal, pelas atividades que exercem no mercado de trabalho, por ser negro ou mulato, por sua maneira de vestir, por seu comportamento informal, por não corresponder aos padrões portugueses de educação, enfim, por ser brasileiro, e, portanto, pertencer a outra cultura. Por outro lado, o brasileiro poderá ser valorizado se for rico, branco, com traços fisionômicos europeus, artista de cinema ou televisão, jogador de futebol em ascensão, se ocupar posição importante no cenário político internacional ou em alguma empresa de grande porte, se possível reunindo duas ou mais dessas características. Contudo, ainda assim corre o risco de não agregar todas essas pertencas e, em dado momento, ser ironizado na comunicação social pelo “deslize” de não ser “perfeito”, como é o caso de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, muitas vezes ridicularizado por não ter estudos de nível superior, embora se possa reconhecer que em sua administração o Brasil obteve o maior crescimento econômico e social das últimas décadas.

O Brasil desconhecido aos poucos vai se tornando real aos olhos do português através dos novos imigrantes brasileiros que trazem consigo uma realidade que não combina com o *glamour* das telenovelas, nem com a beleza das escolas de samba, menos ainda com o sucesso do futebol. Esta visão estreita de uma ínfima parcela representante da numerosa população brasileira inibe a aparição de outras características que poderiam transformar a imagem deformada. Esta desvalorização se reflete na vida social, profissional e pessoal e se traduz em situações de desigualdade de oportunidades e falta de reconhecimento no trabalho e nas instituições acadêmicas conforme os exemplos aqui citados.

CAPÍTULO III

Se há culturas parentes, seriam justamente a cultura do Brasil e a de Portugal. Por isso é que digo que as relações são estúpidas, porque apesar disto, que é uma evidência que se mete pelos olhos dentro, não foi possível até hoje criar condições de relacionamento contínuo (...)
(José Saramago).

1. A pesquisa

Como creio ter ficado claro, o presente estudo teve como enfoque os efeitos produzidos pelas imagens estereotipadas da identidade brasileira no reconhecimento de imigrantes brasileiros em Portugal. Foi meu propósito observar as imagens da identidade brasileira em Portugal, diagnosticadas à partida pela experiência pessoal, em seguida pela óptica de outros brasileiros residentes no país. Particularmente, a intenção foi verificar a percepção dos brasileiros a respeito das atitudes e valores da sociedade de acolhimento em relação à sua identidade e os efeitos que isso traz ao seu reconhecimento e, conseqüentemente à sua autoestima.

Nesta seção são apresentados o instrumento de investigação, a constituição da amostra e a análise dos resultados obtidos.

Após analisar os resultados da aplicação do questionário, à luz dos fundamentos teóricos, pude verificar as implicações para o reconhecimento do imigrante brasileiro nas relações sociais e de trabalho, com o intuito de proporcionar uma reflexão sobre a possibilidade e necessidade de estratégias e políticas que favoreçam a imagem da identidade brasileira em Portugal.

1.1 Instrumento de investigação

O questionário é considerado como importante instrumento de recolha e avaliação de dados na pesquisa científica, nomeadamente na investigação em ciências sociais. Através desse instrumento de investigação é possível interrogar um maior número de pessoas em menor espaço de tempo.

Apesar de não haver um método considerado como padrão, existem critérios e recomendações que devem ser considerados para sua elaboração, tais como clareza e objetividade, definição do público-alvo, linguagem adequada a esse público, boa apresentação, entre outros aspectos que devem ser tratados cuidadosamente para a eficiente aplicação do instrumento. O inquérito por questionário de perspectiva sociológica tem como objetivo verificar hipóteses teóricas e analisar as correlações que estas hipóteses sugerem. Portanto, estes inquéritos são geralmente mais elaborados e consistentes do que uma simples sondagem de opinião (Quivy & Campenhoudt, 2008: 188).

De acordo com os objetivos pretendidos, optei por elaborar um questionário (anexo A) composto, em sua maioria, por perguntas fechadas. As perguntas abertas, embora permitam uma informação mais rica e detalhada, são mais difíceis de analisar e muitas vezes têm de ser interpretadas. Por esta razão apenas duas das quinze questões da terceira seção foram abertas, tendo sido solicitado o uso de poucas palavras para a resposta. Nestas duas questões abertas a intenção foi exatamente saber que palavra(s) seria(m) usada(s) pelo inquirido para responder àquelas perguntas e, na avaliação, considerar as palavras ou expressões mais citadas. Também na primeira seção, duas questões abertas foram feitas, sendo uma de resposta direta (o ano em que imigrou) e outra de resposta qualitativa (atividade que exerce em Portugal). Por sua vez, as questões fechadas oferecem facilidade no tratamento dos dados, apesar de alguma linearidade nas respostas conduzir, não raro, a conclusões muito simples. As respostas pretendidas em todas as questões, com exceção do tempo de imigração, foram qualitativas, descritas ou escolhidas pelo inquirido (Hill e Hill, 2009: 85-95).

O questionário elaborado para esta pesquisa foi estruturado em seções que agregam assuntos e objetivos específicos a serem alcançados. Segundo Manuela e Adrew Hill (2009: 85), isto facilita o preenchimento e o encadeamento lógico tanto das perguntas como das respostas quando se trata de um questionário longo e que aborda mais de um tema. No caso em pauta, foram feitas perguntas que dizem respeito a três assuntos: a identificação, o conhecimento das entidades que se referem ao Brasil em Portugal e a percepção das atitudes e valores do *outro* em relação à identidade brasileira.

A primeira seção das questões, nomeada *Identificação*, averiguou o gênero e o grau de instrução, o tempo de imigração e a atividade profissional. As questões sobre grau de instrução formal e atividade profissional exercida no país de acolhimento permitiram uma noção da situação socioeconômica do indivíduo, possibilitando observar se há influência

desses fatores na maior ou menor incidência de situações de discriminação negativa e na percepção das imagens estereotipadas da identidade brasileira.

Na segunda seção, *Referências do Brasil em Portugal*, a intenção foi verificar o conhecimento dos brasileiros sobre entidades que representam o Brasil e que prestam algum tipo de apoio a esses imigrantes em Portugal. As questões que abordam o conhecimento sobre a Casa do Brasil de Lisboa, o Consulado do Brasil e a programação cultural da Embaixada do Brasil pretendiam avaliar o alcance das ações dessas entidades entre os brasileiros.

Finalmente, na terceira seção, *Visão pessoal*, elaborei questões que avaliassem a percepção dos brasileiros residentes em Portugal sobre as atitudes e valores da sociedade de acolhimento em relação à sua identidade. Todas as questões desta seção pretendiam verificar se os brasileiros percebem nas relações de trabalho, nos gestos e atitudes das relações sociais algum tipo de discriminação ou preconceito, e caso percebam, como se sentem e reagem em relação a isso.

O questionário foi aplicado na forma de “administração indireta”, na terminologia usada por Quivy & Campenhoudt, ou seja, quando o próprio inquiridor o preenche a partir das respostas do inquirido. Optei por este processo porque segundo Quivy & Campenhoudt (2008: 188) o de “administração direta” é menos eficaz e só é utilizado na investigação social em casos excepcionais, dado que muitas vezes as perguntas são mal interpretadas e o número de respostas é geralmente fraco.

Alguns inquiridos, além de responderem as questões fizeram diversos comentários e relataram experiências vividas em situações de preconceito e/ou discriminação, fato que colaborou para a análise dos resultados tanto das questões fechadas quanto das questões abertas.

Os dados recolhidos foram organizados em tabelas construídas em uma base de dados *Excel*, distribuídas por assunto e constituídas da incidência numérica das respostas e do cruzamento de algumas informações, conforme será possível constatar no segundo ponto deste capítulo.

1.2 Constituição da amostra

A pesquisa realizou-se em Lisboa e a aplicação dos inquéritos foi feita presencialmente no mês de Março do corrente ano, 2010. Foi determinado o número de

quarenta pessoas entrevistadas, sendo vinte do sexo masculino e vinte do sexo feminino. Não houve identificação por nome a fim de deixar as pessoas mais à vontade para responderem as questões sem a preocupação de estarem sendo expostas. As cinco primeiras pessoas a responderem ao questionário eram conhecidas, porém não próximas. Estas pessoas indicaram outras e assim ocorreu sucessivamente, até completar o número estabelecido para a amostra.

Para determinar o número da amostra consultei algumas dissertações de mestrado realizadas na área de ciências sociais e verifiquei que nos estudos feitos com populações numerosas o valor médio escolhido varia entre trinta e cinquenta. O pré-requisito exigido para o preenchimento do questionário foi o tempo de residência no país, que deveria ser a partir de um ano por considerar que este é o tempo mínimo para obter familiaridade com a sociedade de acolhimento.

2. Análise dos resultados

Conforme Manuela e Andrew Hill (2009: 87) a primeira seção do questionário deve ser um conjunto de perguntas que solicitem informações sobre as características dos respondentes. Contudo, é importante recolher apenas as características que interessam à investigação.

Assim sendo, o primeiro passo para alcançar os objetivos da pesquisa foi identificar os sujeitos inquiridos. Escolhi a identificação por gênero, grau de instrução, atividade profissional e ano de imigração em conformidade com os objetivos pretendidos.

Para os objetivos da pesquisa, esta caracterização da amostra será útil no cruzamento com dados sobre a percepção das atitudes e valores da sociedade de acolhimento em relação à identidade brasileira.

GRAU DE INSTRUÇÃO	GÊNERO		Totais do grau de instrução
	Masculino	Feminino	
Básico (9º ano)	07	03	10
Médio (12º ano)	09	11	20
Superior	04	06	10
Total Geral	20	20	40

Tabela 1 – Identificação por gênero e grau de instrução

Dos quarenta inquiridos, vinte (50% da amostra) completaram o ensino médio, que equivale em Portugal ao 12º ano. Dos vinte restantes, dez concluíram o ensino básico, equivalente ao 9º ano e dez completaram um curso de nível superior. Na distribuição por gênero a amostra apresenta pouca variação, nomeadamente o número de mulheres com nível de instrução superior maior que o número de homens e, em relação ao nível básico, os homens representam o percentual mais alto (70%) do nível de instrução mais baixo.

A identificação do período de imigração e das atividades profissionais nos permite observar a ocupação no mercado de trabalho que varia conforme o ano de imigração, além da relação destes dados com a percepção de situações de discriminação mais adiante.

PERÍODO DA IMIGRAÇÃO	ATIVIDADE PROFISSIONAL EM PORTUGAL			
	Empregado do comércio	Empregado da restauração	Trabalhador/ estudante	Profissional liberal*
Década de 1980	03			03
Década de 1990	03	06		02
Década de 2000	08	12	02	01
Totais	14	18	02	06

Tabela 2 – Período da Imigração e atividade profissional em Portugal

*(dentista, fisioterapeuta, publicitário, sociólogo)

Entre os que imigraram na década de 1980 estão três profissionais liberais (dentistas), e três empregados do comércio. Na década de 1990 encontram-se mais dois profissionais liberais (um dentista e um designer industrial) e então aparecem os primeiros números de empregados da restauração e mais três empregados do comércio, o que coincide com as informações sobre o histórico da imigração brasileira em Portugal, que nos indica uma grande vaga de imigração no final dos anos 90 com características laborais, ou seja, pessoas que imigraram em busca de emprego. Na década de 2000, os dados confirmam mais uma vez as informações sobre a segunda vaga de imigração brasileira, quando aumentam os números de trabalhadores do comércio e da restauração e diminuem os números dos profissionais liberais.

Portanto, dos quarenta inquiridos, 5% são trabalhadores-estudantes, 15% são profissionais liberais, 35% são empregados do comércio e 45% são empregados da restauração.

Na tabela seguinte é possível verificar a distribuição das atividades profissionais por gênero. Este cruzamento de dados pretende demonstrar onde trabalham as mulheres que foram confundidas com prostitutas, item que será analisado mais adiante.

ATIVIDADE PROFISSIONAL	GÊNERO		Totais das atividades profissionais
	Masculino	Feminino	
Trabalhador do comércio	05	09	14
Trabalhador da restauração	12	06	18
Trabalhador-estudante	00	02	02
Profissional liberal	03	03	06
Totais	20	20	40

Tabela 3 – Atividade profissional distribuída por gênero

Das vinte mulheres inquiridas, nove trabalham no setor do comércio, seis trabalham na restauração, duas são trabalhadoras-estudantes e três são profissionais liberais. As trabalhadoras-estudantes não foram incluídas nas outras categorias porque exercem atividades relacionadas à prestação de serviços em curto prazo, sem contrato, apresentando variações quanto ao local de trabalho.

A primeira questão da seção *Referências do Brasil em Portugal* avaliou a incidência da adesão ao *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres* pelos imigrantes brasileiros. A intenção foi verificar quantos brasileiros inquiridos já recorreram ao *Estatuto* e em que ano essas pessoas imigraram em Portugal.

	ESTATUTO DE IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES		
	Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Sim	02		
Não	04	11	23

Tabela 4 – Imigrantes que solicitaram Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres

Percebe-se, portanto, que os três brasileiros, 7,5% da amostra, que recorreram ao *Estatuto* imigraram na década de 1980, ou seja, residem no país de acolhimento há quase trinta anos. Vale lembrar que, para requerer a equiparação de direitos, tanto um português no Brasil como um brasileiro em Portugal, precisa conquistar primeiro o visto de residência, o que exige requisitos não muito fáceis de alcançar (ver anexo B) e, portanto, demanda alguns anos de trajetória nessa direção. Os três inquiridos que recorreram ao *Estatuto* são médicos-dentistas residentes na Covilhã, cuja família vive em Portugal há trinta anos. Outros

inquiridos, residentes em Portugal há mais de quinze anos, revelaram falta de interesse em requerer o *Estatuto* alegando que, na prática, não lhes alteraria a vida em nenhum aspecto.

Na tabela seguinte é possível verificar se os inquiridos consideram o *Estatuto* como um ponto de vantagem ou favorecimento à imagem da identidade brasileira em Portugal:

	ESTATUTO DE IGUALDADE DE DIREITOS E DEVERES FAVORECE IMAGEM DOS BRASILEIROS?		
	Década de 1980	Década de 1990	Década de 2000
Sim	02	02	00
Não	04	09	23

Tabela 5 – Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres favorece a imagem dos brasileiros?

Conforme as respostas apresentadas, dos inquiridos que imigraram na década de 1980, somente 33,3%, um terço considera um ponto de favorecimento. Entre os que imigraram na década de 1990, 18% acha que o *Estatuto* poderia lhes favorecer a imagem. Aqueles que imigraram na década de 2000 não acreditam que o *Estatuto* possa favorecer a imagem dos brasileiros em Portugal.

Continuando na mesma seção, apresento o resultado das respostas às questões que se referem ao conhecimento sobre entidades que representam o Brasil em Portugal. O objetivo a ser alcançado através dessas questões foi averiguar se os brasileiros conhecem as instituições e se costumam utilizar os serviços disponíveis. Embora as questões sejam fechadas as opções de respostas permitem identificar se o inquirido costuma dirigir-se às instituições ou se estas o alcançam. O indivíduo que conhece a instituição e já utilizou algum serviço tem mais probabilidade de manter-se informado sobre o que lá acontece. Aqueles que conhecem, mas nunca utilizaram serviços ou nunca estiveram no local ou ainda os que não conhecem dificilmente terão acesso às informações, serviços, ou qualquer atividade dessas entidades ou instituições.

A Casa do Brasil de Lisboa, embora conhecida pela maioria dos inquiridos, parece não oferecer pontos atrativos. 70% dos inquiridos conhecem a Casa do Brasil, sabem da sua existência, mas nunca foram até lá. Os inquiridos comentam durante o preenchimento do questionário que não tiveram interesses ou motivos para visitar ou frequentar a Casa do Brasil. Também se revela grande o número de inquiridos que desconhecem a existência do site da Casa do Brasil, 65%, o que demonstra que esta entidade não alcança o público

brasileiro residente em Portugal na sua totalidade. O mesmo ocorre com a publicação da Casa do Brasil, o *Jornal Sabiá*, desconhecido por 70% dos inquiridos.

CONHECIMENTO SOBRE ENTIDADES REPRESENTANTES DO BRASIL OU DE APOIO À IMIGRAÇÃO			
Casa do Brasil de Lisboa		Consulado do Brasil	
Sim, já lá estive	06	Sim, já lá estive	40
Sim, mas nunca lá estive	28	Sim, mas nunca lá estive	00
Não	06	Não	00
Site da Casa do Brasil de Lisboa		Site da Embaixada do Brasil em Lisboa	
Sim, já visitei	06	Sim	11
Sim, mas nunca visitei	08	Sim, mas nunca visitei	13
Não	26	Não	26
Jornal Sabiá		Programação cultural da Embaixada do Brasil	
Sim, já li	06	Sim	11
Sim, mas nunca li	06	Não	29
Não	28		
Participação nos eventos			
Sim	04	Às vezes	03
Não	29	Raramente	04

Tabela 6 - Conhecimento sobre entidades representantes do Brasil em Portugal

O site da Embaixada do Brasil em Lisboa é também desconhecido de 65% dos inquiridos, e consequentemente 72% desconhecem também a programação cultural promovida e/ou divulgada pela Embaixada, pois esta divulgação é feita através de e-mails, e para tanto é necessário que o interessado em receber a divulgação envie para o administrador do site uma mensagem solicitando o ingresso na lista. Desconhecendo a programação cultural divulgada pela Embaixada, 72% dos inquiridos não costumam comparecer aos eventos dos quais não têm notícia.

Quanto ao Consulado do Brasil em Lisboa, este se revela conhecido por todos, já que se trata de um órgão relacionado à emissão, validação e orientação de documentos, portanto necessário e indispensável a todos os imigrantes brasileiros. Contudo, os imigrantes dirigem-se ao Consulado para tratar de sua documentação e não em busca de apoio ao seu reconhecimento. Porém, devo ressaltar que um bom atendimento, adequado e acolhedor, pode muito auxiliar neste sentido.

Na tabela a seguir estão representados os resultados à questão sobre se as ações da Casa do Brasil de Lisboa, da Embaixada do Brasil e do Consulado do Brasil em Portugal favorecem de alguma forma a imagem dos brasileiros imigrantes.

	AÇÕES DAS ENTIDADES QUE REPRESENTAM O BRASIL FAVORECEM A IMAGEM DOS BRASILEIROS?			
	Empregados do comércio	Empregados da restauração	Trabalhadores/ estudante	Profissionais liberais
Sim	01	02	00	02
Não	13	16	02	04

Tabela 7 – Ações das entidades que representam o Brasil favorecem a imagem dos brasileiros?

Entre os catorze trabalhadores do comércio, apenas um, que representa 7% desta categoria acredita que as ações dessas entidades podem favorecer a imagem dos brasileiros em Portugal. Dos dezoito empregados da restauração, dois, ou seja, 11% consideram que sim. Os trabalhadores-estudantes acham que não favorecem e entre os profissionais liberais 33,3% acham que favorece. Vale destacar que os dois profissionais liberais que acreditam no favorecimento do *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres*, das ações da Casa do Brasil de Lisboa, do Consulado do Brasil e da Embaixada do Brasil formam um casal de médicos-dentistas que vivem em Portugal há quase trinta anos, em boas condições socioeconômicas no Concelho da Covilhã.

Esses resultados negam a segunda hipótese (a existência do *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres* e de entidades que representam o Brasil em Portugal favorece, na prática, o reconhecimento da identidade brasileira), pois as respostas demonstram pouco conhecimento da parte dos inquiridos sobre as entidades e suas ações. Além disso, a maioria dos inquiridos, 87%, acha que as ações dessas entidades não favorecem a imagem dos brasileiros em Portugal.

A seguir, apresento os resultados das questões da terceira seção, *Visão Pessoal*, dirigidas à percepção dos brasileiros quanto às atitudes e valores da sociedade de acolhimento em relação à sua identidade.

PERCEPÇÃO DO PRECONCEITO					
	Viveu situação de discriminação negativa	Viveu situação de discriminação positiva	Discriminado por ser brasileiro	Perdeu oportunidade de emprego	Possibilidades iguais às dos portugueses
SIM	24	08	24	22	11
NÃO	16	32	16	18	29
	Ofendido em público	Houve referência à nacionalidade	Confundida com prostituta	Percebeu desconfiança	Criticado pela fala ou escrita da língua portuguesa
SIM	19	19	16	26	28
NÃO	21	-	04	14	12

Tabela 8 – Percepção do preconceito

Conforme as respostas, 60% dos inquiridos afirmam ter vivido uma situação de discriminação negativa e acha que foi discriminado por ser brasileiro. Em contrapartida, apenas 20% afirmam ter vivido uma situação de discriminação positiva. É também grande o percentual daqueles que dizem ter perdido uma oportunidade de emprego por ser brasileiro, 55%. A maioria, representada pelo percentual de 72%, reconhece que as possibilidades de conseguir emprego são menores em relação aos portugueses. 47% dos inquiridos já viveram uma ofensa em público e houve referência à nacionalidade. Das mulheres inquiridas, 80% já foram alguma vez confundidas com prostituta. De todos os inquiridos, 65% perceberam desconfiança pelo fato de serem brasileiros e 70% já foram criticados pela escrita ou pela fala da língua portuguesa.

Os resultados confirmam parcialmente a primeira hipótese, pois as imagens estereotipadas da identidade brasileira afetam o reconhecimento desses imigrantes em Portugal mais de forma negativa do que de forma positiva. Esta pequena variação ocorre em função da atividade profissional exercida, conforme poderá ser visto nas próximas tabelas.

O cruzamento dos dados na próxima tabela pretende averiguar se há variação na percepção dos brasileiros quanto às atitudes e valores da sociedade de acolhimento em relação à sua identidade conforme o grau de instrução e a atividade profissional que exercem. Foram relacionados somente os dados sobre a atividade profissional porque os dez inquiridos que têm nível de instrução superior estão distribuídos nas categorias profissional liberal (06), trabalhador-estudante (02) e apenas dois encontram-se trabalhando como empregados do comércio.

PERCEPÇÃO DO PRECONCEITO X ATIVIDADES PROFISSIONAIS				
PERGUNTAS	ATIVIDADES PROFISSIONAIS			
	Empregado do comércio	Empregado da restauração	Trabalhador/estudante	Profissional liberal*
	SIM - NÃO	SIM - NÃO	SIM - NÃO	SIM - NÃO
Viveu situação de discriminação negativa	08 - 06	14 - 04	02 - 00	00 - 06
Viveu situação de discriminação positiva	01 - 13	03 - 15	01 - 01	03 - 03
Discriminado por ser brasileiro	08 - 06	14 - 04	02 - 00	00 - 06
Perdeu oportunidade de emprego	05 - 09	04 - 14	02 - 00	00 - 06
Possibilidades iguais às dos portugueses	00 - 14	08 - 10	00 - 02	03 - 03
Ofendido em público	05 - 09	12 - 06	02 - 00	00 - 06
Houve referência à nacionalidade	05 - 09	12 - 06	02 - 00	00 - 06
Confundida com prostituta	02 - 12	12 - 06	02 - 00	00 - 06
Percebeu desconfiança	07 - 07	16 - 02	02 - 00	01 - 05
Criticado pela fala ou escrita da língua portuguesa	14 - 00	16 - 02	02 - 00	02 - 04

Tabela 9 – Percepção do preconceito em categorias de atividades profissionais

Distribuindo os dados pelas atividades profissionais dos inquiridos, já viveram alguma situação de discriminação negativa: 57% dos trabalhadores do comércio, 77% dos trabalhadores da restauração, 100% dos trabalhadores-estudantes, enquanto nenhum profissional liberal inquirido se refere a essa situação. Por outro lado, a situação de discriminação positiva foi experimentada por 7% dos trabalhadores do comércio, 16% dos trabalhadores da restauração, 50% dos trabalhadores-estudantes e 50% dos profissionais liberais.

Acham que a situação de discriminação negativa que viveram se deveu ao fato de serem brasileiros: 57% dos trabalhadores do comércio, 77% dos trabalhadores da restauração, 100% dos trabalhadores-estudantes. Perderam alguma oportunidade de emprego pelo fato de serem brasileiros: 35% dos empregados do comércio, 22% dos empregados da restauração e 100% dos trabalhadores-estudantes. Os profissionais liberais afirmam nunca terem perdido oportunidades de emprego pelo fato de serem brasileiros. Consideram desiguais as possibilidades de conseguir emprego em relação aos portugueses: 100% dos trabalhadores do comércio, 55,5% dos trabalhadores da restauração, 100% dos trabalhadores-estudantes e 50% dos profissionais liberais.

Dos quarenta inquiridos, já viveram ofensas em público com referência à nacionalidade: 35% dos trabalhadores do comércio, 66% dos trabalhadores da restauração, 100% dos trabalhadores-estudantes. Os profissionais liberais afirmam nunca terem sido ofendidos em público pelo fato de serem brasileiros.

Das vinte mulheres inquiridas, dezesseis, 80%, foram alguma vez confundidas com prostituta. Destas dezesseis mulheres, duas são empregadas do comércio, doze são empregadas da restauração e duas são trabalhadoras-estudantes.

Perceberam desconfiança pelo fato de serem brasileiros 50% dos empregados do comércio, 88% dos empregados da restauração, 100% dos trabalhadores-estudantes e 16% dos profissionais liberais (apenas um deles relata esta situação).

Foram criticados de forma depreciativa pela fala ou escrita da língua portuguesa: 100% dos trabalhadores do comércio, 88% dos trabalhadores da restauração, 100% dos trabalhadores-estudantes e 33% dos profissionais liberais.

Esses resultados negam a terceira hipótese (as imagens estereotipadas da identidade brasileira em Portugal afetam o reconhecimento desses imigrantes independentemente do grau de instrução formal e da atividade profissional), pois revelam variação na percepção do preconceito de acordo com a atividade profissional que exercem. Nota-se que as pessoas que exercem atividades de nível superior pouco se referem a situações de discriminação negativa e são os que mais se referem a situações de discriminação positiva, embora reconheçam a concorrência com os portugueses no mercado de trabalho e a existência das imagens estereotipadas da identidade brasileira em Portugal, conforme poderá ser detectado nas perguntas abertas mais à frente. Por outro lado, percebe-se a maior incidência de situações de discriminação entre os empregados da restauração e do comércio. As respostas dos trabalhadores-estudantes, mesmo representadas por um número pequeno, trazem revelações

importantes: esses trabalhadores têm nível superior, estudam em universidades de Lisboa, porém não têm contrato de trabalho e vivem de prestação de serviços temporários.

Na próxima tabela relacionei os dados sobre o que sentem os brasileiros ao perceberem referências negativas à sua nacionalidade. Conforme foi dito no Capítulo II, é no olhar do *outro* que o indivíduo vai buscar o seu reconhecimento. Ao perceber a depreciação de algum aspecto da sua identidade este indivíduo sente-se não reconhecido, em desvantagem social, e conseqüentemente apresenta baixa autoestima. Portanto, nas próximas questões é possível notar os efeitos das imagens estereotipadas da identidade brasileira na autoestima desses imigrantes.

O QUE SENTEM OS BRASILEIROS QUANDO OUVEM OU PERCEBEM REFERÊNCIAS NEGATIVAS À SUA NACIONALIDADE					
Indignação	Tristeza	Inferioridade	Raiva	Vergonha	Indiferença
16	10	07	04	03	00

Tabela 10 – O que sentem os brasileiros quando ouvem ou percebem referências negativas à sua nacionalidade

Os resultados dessas questões demonstram a indignação dos inquiridos em relação às referências negativas à sua nacionalidade. Dos quarenta inquiridos, 40% sentem-se indignados, 25% sentem-se tristes, 17,5% sentem-se inferiores, 10% sentem raiva, 7,5% sentem vergonha. Nenhum dos inquiridos, nem mesmo os que ocupam atividades privilegiadas no mercado de trabalho, alegou indiferença às referências negativas à nacionalidade brasileira.

A próxima tabela apresenta os resultados da pergunta sobre como reagem às referências negativas à nacionalidade brasileira, também com o intuito de observar os efeitos das imagens estereotipadas da identidade brasileira na autoestima desses imigrantes. Foram os seguintes resultados encontrados:

REAÇÃO DOS BRASILEIROS ÀS REFERÊNCIAS NEGATIVAS À SUA NACIONALIDADE				
Explicação	Ofensa	Justificação	Silêncio	Concordância
17	10	07	06	00

Tabela 11 – Como reagem os brasileiros às referências negativas à sua nacionalidade

Dos quarenta inquiridos, 42% reagem tentando explicar que as referências são equivocadas, uma atitude que demonstra a vontade de se fazer melhor compreendido e

reconhecido. Contudo, 25% ofendem a sociedade de acolhimento, uma reação que denota ressentimento, rancor. 17,5% dizem justificar essas imagens negativas pelos problemas sociais do Brasil e 15% preferem manter-se em silêncio, alegando alguns o receio de perderem o emprego caso apresentem qualquer reação.

Ainda na terceira seção, avaliando a percepção dos brasileiros quanto às atitudes e valores atribuídos à sua identidade, a questão sobre o que poderia favorecer a imagem dos brasileiros em Portugal teve a intenção de verificar a extensão da consciência desses imigrantes sobre o assunto, observando se eles sabem onde estão as principais causas do problema e a quem compete realizar ações que poderiam minimiza-lo.

O QUE PODERIA FAVORECER A IMAGEM DOS BRASILEIROS EM PORTUGAL			
Maior controle sobre a imigração	Melhor comportamento dos brasileiros	Maior visibilidade da cultura brasileira nos meios de comunicação social	Ações governamentais que promovam esclarecimentos sobre o Brasil e suas relações com Portugal
08	04	10	18

Tabela 12 – O que poderia favorecer a imagem dos brasileiros em Portugal

Uma pequena parcela dos inquiridos, 10% ainda acreditam que a culpa das imagens negativas é do mau comportamento de alguns brasileiros. 20% apostam no controle sobre a imigração para melhorar a imagem dos brasileiros em Portugal. Porém, 25% já percebem que a comunicação social poderia colaborar de forma positiva. A maioria, 45% considera necessárias ações governamentais que promovam a cultura do Brasil de forma positiva.

Finalmente, a última tabela representa os resultados das duas questões abertas que encerram a terceira seção do questionário. Estas questões foram elaboradas de forma aberta no intuito de obter dos inquiridos as palavras que, na percepção deles, são mais utilizadas pela sociedade de acolhimento para caracterizar a imagem da identidade brasileira em Portugal.

PALAVRAS MAIS CITADAS SOBRE O QUE PENSAM OS PORTUGUESES					
Sobre os brasileiros			Sobre a mulher brasileira		
Desonestos	Malandros	Preguiçosos	Prostituta	Fácil	Vulgar
22	09	09	32	05	03

Tabela 13 – Palavras mais citadas sobre o que pensam os portugueses a respeito dos brasileiros

Sobre o que pensam os portugueses a respeito dos brasileiros, 55% citam a palavra *desonestos*, 22% a palavra *malandros* e também 22% recorrem à palavra *preguiçosos*. Em

relação ao que pensam os portugueses sobre a mulher brasileira, as palavras mais citadas foram *prostituta*, apontada por 80% dos inquiridos, *fácil*, citada por 12,5% e *vulgar*, utilizada por 7,5% dos inquiridos.

Outras palavras foram citadas nessas questões, porém considerei aquelas que apareceram maior número de vezes nas respostas, entre as quais: *ladrões*, *bandidos*, *oportunistas*, *ignorantes*, *burros*, *homossexuais*, *sem educação*, *pessoas de má conduta*, *pessoas que não prestam*. A percepção dos brasileiros sobre esta caracterização demonstra mais uma vez a consciência que têm de não serem devidamente reconhecidos e, portanto, desvalorizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a história das migrações em Portugal, não se pode negar a complexidade desses processos na atualidade, tendo em conta o envolvimento de aspectos tão diversos como a globalização, o envelhecimento populacional, a segurança, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra o tráfico de drogas e de seres humanos. Em face deste contexto de mudanças sucessivas, o Estado português tenta uma abordagem abrangente do assunto através da atual política nacional de imigração, que segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras está estruturada em quatro eixos: regulação dos fluxos migratórios, promoção da imigração legal, luta contra a imigração clandestina e integração dos imigrantes (SEF, 2008: 5).

Conforme já foi visto, vários estudos demonstram que não há relação entre desemprego e imigração. Na Europa dos anos 70 os índices de desemprego já apresentavam crescimentos antes de haver grandes fluxos de imigração. Ao contrário disso, segundo Clara Santos (2007:28), o Estado tem se favorecido das contribuições pagas pelos imigrantes, pois a receita dos impostos e segurança social é superior à despesa com a imigração. O então Alto Comissário para Imigração e Minorias Étnicas, Rui Marques, em documento publicado pelo então ACIME em 2005, *As grandes linhas da política de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal*, reconhece os benefícios da imigração e da diversidade cultural:

Portugal beneficiou nas últimas décadas desta presença de imigrantes que contribuíram significativamente para o processo de desenvolvimento acelerado que o nosso País viveu. A sua contribuição de 5% para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, com particular destaque para os setores da Construção Civil (15%); Hotelaria e Restauração (11%) e Serviços e Empresas 10%); o saldo positivo da sua contribuição para as contas do Estado – 243 milhões de euros, em 2002 – ou ainda a contribuição para o equilíbrio da pirâmide demográfica, são alguns exemplos evidentes do contributo que os imigrantes nos trazem. Mas importa sublinhar também o enriquecimento decorrente da diversidade cultural e religiosa introduzida pelas comunidades imigrantes, pois a “*diversidade cultural é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória*”³⁸.

Diante do exposto, seria natural se pensar que a população autóctone fosse mais receptiva aos imigrantes. Entretanto, de acordo com Clara Santos (2007:42-43), o inquérito aplicado em Novembro de 2002 pela Universidade Católica Portuguesa, encomendado pelo

³⁸ Art. 3º da Declaração Universal da Diversidade Cultural. (UNESCO, 2001)

então Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), revela que a maioria dos portugueses (3 em cada 4) discorda da vinda de mais imigrantes, independentemente da sua origem: africana (74,4%), brasileira (71,7%) ou do Leste da Europa (73,4%). Os que possuem graus de instrução mais baixos são também os que mais rejeitam novas entradas e são as mulheres inquiridas quem revela maior relutância em admitir a entrada de mais imigrantes em Portugal.

Evidentemente, o crescimento dos fluxos migratórios provocou efeitos também nos meios de comunicação social. Conforme Isabel Ferin (citada por Willy Filho, 2008: 42-50), a imprensa passou a enfatizar temas como o trabalho, as máfias e as condições sociais e a televisão passou a dar maior cobertura à clandestinidade, à expulsão e à segurança. Os conteúdos passaram a ser apresentados de forma a despertar nas pessoas o sentimento de medo e a presença da violência. O protagonismo dos cidadãos brasileiros na imprensa em Portugal, principalmente a partir de 2003, foi influenciado por um conjunto de acontecimentos, entre os quais o movimento das autointituladas *Mães de Bragança*, citado no Capítulo I, 2.2.

De acordo com Clara Santos (2004: 30-35), entre as nacionalidades e etnias em maior evidência na imprensa portuguesa estão em primeiro lugar a brasileira seguida pela dos países do Leste Europeu e pela comunidade de etnia cigana.

Conforme o estudo de Mário Lages (2003), que verificou a percepção dos portugueses sobre associação das nacionalidades aos temas jornalísticos, os brasileiros aparecem principalmente relacionados com a prostituição, segundo 56,8 % dos 1419 portugueses inquiridos, os imigrantes africanos apareceriam mais associados à violência (62,5 %) e ao tráfico (47,9 %), e os de Leste à máfia (52,4 %) e também à violência (43,7 %).

Os meios de comunicação social em Portugal não exibem reportagens ou programas sobre a cultura e a história do Brasil, nenhuma visibilidade é dada aos projetos brasileiros no campo social, económico, ambiental e cultural, nem mesmo aos que têm reconhecimento internacional, tais como: o Projeto Criança Esperança³⁹ com foco em educação e cidadania e os projetos de inclusão social da Fundação Carlinhos Brown⁴⁰ e da Fundação Olodum⁴¹. Como exemplo de obra social voltada para área da saúde, destaco a OSID⁴² (Obras Sociais Irmã Dulce), na questão ambiental, entre diversos outros está o Projeto Tamar-ICMBio⁴³

³⁹ <http://criancaesperanca.globo.com/> acesso em 20/04/10, 11:32h.

⁴⁰ <http://www.carlinhosbrown.com.br/> acesso em 20/04/10, 11:35h.

⁴¹ <http://olodum.uol.com.br/> http://www.blogescolaolodum.com.br/?page_id=3 acesso em 20/04/10, 11:32h.

⁴² <http://www.irmadulce.org.br/> acesso em 20/04/10, 11:55h.

⁴³ <http://www.tamar.org.br/interna.php?cod=63> acesso em 20/04/10, 12:23h.

criado em 1980 e ainda, no setor da agricultura, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária⁴⁴ (EMBRAPA) é responsável por muitas transformações no país.

Nas redes de televisão brasileira, os aspectos positivos do Brasil estão mais visíveis nas últimas décadas, apesar de isto ainda não ser suficiente. Embora existam programas de má qualidade e jornalismo sensacionalista em algumas emissoras de televisão, nomeadamente os da Rede Record, é possível contar com a inserção de programas educativos, como por exemplo, na Tv Cultura do Brasil⁴⁵, e com a abordagem de questões sociais em telenovelas, principalmente as de autoria do escritor Manoel Carlos, exibidas pela Rede Globo, que trouxeram à discussão temas atuais tais como: imigração/emigração, homossexualidade, deficiência física, racismo, novos conceitos de família, adoção de crianças, inseminação artificial, aborto, uso e tráfico de drogas, alcoolismo, violência urbana, história do Brasil e outros temas fracturantes das políticas sociais. Desta maneira, as telenovelas, embora ainda apresentando falhas e alguns personagens estereotipados, contribuem para a mudança da imagem de grupos discriminados ao colocarem estes temas em questão. A qualidade do conteúdo televisivo tem melhorado sensivelmente, não só nas telenovelas, mas também em noticiários, documentários, programas infantis, educativos e formatos publicitários.

Não posso dizer que no Brasil se viva numa sociedade igualitária e democrática, o ideal para um país multiétnico de culturas tão diversas. Porém é possível notar mudanças no comportamento das pessoas, nos conteúdos televisivos, nas relações profissionais, no serviço público e outras instâncias da esfera pública. Considero significativos os avanços e mudanças conquistados em diversas áreas, tendo em conta o tempo de existência, a numerosa população, o processo histórico que envolve questões sociais, políticas e econômicas, além da extensão territorial do país.

Conforme foi dito no Capítulo II, a diferença em relação ao *outro* é um elemento importante para a construção e afirmação de uma identidade, pois a diferença é a base de toda e qualquer identidade, e ambas dependem da representação. É a forma como são representadas que lhes dá significado. Segundo Clara Santos, identidade e diferença são, por um lado produzidas, por outro lado criadas por atos de linguagem. Assim sendo, os *media* “entram em cena” neste ato linguístico, pois a linguagem é o principal instrumento do ato de comunicação, inclusive de comunicação social, ou seja, os *media* têm o poder de representar, e, portanto, de definir e condicionar a identidade. Desta forma, é pertinente questionar esta

⁴⁴ <http://www.embrapa.br/> acesso em 20/04/10, 14:44h.

⁴⁵ <http://www.tvcultura.com.br/> acesso em 02/08/10, 20:34h.

“construção da realidade” feita pelos *media*, pois é o que alimenta as imagens da identidade e da diferença (Santos, 2004: 45-48).

Os meios de comunicação social exercem grande influência na construção identitária de um grupo ou comunidade, constituindo-se importante instrumento para a análise dessas questões. Não se pode esquecer que o conceito de *media* pressupõe intermediação, o que lhe confere o poder de mediar a relação entre os consumidores e a informação veiculada. Além disso, os meios de comunicação de massa apresentam a realidade em perspectivas que lhes convêm, seja para manter a situação vigente, seja para derrubá-la. Vale lembrar também que, em sua maioria, os *media* estão sob o controle de grandes grupos econômicos e políticos.

Considero também os papéis e formas de conduta social como elementos que contribuem para a construção da identidade e seu reconhecimento. De acordo com Charles Taylor (1989), citado por Gil Ferreira (2009: 45):

Defino quem sou ao definir a posição a partir da qual falo na árvore genealógica, no espaço social, na geografia das posições e funções sociais, nas minhas relações íntimas com aqueles que amo e, de modo também crucial, no espaço de orientação moral e espiritual dentro do qual são vividas as minhas relações definidoras mais importantes (Charles Taylor, *Sources of the Self*, 1989: 35).

Ou seja, sem a abertura do *outro* no exercício das relações sociais o indivíduo não pode emergir, se constituir ou conhecer, embora possa, também, elaborar por conta própria outros significados e construir novas formas de comunicação simbólica. Segundo Gil Ferreira (2009: 45; 145-146), as reações do indivíduo em relação a essas estruturas sociais não têm que ser necessariamente passivas e conformistas. Todavia, o autor explica também, que a formação da identidade se evidencia progressivamente inter-relacionada com formas simbólicas mediatizadas, e que entende a identidade não como produto de um sistema simbólico construído de fora para dentro, nem como algo fixo e estático, mas como uma construção do indivíduo a partir de materiais simbólicos que encontra disponível. Observando o assunto por este ângulo, penso que o material simbólico disponível para a comunidade brasileira em Portugal se constitui “matéria-prima” de má qualidade, com a qual tanto os brasileiros como os portugueses constroem uma explicação incoerente da comunidade em questão.

No confronto entre o *eu* e o *outro* o imigrante sente-se estranho e percebe a estranheza do modo operacional daquela sociedade. Ele precisa e/ou quer estar ali, aceitar, ser aceito,

conhecer, reconhecer e ser reconhecido. O imigrante quer também identificar e ter o direito de identificar-se.

A diferença transforma-se rapidamente no desconhecido, na alteridade e, na falta de ferramentas que permitam conhecê-la e compreendê-la, corremos grandes riscos intelectuais, mas também práticos e políticos (Wievioka, 2002: 23).

As respostas dos inquiridos às questões relativas à percepção do preconceito e da discriminação, demonstradas na Tabela 9, comprovam a consciência do imigrante brasileiro sobre o olhar e as ações da sociedade de acolhimento sobre si, e ainda confirmam que as imagens estereotipadas da identidade brasileira afetam o reconhecimento de forma mais negativa do que positiva. Foi possível observar nas Tabelas 10 e 11 os sentimentos e reações dos imigrantes brasileiros em relação às atitudes e valores da sociedade de acolhimento sobre si e perceber o quanto são afetados e que se sentem não reconhecidos. Na Tabela 13 os inquiridos demonstram saber a forma negativa com que são identificados através de palavras depreciativas que, ao que parece, foram cristalizadas no vocabulário da sociedade portuguesa, provavelmente com o auxílio da comunicação social.

As relações conflituosas entre o Brasil e Portugal, desde a Independência até a década de 1990 resultaram em afastamento, contribuindo para um profundo desconhecimento entre os dois países, que se pode considerar como um dos motivos para a atual situação de equívocos sobre os imigrantes brasileiros. Muitos dos que chegam a Portugal desconhecem quase na totalidade o que os espera na sociedade de acolhimento. Em contrapartida, os portugueses, salvo os que já foram ao Brasil ou que convivem com brasileiros em proximidade, também desconhecem a sociedade brasileira e o país.

A política externa desenvolvida por ambos dá prioridade às relações comerciais em detrimento das relações culturais, o que colabora para manter a ignorância sobre aspectos importantes de um e de outro. Os acordos bilaterais, mesmo quando se referem aos brasileiros ou aos portugueses o fazem no sentido de viabilizar os “negócios em família”, esquecendo-se de dar atenção às questões sociais relativas aos fenômenos migratórios. Estes acordos marcam as mudanças nas relações políticas pontuadas de momentos de tensão alternados aos de confraternização, semelhante mesmo aos relacionamentos familiares.

Pelo que se percebe, Brasil e Portugal olham para o mundo por ângulos diferentes, o que não parece estranho já que são países distintos em vários aspectos e por este motivo não deveriam ser comparados como se estivessem em eterna disputa. Mas os laços históricos, a

língua portuguesa e a influência cultural, fatores enaltecidos nos discursos políticos, deveriam ser considerados em ações práticas que viabilizassem as relações culturais.

O *Estatuto de Igualdade*, citado no *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta*⁴⁶, que estabelece no Artigo 12 os mesmos direitos e deveres tanto aos brasileiros em Portugal quanto aos portugueses no Brasil, faz a mesma ressalva da *Constituição Portuguesa* quanto ao direito à cidadania. No Artigo 14, “excetuam-se do regime de equiparação previsto no Artigo 12 os direitos expressamente reservados pela Constituição de cada uma das partes contratantes aos seus nacionais”. Além disso, o acesso ao *Estatuto de Igualdade* garante o tratamento jurídico igual para todos, mas não garante, na prática, iguais oportunidades, nem a dissolução de preconceitos e discriminações. E é importante deixar claro que nenhum estatuto ou lei vai garantir isso.

Os resultados da pesquisa, expressos nas Tabelas 4 e 5, demonstram o pouco interesse dos imigrantes brasileiros em requerer o *Estatuto de Igualdade*, pois reconhecem que na prática isso não lhes favoreceria a imagem. Percebe-se, inclusive, que nem mesmo aqueles que residem no país há mais de vinte anos solicitaram o Estatuto, salvo o casal de dentistas residente na Covilhã, por razões já explicadas.

Embora o Estado português desenvolva políticas direcionadas para a integração dos imigrantes através de programas especiais e de apoio institucional, sente-se a falta de tratamento da população autóctone, para que esta seja realmente uma sociedade “de acolhimento”. Ainda existe uma lacuna a ser preenchida entre a vontade política e a prática social. Penso que esta lacuna poderia ser ocupada por projetos educativos que utilizassem os diversos caminhos de acesso à população, que vão desde material cultural (banda desenhada, teatro, telenovela, literatura, convênios entre universidades e outras instituições de ensino) até campanhas de comunicação que promovessem mais conhecimento cultural sobre os dois países, afinal, se há uma relação entre as redes de televisão portuguesa e brasileira, que sejam usadas para fins progressistas e não depreciativos. Seria também importante estreitar os laços entre as universidades portuguesas e brasileiras, ampliando o intercâmbio cultural entre estudantes, mestres e doutores, o que poderia viabilizar, também, o diálogo intercultural.

Nos resultados obtidos sobre as questões relativas ao conhecimento das atividades desenvolvidas pelas entidades que representam o Brasil em Portugal exibidos na Tabela 6, é possível perceber a pouca ou quase nenhuma aproximação dos imigrantes a essas entidades. Se os imigrantes brasileiros não são devidamente alcançados pelas ações dessas entidades,

⁴⁶ Ver anexo B.

menos ainda é a sociedade de acolhimento, fato que ajuda a manter a distância e o desconhecimento entre ambos.

Não se deve esquecer também a falta de coesão na comunidade brasileira, representada principalmente pelas diferenças socioeconômicas. Os brasileiros ricos e famosos, quando inquiridos a respeito das anedotas brasileiras sobre os portugueses empenham-se em justificações e pedidos de desculpas, mas não se referem ao preconceito dos portugueses em relação aos seus conterrâneos em Portugal.

Penso ter deixado claro nos resultados exibidos na Tabela 9 que os imigrantes brasileiros que têm estabilidade profissional e boa condição social e econômica são os que pouco se referem a situações de preconceito e discriminação, mas não deixam de admitir a existência das imagens negativas associadas à identidade brasileira e a concorrência em desvantagem com os portugueses no mercado de trabalho.

Sendo assim, o que poderiam ou deveriam fazer os brasileiros pobres e anônimos que vivem em Portugal para conquistarem o seu reconhecimento? Que características devem “guardar” ou exibir, a fim de adequarem-se à sociedade portuguesa? Penso que ainda assim é preciso refletir se isso resolveria a questão. Segundo Amim Maalouf, deve haver uma espécie de “acordo” entre imigrantes e país de acolhimento, pois um fará parte do outro. Acredito nesta teoria de Maalouf, mas penso que no caso em questão esse tipo de “acordo” enfrentaria um obstáculo chamado “comunicação social”.

(...) o que é que, na cultura do país de acolhimento, faz parte da bagagem mínima a que se espera que todos adiram, e o que é que pode ser legitimamente contestado ou recusado? A mesma interrogação vale também em relação à cultura de origem dos imigrados: que componentes dessa cultura merecem ser transmitidos ao país de adoção como um dote precioso, e quais – que hábitos, que práticas? – devem ser deixados no «vestiário»? (Maalouf, 2002: 53)

Não creio que os imigrantes brasileiros consigam travestir-se de novas pertencas identitárias que lhes permitam o reconhecimento positivo em Portugal. Em dado momento suas verdadeiras características apareceriam quase que involuntariamente, isto sem falar nos traços físicos. Mas acredito que se estivessem bem preparados para a sociedade de acolhimento, se conhecessem mais sobre a cultura do país, saberiam também o que melhor convém nas diferentes situações ou ambientes. Alguns imigrantes brasileiros que vivem em Portugal há vários anos, nunca saíram de Lisboa e mal conhecem o distrito. Principalmente as pessoas dotadas de pouca instrução formal, não costumam ler, visitar museus, monumentos

históricos, portanto não conhecem a história, as tradições, as origens dos costumes e, em alguns casos, nem a gastronomia conhecem ou fazem uso.

Por outro lado, penso que se a sociedade portuguesa tivesse acesso a informações mais precisas sobre a cultura brasileira, não se limitando apenas aos roteiros turísticos ou à gastronomia, mas conhecendo melhor os modos de vida, as tendências comportamentais e características das regiões e estados brasileiros, as obras sociais realizadas em todas as regiões, bem como as pesquisas desenvolvidas nas universidades e a vasta literatura brasileira, ou mesmo se tivessem acesso ao mercado editorial, provavelmente seria surpreendida por um Brasil muito diferente daquele “visto” em Portugal.

Assim sendo, sente-se falta de políticas que conscientizem a comunidade brasileira, não somente a respeito de direitos e deveres do cidadão estrangeiro, mas sobre direitos e deveres da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, sobre as redes de agenciamento para trabalho ilegal, sobre tráfico de seres humanos e principalmente sobre a cultura do país de acolhimento. Deveriam ser pensadas, também, campanhas que clarificassem a sociedade de acolhimento quanto à cultura e o povo do Brasil, pois as ações da Embaixada e da Casa do Brasil de Lisboa referentes à realização de eventos culturais chegam ao conhecimento de parte da comunidade brasileira e quase não alcançam a sociedade portuguesa. O círculo de informações é fechado, restrito, divulgado principalmente pela internet. Para ter acesso é preciso ir buscar a informação, inscrever-se no site. O público que apresenta melhores níveis de instrução formal tem mais fácil acesso a estas informações. Em contrapartida, o grupo de pessoas em situação desvantajosa neste aspecto não consegue alcançá-las. Os eventos e notícias chegam a alguns brasileiros e poucos portugueses que convivem com eles.

É preciso lembrar que a população com baixo nível social e econômico nem sempre tem acesso à internet, e quando tem muitas vezes não sabe fazer uso adequado. Além disso, estas pessoas geralmente trabalham mais de oito horas ao dia, incluindo sábados, domingos e feriados. A televisão e os jornais de grande circulação, meios de comunicação social de maior alcance, e que seriam veículos que atingiriam o público com mais eficiência, não apresentam nada sobre a programação cultural da Embaixada do Brasil ou da Casa do Brasil de Lisboa, além de reforçarem os aspectos negativos da imigração brasileira, dos brasileiros e do Brasil.

Como exemplo de uma ação positiva, que poderia favorecer os dois países caso fosse prolongada, cito a iniciativa dos jornalistas Paulo Markun (brasileiro) e Carlos Fino (português). Os jornalistas planejaram e apresentaram o programa *Brasil e Portugal, Lá e Cá*, exibido pela RTP2 em Portugal e pela TV Cultura do Brasil, em simultâneo, nos dias 25 de

Abril, 2 e 9 de Maio. Em três episódios os jornalistas apresentaram um resumo do panorama cultural, social, econômico e político dos dois países, através de conversas, entrevistas, imagens e narrativas históricas. Foram abordados assuntos como preconceito, anedotas sobre o português no Brasil, o afastamento após a independência, o desenvolvimento da cultura brasileira, as relações diplomáticas, as variações da língua portuguesa e a criação da CPLP.

A exibição de programas como este com maior frequência seria de grande valor se associada a políticas públicas, campanhas informativas, educativas e afirmativas em Portugal e no Brasil.

Portanto, considero o desconhecimento mútuo e os equívocos das entidades do Brasil e de Portugal dois motivos importantes que justificam a desvalorização da imagem do imigrante brasileiro em Portugal. No caso das autoridades governamentais, estas parecem não ver o que é tão divulgado, estudado e analisado, formal e informalmente. O desconhecimento é reforçado pelas relações diplomáticas entre os dois países, sempre pautadas por interesses políticos e econômicos, falsamente justificados pelos laços históricos, que mantiveram à margem as questões sociais e as relações culturais, alimentando assim os ressentimentos dos primórdios da história atualizados pelas imagens estereotipadas e recíprocas. Os equívocos estão também expressos no vazio não preenchido em cada um dos “acordos” bilaterais assinados pelos dois países. Os acordos estabelecem direitos e igualdade, mas não viabilizam as oportunidades. Em teoria, todos podem ter acesso aos mesmos direitos e deveres, mas na prática as oportunidades para alcançá-los ou não são oferecidas ou são dificultadas pelo preconceito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADESKY, Jaques (2006). *Reconhecimento e liberdade de realização* – parte 1 in Estudos Afro-Asiáticos, Ano 28, nºs 1/2/3, Jan-Dez 2006, pp. 97-116.

_____ (2006). *Reconhecimento, igualdade, distinção e conformidade* – parte 2 in Estudos Afro-Asiáticos, Ano 28, nºs 1/2/3, Jan-Dez 2006, pp. 117-134.

ALVES, Dário Moreira de Castro (1999). *Luso-brasilidades nos 500 anos*. Fortaleza: Casa de José de Alencar.

BAGNO, Marcos (2001). *Preconceito Linguístico*. São Paulo: Edições Loyola.

BARRETO, António (org.) (2005). *Globalização e Migrações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

BASTOS, José Gabriel Pereira & BASTOS, Susana Pereira (1999). *Portugal Multicultural*. Lisboa: Fim de Século Edições.

BENJAMIN, Walter (1996). *O Narrador. Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov*. In *Obras Escolhidas I. Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo, Brasiliense.

BUENO, Eduardo (2003). *Brasil: uma História. A incrível saga de um país*. 2ª Edição. São Paulo: Ática.

CANOTILHO, J.J. Gomes & MOREIRA Vital (2005). *Constituição da República Portuguesa – Lei do Tribunal Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora.

CASA DO BRASIL DE LISBOA (2004). *A 2ª vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2003): Estudo de opinião a imigrantes residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal – informação estatística e elementos de análise* in MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.) (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

CASTELLO, C. (1999). *O modo português de estar no mundo: a recepção do luso-tropicalismo em Portugal*. Porto, Edições Afrontamento.

CERVO, Amado Luiz e MAGALHÃES, Calvet José (2000). *Depois das Caravelas – As Relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, 1ª edição. Lisboa: Instituto Camões.

COSTA, João Paulo Oliveira & LACERDA, Teresa (2007). *A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV – XVIII)*, Vol. I. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

COUTO, Jorge (1997). *A construção do Brasil: ameríndios, portugueses e africanos no início do povoamento a finais de quinhentos*. 2ª edição. Lisboa: Cosmos.

Dicionário da Língua Portuguesa (2003). Porto: Porto Editora.

FELDMAN, Bela (2002). *Portugueses no Brasil, brasileiros em Portugal. Antigas rotas, novos trânsitos e as construções de semelhanças e diferenças culturais* in RAMALHO, Maria Irene & RIBEIRO, António Sousa (2002). *Entre ser e estar: raízes percursos e discursos da identidade*, Porto: Edições Afrontamento

FERREIRA, Gil Baptista (2009). *Comunicação, Media e Identidade. Intersubjetividade e dinâmicas de reconhecimento nas sociedades modernas*. Lisboa: Edições Colibri.

FILHO, Willy (2004-2006). *Imagem do imigrante brasileiro no jornalismo televisivo português*. Observatório da Imigração. Lisboa: ACIME.

HALL, Stuart (2003). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Organização de Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG – Brasília: UNESCO.

LAGES, Mário & POLICARPO, Verônica (2003). *Atitudes e valores perante a imigração*. Observatório da Imigração 2. Lisboa: ACIME.

MAALOUF, Amin (2009). *As Identidades Assassinas*. Tradução de Susana Serras Pereira. 3ª edição. Lisboa: Difel.

MACHADO, Igor (2007). *Reflexões sobre as identidades brasileiras em Portugal* in MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.) (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996). *Imigrantes na Região de Lisboa. Os anos da mudança*. Lisboa: Edições Colibri.

____ (org.) (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

MATA, Inocência. “Estranhos em permanência: a negociação da identidade portuguesa na pós-colonialidade”. In SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.), *PORTUGAL NÃO É UM PAÍS PEQUENO. Contar o "Império" na Pós-colonialidade*, Lisboa: Edições Cotovia, 2006

MATTOS, Patrícia (2006). *A sociologia política do reconhecimento: a contribuição de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume Editora.

MENEZES, Ângela Dutra de (2000). *O Português que nos pariu. Uma viagem ao mundo de nossos antepassados*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

PADILLA, Beatriz (2007). *A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise* in MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.) (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

____ (2007). *Acordos bilaterais e legalização: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal* in MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.) (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

PATRÍCIO, Raquel. *Portugal - Brasil: O lugar que cada um ocupa na política externa do outro*. Disponível em: <http://brasil-americanosul.blogspot.com/2008/11/portugal-brasil-o-lugar-que-cada-um.html> acesso em 18/04/10, 15:23h.

RAMALHO, Maria Irene & RIBEIRO, António Sousa (2002). *Entre ser e estar: raízes percursos e discursos da identidade*, Porto: Edições Afrontamento.

RAPOSO, Paulo & TOGNI, Paula (2009). *Fluxos Matrimoniais Transnacionais Entre Brasileiras e Portugueses: gênero e imigração*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

ROSA, Maria João Valente, SEABRA, Hugo de & SANTOS, Tiago (2004). *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

SANTOS, Clara Almeida (2003). *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa*. Observatório da Imigração. Lisboa: ACIME.

SEABRA, Hugo Martinez de & SANTOS, Tiago (2005). *A criminalidade de estrangeiros em Portugal – um inquérito científico*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

SEF (2008). *Relatório Estatístico Anual*.

SEMPRINI, Andrea (1999). *Multiculturalismo*. Bauru, São Paulo: EDUSC.

SILVA, Jorge Pereira da (2004). *Direitos de Cidadania e Direito à Cidadania*. Observatório da Imigração. Lisboa: ACIME.

SILVA, Sandra & SCHILTZ Aline (2007). *A relação entre os imigrantes brasileiros e os portugueses – a construção de imagens recíprocas* in MALHEIROS, Jorge Macaísta (org.) (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.

SILVA, Pedro (2006). *História dos Lusitanos*. Lisboa: Editora Prefácio.

VERMEULEN, Hans (2001). *Imigração, Integração e a Dimensão Política da Cultura*. Lisboa: Edições Colibri.

VIEIRA, Ricardo (2009). *Identidades Pessoais. Interações, campos de possibilidade e metamorfoses culturais*. Lisboa: Edições Colibri.

XAVIER, Maria (2007). *Redescobindo o Brasil. Processos identitários e brasileiros em Portugal*. Observatório da Imigração. Lisboa: ACIME.

WIEVIORKA, Michel (2002). *A diferença*. Lisboa: Fenda Edições.

WIEVIORKA, Michel (2002). *O racismo, uma introdução*, Lisboa: Fenda Edições.

ANEXOS

ANEXO A: Questionário

Este questionário destina-se a coletar dados acerca da sua percepção sobre as imagens da identidade brasileira em Portugal. Suas respostas auxiliarão a pesquisa realizada por Renata Monteiro, aluna do curso de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com vista à elaboração da sua dissertação. Composto em maior parte por questões alternativas, poderá respondê-lo em apenas 10 minutos, contribuindo para o resultado fidedigno da pesquisa.

Obrigada pela sua colaboração!

Renata Monteiro

E-mail: renataltm@gmail.com

QUESTIONÁRIO

I - Identificação

1. Sexo:

() M

() F

2. Grau de instrução

() Ensino fundamental (9º ano)

() Ensino médio (12º ano)

() Ensino superior

3. Em que ano veio para Portugal? _____

4. Que atividade exerce em Portugal? _____

II – Referências do Brasil em Portugal

1. Requereu o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres?

() Sim

() Não

2. Acha que o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres poderia beneficiar a sua imagem enquanto brasileiro em Portugal?

() Sim

() Não

3. Conhece a Casa do Brasil de Lisboa?

() Sim, já lá estive

() Sim, mas nunca lá estive

() Não

4. Conhece o site da Casa do Brasil de Lisboa?

() Sim, já visitei

() Sim, mas nunca visitei

() Não

5. Conhece o *Jornal Sabiá*?

() Sim, já li

() Sim, mas nunca li

() Não

6. Conhece o site da Embaixada do Brasil em Lisboa?

() Sim

☐ Não

7. Conhece a programação cultural divulgada pela Embaixada do Brasil em Lisboa?

☐ Sim

☐ Não

8. Costuma participar dos eventos culturais divulgados e/ou promovidos pela Embaixada do Brasil ou pela Casa do Brasil?

☐ Sim

☐ Não

☐ Às vezes

☐ Raramente

9. Conhece o Consulado do Brasil em Lisboa?

☐ Sim, já lá estive

☐ Sim, mas nunca lá estive

☐ Não

10. Acha que as ações dessas entidades favorecem de alguma forma a imagem dos brasileiros em Portugal?

☐ Sim

☐ Não

III - Visão pessoal

1. Viveu alguma situação em que se sentiu discriminado pela negativa?

☐ Sim

☐ Não

2. Viveu alguma situação em que se sentiu discriminado pela positiva?

() Sim

() Não

3. Acha que foi discriminado por ser brasileiro?

() Sim

() Não

4. Perdeu alguma oportunidade de emprego por ser brasileiro?

() Sim

() Não

5. Acha que as possibilidades de conseguir um emprego são as mesmas de um português?

() Sim

() Não

6. Alguma vez foi ofendido em público?

() Sim

() Não

7. Houve referência à sua nacionalidade?

() Sim

() Não

8. Alguma vez foi confundida com uma prostituta? (Pergunta só para mulheres)

() Sim

☐ Não

9. Alguma vez percebeu desconfiança por parte de alguém pelo fato de ser brasileiro?

☐ Sim

☐ Não

10. Alguma vez foi criticado pela sua forma de falar ou escrever a língua portuguesa?

☐ Sim

☐ Não

11. O que sente quando ouve ou percebe referências negativas ou ofensas em relação aos brasileiros?

☐ Vergonha

☐ Raiva

☐ Inferioridade

☐ Indignação

☐ Tristeza

☐ Indiferença

12. Como reage numa situação dessas?

☐ Fico em silêncio

☐ Ofendo os portugueses

☐ Tento justificar os problemas do Brasil

☐ Tento explicar que estão enganados

☐ Acho bem feito, os brasileiros são mesmo assim

13. Em sua opinião, o que poderia favorecer a imagem dos imigrantes brasileiros em Portugal?

- () Maior controlo sobre a imigração
- () Melhor comportamento dos brasileiros
- () Maior visibilidade da cultura brasileira nos meios de comunicação social (televisão, jornais, etc.)
- () Ações governamentais que promovam esclarecimentos sobre o Brasil e suas relações com Portugal.

As próximas e últimas questões devem ser respondidas em poucas palavras:

14. O que você acha que os portugueses pensam sobre os brasileiros?

15. O que você acha que os portugueses pensam sobre a mulher brasileira?

ANEXO B: Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres

Observação: foi retirado do *Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta* apenas o capítulo que se refere ao *Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres*:

Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000
Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta
entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil,
assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de Abril de 2000, cujas duas versões em língua portuguesa seguem em anexo. Aprovada em 28 de Setembro de 2000.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇÃO E CONSULTA ENTRE A
REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federativa do Brasil, adiante denominadas «Partes Contratantes»: Representados pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, reunidos em Porto Seguro, aos 22 de Abril de 2000; Considerando que nesse dia se comemora o 5.º centenário do facto histórico do descobrimento do Brasil; Conscientes do amplo campo de convergência de objectivos e da necessidade de reafirmar, consolidar e desenvolver os particulares e fortes laços que unem os dois povos, fruto de uma história partilhada por mais de três séculos e que exprimem uma profunda comunidade de interesses morais, políticos, culturais, sociais e económicos; Reconhecendo a importância de instrumentos similares que precederam o presente Tratado; acordam no seguinte:

(...)

TÍTULO II

Dos portugueses no Brasil e dos brasileiros em Portugal

2

Estatuto de igualdade entre portugueses e brasileiros

Artigo 12.º

Os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal, beneficiários do estatuto de igualdade, gozarão dos mesmos direitos e estarão sujeitos aos mesmos deveres dos nacionais desses Estados, nos termos e condições dos artigos seguintes.

Artigo 13.º

1 - A titularidade do estatuto de igualdade por portugueses no Brasil e por brasileiros em Portugal não implicará em perda das respectivas nacionalidades.

2 - Com ressalva do disposto no n.º 3 do artigo 17.º, os portugueses e brasileiros referidos no n.º 1 continuarão no exercício de todos os direitos e deveres inerentes às respectivas nacionalidades, com exclusão daqueles que ofenderem a soberania nacional e a ordem pública do Estado de residência.

Artigo 14.º

Exceptuam-se do regime de equiparação previsto no artigo 12.º os direitos expressamente reservados pela Constituição de cada uma das Partes Contratantes aos seus nacionais.

Artigo 15.º

O estatuto de igualdade será atribuído mediante decisão do Ministério da Administração Interna, em Portugal, e do Ministério da Justiça, no Brasil, aos brasileiros e portugueses que o requeiram, desde que civilmente capazes e com residência habitual no país em que ele é requerido.

Artigo 16.º

O estatuto de igualdade extinguir-se-á com a perda, pelo beneficiário, da sua nacionalidade ou com a cessação da autorização de permanência no território do Estado de residência.

Artigo 17.º

1 - O gozo de direitos políticos por portugueses no Brasil e por brasileiros em Portugal só será reconhecido aos que tiverem três anos de residência habitual e depende de requerimento à autoridade competente.

2 - A igualdade quanto aos direitos políticos não abrange as pessoas que, no Estado da nacionalidade, houverem sido privadas de direitos equivalentes.

3 - O gozo de direitos políticos no Estado de residência importa na suspensão do exercício dos mesmos direitos no Estado da nacionalidade.

Artigo 18.º

Os portugueses e brasileiros beneficiários do estatuto de igualdade ficam submetidos à lei penal do Estado de residência nas mesmas condições em que os respectivos nacionais e não estão sujeitos à extradição, salvo se requerida pelo Governo do Estado da nacionalidade.

Artigo 19.º

Não poderão prestar serviço militar no Estado de residência os portugueses e brasileiros nas condições do artigo 12.º A lei interna de cada Estado regulará, para esse efeito, a situação dos respectivos nacionais.

Artigo 20.º

O português ou brasileiro, beneficiário do estatuto de igualdade, que se ausentar do território do Estado de residência terá direito à protecção diplomática apenas do Estado da nacionalidade.

Artigo 21.º

Os Governos de Portugal e do Brasil comunicarão reciprocamente, por via diplomática, a aquisição e perda do estatuto de igualdade regulado no presente Tratado.

Artigo 22.º

Aos portugueses no Brasil e aos brasileiros em Portugal, beneficiários do estatuto de igualdade, serão fornecidos, para uso interno, documentos de identidade de modelos iguais aos dos respectivos nacionais, com a menção da nacionalidade do portador e referência ao presente Tratado.

(...)

ANEXO C: Capa da revista Focus Nº 565, semanal de 11 a 17/08/2010.

